

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

ELAINE JESUS ALVES

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS DE PALMAS**

FORTALEZA

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

ELAINE JESUS ALVES

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS DE PALMAS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas, da Universidade Federal do Ceará (UFC), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues

**FORTALEZA
2010**

“Lecturis salutem”

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

A478a Alves, Elaine Jesus.
Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade
Federal do Tocantins, Campus de Palmas / por Elaine Jesus Alves.
– 2010.
196f. : il. ; 31 cm.
Cópia de computador (printout(s)).
Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-
Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado
Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza(CE),
05/10/2010.
Orientação: Prof^a. Dr^a. Lea Carvalho Rodrigues.
Inclui bibliografia.

1-PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA(BRASIL).2- ESTUDANTES
UNIVERSITÁRIOS – PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO – AVALIAÇÃO
– PALMAS(TO).3- ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS – POLÍTICA
GOVERNAMENTAL – PALMAS(TO).4- UNIVERSIDADE FEDERAL DO
TOCANTINS.I-Rodrigues,Lea Carvalho,orientador.II-Universidade Federal do
Ceará.Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas.III-Título.

CDD(22^a ed.) 378.33098117

79/10

ELAINE JESUS ALVES

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS, CAMPUS DE PALMAS**

Data de Aprovação: 05 / 10 / 2010

Banca Examinadora:

Prof. Dr. (a): _____
Lea Carvalho Rodrigues (UFC/MAPP)
(Orientador)

Prof. Dr. (a): _____
Alcides Fernando Gussi (UFC/MAPP)
(Membro)

Prof. Dr. (a): _____
Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Jr
(Membro)

Prof. Dr. (a): _____
Luis Antonio Maciel de Paula
(Suplente)

**Ao meu amor Luiz Antonio, e a meus
filhos Camilla, Keven e João Vitor:
pessoas que dão sentido a minha vida...**

Agradecimentos

A construção de uma obra, mesmo uma dissertação, não é um trabalho solitário, é construída com o apoio direto e indireto de diferentes pessoas que colaboraram para tornar possível a realização desse projeto. Por isso, não poderia deixar de registrar aqui meus sinceros agradecimentos àqueles que fizeram parte da minha trajetória no mestrado, desde a mudança à Fortaleza, minha estadia nessa cidade e meu retorno a Palmas na conclusão do trabalho.

A meus pais Helena e Pedro, exemplo de honestidade e integridade, que em todos os momentos me apoiaram nas minhas decisões e ficaram com minha filha Camilla enquanto estive ausente.

A meus filhos Camilla, Keven e João Vitor por compreenderem a minha ausência e os momentos em que não dei a atenção que eles mereciam por estar escrevendo. Espero repor esse tempo em breve.

A meus irmãos: Cleidson, Cleiciane e Pedro Henrique que foram um apoio para mim nas minhas idas e vindas de Fortaleza a Palmas.

A Luiz Antonio, que conheci já no final do mestrado, mas que foi um presente de Deus na minha vida trazendo paz, felicidade e harmonia a nossa família.

Às minhas colegas de mestrado Heloísa, Fátima e Jacqueline que foram companheiras nos momentos alegres e tristes durante minha estadia em Fortaleza - CE. Também agradeço o apoio de Denilda, Nara, Valdier e Hosana, companheiros de mestrado dos quais nunca vou esquecer.

À minha orientadora Lea que não poupou esforços na orientação do meu trabalho e que compreendeu a minha situação de mãe distante dos filhos queridos.

Aos professores, técnicos e alunos que colaboraram nesta pesquisa com seus depoimentos, contribuindo para que esta se tornasse possível. Enfim, agradeço a todos que de alguma forma me acompanharam nesta trajetória e me apoiaram com suas palavras de apoio, de conforto e de motivação.

MARVIN

*Meu pai não tinha educação, inda me lembro, era um grande coração,
Ganhava a vida com muito suor, e mesmo assim não podia ser pior
Pouco dinheiro pra poder pagar, todas as contas e despesas do lar...
Mas Deus quis vê-lo no chão, com as mãos levantadas pro céu
Implorando perdão, chorei! Meu pai disse: “Boa Sorte”,
Com a mão no meu ombro em seu leito de morte
E disse: “Marvin, agora é só você e não vai adiantar
Chorar vai me fazer sofrer”
E três dias depois de morrer, meu pai, eu queria saber...
Mas não botava nenhum pé na escola, mamãe lembrava disso a toda hora...
Todo dia antes do sol sair, eu trabalhava sem me distrair
Às vezes acho que não vai dar pé, eu queria fugir, mas onde eu estiver
Eu sei muito bem, o que ele quis dizer
Meu pai, eu me lembro, não me deixa esquecer
Ele disse: “Marvin, a vida é pra valer, eu fiz o meu melhor
E o seu destino, eu sei de cor” (...).*

(Titãs. Sérgio Brito e Nando Reis.)

ALVES, Elaine Jesus. **Avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas**. 2010 196 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, 2010.

RESUMO

Esta dissertação, de caráter qualitativo e quantitativo, trata da avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, no Campus de Palmas. O programa compõe a política de assistência estudantil da UFT e visa conceder ajuda financeira por meio de bolsas a alunos de baixo poder aquisitivo. A pesquisa tem como discussão central a assistência estudantil como direito à inclusão das camadas populares à educação superior. Foram discutidos também conceitos de pobreza e exclusão social. A pesquisa bibliográfica levantou títulos que discutem ainda a avaliação de políticas públicas no Brasil e o contexto político e econômico em que se deu a expansão do ensino superior nas últimas décadas. A estratégia metodológica escolhida articulou dados quantitativos e qualitativos em prol de obter uma análise profunda da realidade observada, dentro do seu contexto. Assim, foram levantados dados econômicos, políticos e culturais sobre o estado do Tocantins e a Universidade Federal do Tocantins. Também foram realizadas pesquisa documental e entrevistas com os gestores e técnicos do Programa Bolsa Permanência, com o objetivo de reconstruir a trajetória do programa na instituição. A pesquisa de campo envolveu ainda o levantamento do perfil sócio-econômico dos bolsistas com a aplicação de questionários semi-abertos com questões relacionadas à identificação do bolsista, dados sobre sua vida acadêmica e a contribuição que o programa teve na permanência desse aluno na universidade. Do universo de 84 bolsistas que participaram do programa entre 2007 e 2008, 26 responderam aos questionários. Os dados revelaram que os bolsistas na sua maioria são jovens, solteiros, não moram com a família, são provenientes de escola pública e possuem renda familiar de até três salários mínimos. Para levantar dados sobre as implicações que o programa teve na vida do bolsista referente às condições de permanência e sócio-econômicas, foram realizadas entrevistas abertas com dez bolsistas entre os que responderam os questionários. Os resultados apontaram que o programa Bolsa Permanência tem contribuído em parte para a permanência dos alunos na instituição. Os bolsistas apontaram outras ações de assistência estudantil, como a construção e manutenção de restaurantes universitários, casa do estudante, quadras esportivas e locais de convivência no campus como necessários para o atendimento efetivo aos alunos de baixo poder aquisitivo da UFT.

Palavras-chave: Avaliação de Políticas Públicas, Políticas educacionais, Assistência estudantil, Inclusão social, Programa Bolsa Permanência, UFT.

ALVES, Elaine Jesus. **Avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, campus de Palmas**. 2010 196 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) Universidade Federal do Ceará, 2010.

ABSTRACT

This work, qualitative and quantitative evaluation of the program comes Scholarship Staying at the Federal University of Tocantins, Campus de Palmas. The program consists of student assistance policy of the UFT and aims to provide financial assistance through scholarships to students from low income. The research is central to discussion as the law student assistance to the inclusion of the lower classes to higher education. We also discussed concepts of poverty and social exclusion. The literature up titles that also discuss the evaluation of public policies in Brazil and the political and economic context in which they gave the expansion of higher education in recent decades. The strategy chosen articulated quantitative and qualitative data in support of obtaining a thorough analysis of the observed reality within its context. Thus, data were collected economic, political and cultural on the state of Tocantins and the Federal University of Tocantins. Was also conducted archival research and interviews with managers and technicians of Residence Grant Program, aiming to reconstruct the trajectory of the program at the institution. The fieldwork also involved the removal of socio-economic profile of the fellows with the use of semi-open questionnaires with questions related to the identification of stock, details of his academic life and the contribution that the program had on this student residence at the university. The universe of 84 scholars who participated in the program between 2007 and 2008, 26 responded to questionnaires. The data revealed that the scholars are mostly young, unmarried, not living with their families, come from public school and have family income of up to three minimum wages. To collect data about the implications that the program had on the life of scholarship regarding the conditions of residence and socio-economic interviews were conducted with ten open stock among those who answered the questionnaires. The results showed that the scholarship Permanence has contributed in part to the persistence of students at the institution. Fellows pointed out other actions of student assistance, such as construction and maintenance of university restaurants, the student's home, sports and local living on campus as needed for effective service to students with low purchasing power of the UFT.

Keywords: Evaluation of Public Policies, Educational policies, Student assistance, Social Inclusion, Retention Grant Program, UFT.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 : Mapa do Estado do Tocantins.....	86
Figura 2 : Localização dos campi da Universidade Federal do Tocantins	94
Quadro 1 : Distribuição de cursos de Pós-graduação na área de Políticas Públicas segundo instituição ofertante e modalidade	30
Quadro 2 : Distribuição dos cursos no campus de Araguaína-To.....	95
Quadro 3 : Distribuição de cursos no campus de Palmas – To.....	96
Quadro 4 : Visão interna da UFT: desafios a enfrentar.....	98
Quadro 5 : Modalidades do Programa Bolsa Permanência reformulado.....	120
Quadro 6 : Plano de metas para a assistência estudantil na UFT.....	128
Quadro 7 : Problemas encontrados na gestão das políticas de assistência estudantil na UFT.....	132
Quadro 8 : Desafios para a consolidação da política de assistência estudantil na UFT	133
Quadro 9 : Relação dos alunos entrevistados	138
Gráfico 1 : Distribuição dos bolsistas segundo a faixa etária. Palmas – TO – 2010	139
Gráfico 2 : Distribuição dos bolsistas segundo o Sexo. Palmas – TO – 2010.....	139
Gráfico 3 : Distribuição dos bolsistas segundo situação de moradia. Palmas – TO – 2010.....	140
Gráfico 4: Distribuição dos bolsistas segundo local de moradia. Palmas –TO - 2010	142
Gráfico 5: Distribuição dos bolsistas segundo meio de transportes para acesso ao Campus. Palmas – TO – 2010	144
Gráfico 6: Distribuição dos bolsistas segundo o número de pessoas no domicílio da sua família. Palmas – TO – 2010.....	146
Gráfico 7: Distribuição dos bolsistas por tipo de estabelecimento cursado no Ensino Médio. Palmas – TO – 2010.....	149
Gráfico 8 : Distribuição dos bolsistas segundo período do curso. Palmas – To, 2010.....	150
Gráfico 9 : Distribuição dos bolsistas segundo grau de satisfação com as atividades desenvolvidas no programa Bolsa Permanência. Palmas –TO – 2010.....	156

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 : Distribuição dos bolsistas de acordo com estado de origem.....	135
Tabela 2 : Distribuição dos bolsistas da amostra de acordo com o curso e horário das aulas	136
Tabela 3 - Distribuição dos bolsistas segundo o estado da federação de origem.....	141
Tabela 4 - Distribuição dos bolsistas segundo a renda bruta familiar (Em Salários Mínimos) – SM.....	145
Tabela 5 : Distribuição dos bolsistas entrevistados de acordo com o curso.....	149
Tabela 6: Distribuição dos alunos segundo a importância da bolsa para a sua permanência na UFT.....	152
Tabela 7 : Distribuição dos bolsistas segundo as atividades desenvolvidas.....	156
Tabela 8 : Distribuição dos bolsistas segundo percepção sobre o reflexo das bolsas no desempenho acadêmico	157
Tabela 9 : Distribuição dos bolsistas segundo a posição quanto à interferência da origem social na sua formação.....	158
Tabela 10 : Distribuição dos bolsistas quanto aos itens a melhorar na assistência estudantil da UFT.....	162

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

ANEP - Associação Nacional de Empresa de Pesquisa

BM – Banco Mundial

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPPIR - Comissão Especial Para a Promoção de Políticas de Igualdade Racial na UFT

CF – Constituição Federal

CONSUNI - Conselho Universitário

COPESE - Comissão Permanente de Seleção

DAE – Diretoria de Assuntos Estudantis

EASP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo

FEPEC - Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

FONAPRACE - Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assistência Estudantil

FMI – Fundo Monetário Internacional

GAEPP - Grupo de avaliação e estudo da pobreza e de políticas relacionadas à pobreza

IAP - Institutos de Aposentadoria e Pensões

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Avançada

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MAPP - Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas

MARE – Ministério da Administração Pública e da Reforma do Estado

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NEPP - Núcleo de Estudo em Política Pública da Unicamp

NUMAPP - Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organizações da sociedade civil de interesse público

PDE - Plano de Desenvolvimento Educacional

PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNDU - Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEST - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

PROEX - Pró - Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU – Restaurante Universitário

SEPLAN - Secretaria de Planejamento do Estado do Tocantins

UECE – Universidade Estadual do Ceará

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFAL - Universidade Federal de Alagoas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UFU - Universidade Federal de Uberlândia

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNEB – Universidade Estadual da Bahia

UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

UFPE – Universidade Federal do Pernambuco

UNIVALI – Universidade do Vali do Itajaí

USAID - United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	23
2.1	ABORDAGEM CONCEITUAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
2.1.1	Formulação, implementação e Avaliação de Políticas Públicas	24
2.1.2	Breve retrospecto da Avaliação de Políticas Públicas no Brasil	26
2.1.3	Concepções e modelos de avaliação	33
2.2	O ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	35
2.3	ABORDAGEM CONCEITUAL DE POBREZA, EXCLUSÃO E DESIGUALDADE SOCIAL.....	45
3	POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	54
3.1	A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	55
3.2	POLÍTICAS DE EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL.....	59
4	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO NO ENSINO SUPERIOR	69
4.1	BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.....	71
4.2	O MARCO LEGAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA.....	76
5	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	84
5.1	A UFT E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	84
5.1.1	Características geográficas, sociais, políticas e socioeconômicas do Tocantins	85
5.1.2	A implantação e consolidação da UFT no estado do Tocantins	89

5.2	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA	99
5.2.1	A política de assistência estudantil na UFT.....	100
5.2.2	O programa Bolsa Permanência no contexto de consolidação da UFT.....	104
6	PERFIL DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROGRAMA	134
6.1	PERFIL DO ESTUDANTE BOLSISTA DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT NOS PERÍODOS de 2007 e 2008.....	137
6.2	PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS BOLSISTAS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFT.....	151
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	166
	REFERÊNCIAS	176
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA.....	187
	APÊNDICE B: GUIA DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS GESTORES E TÉCNICOS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT.....	194
	APÊNDICE C: GUIA DE ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AOS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT.....	195

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o programa Bolsa Permanência da Universidade Federal do Tocantins - UFT no atual contexto da implementação das políticas públicas de Assistência Estudantil nas universidades federais. A pesquisa tem como discussão central a Assistência Estudantil como direito à inclusão das camadas populares à educação superior.

A Assistência Estudantil se define por um conjunto de políticas que permitem a permanência e o aproveitamento dos estudantes pobres no ensino superior (SPOSATI, 1997). A concepção de Assistência estudantil abordada nesse trabalho diz respeito à assistência como direito social. Alves (2002, p.1) aborda que “na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico”. A autora argumenta ainda que a assistência transita em todas as áreas dos direitos humanos e compreende ações que proporcionem as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional e o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

A problemática central da presente dissertação foi avaliar se o programa Bolsa Permanência causou impactos nas condições de permanência na universidade, bem como sócio-econômicas, dos bolsistas do campus de Palmas da UFT no período de 2007 e 2008. Considerando que a UFT é a única universidade federal do estado e que o perfil dos alunos da instituição, conforme I Levantamento Sócio-econômico e Étnico-racial da UFT (Censo Estudantil)¹ realizado em 2004, era de estudantes provenientes da rede pública, na maioria com renda familiar abaixo de três salários mínimos, este trabalho procurou verificar os impactos sociais e econômicos do programa Bolsa Permanência sobre esses bolsistas à luz do contexto sócio-econômico em que se insere a UFT no Estado do Tocantins.

O programa Bolsa Permanência está inserido na política de Assistência Estudantil da UFT. Trata-se de ajuda financeira, por meio de bolsas, a acadêmicos selecionados por critérios socioeconômicos e que se comprometem a dedicar uma carga horária de 20 horas

¹ Resultado do I Levantamento Sócio-Econômico, Cultural e Étnico-racial da UFT. Disponível em <www.uft.edu.br/extensao/igualdaderacial/documentos/resultadodapesquisasocioeconomicoculturaleetnicoracialdauft>. Acesso em 03 set. 2009.

semanais de atividades técnico-administrativas na instituição (UFT, 2009, p. 2). O programa tem por objetivo, de acordo com a Resolução 09/2006² do Conselho Universitário da UFT (CONSUNI), “viabilizar a permanência do aluno na universidade, bem como sua qualificação acadêmica”.

A UFT, segundo dados da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)³, atende a mais de novel mil alunos matriculados em 29 cursos de graduação presenciais dos sete campi que formam a IFES. A Pro - Reitoria de Assuntos Estudantis – PROEST trata dos assuntos relacionados com a assistência aos estudantes, entre eles o programa Bolsa Permanência. Em 2008, o referido programa atendia a 124 alunos e em junho de 2009 foi ampliado para atender a 537 alunos, segundo o Edital 2009⁴.

Segundo o Edital 2009, os critérios para escolha do aluno bolsista são: não ter concluído outro curso de graduação; possuir renda familiar “per capita” não excedente a um salário mínimo e meio; possuir aptidão exigida pelo projeto; estar matriculado regularmente em curso de graduação da UFT; ter disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais para o desempenho das atividades previstas no edital; e apresentar a documentação definida no Edital do Programa.

O primeiro levantamento sócio-econômico e étnico-racial da UFT⁵, realizado em 2004, apontou que 29% dos acadêmicos entrevistados possuem renda bruta familiar de até três salários mínimos; 49,5% possuem cinco ou mais pessoas no núcleo familiar; 24,4 % são responsáveis sozinhos pelo próprio sustento; 25% moram de aluguel e 44% usam o transporte coletivo para irem à universidade. Dos ingressantes na universidade, 58,8 % são provenientes da escola pública, trabalham e estudam, são na maioria do sexo masculino (58,2%) e 61,9% se declararam pardos ou negros. Estes dados apresentam o perfil dos alunos da UFT, revelando pelas condições socioeconômicas dos estudantes de graduação da instituição que se trata na maioria de pessoas provenientes de extratos sociais baixos.

² Resolução 09/2006 do Conselho Universitário da UFT, que trata da instituição do Programa Bolsa Permanência. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/conselho/consuni>>. Acesso em 03 set. 2009.

³ Fonte: Catálogo de cursos 2009 disponível em <www.uft.edu.br/prograd/documentos/catálogo cursos 2009>. Acesso em 02 set. 2009.

⁴ Edital 2009 do Programa Bolsa Permanência. Disponível em <www.uft.edu.br/programabolsapermanência>. Acesso em 08 set. 2009.

⁵ Resultado divulgado no portal da UFT <www.uft.edu.br/extensao/igualdade racial/documentos/resultadodapesquisasocioeconomicaculturaleetnicoracial dauft> acesso em 03 set. 2009.

Considerando o resultado do referido Censo Estudantil, procurou-se investigar, neste estudo, se as políticas de assistência estudantil da UFT, em especial o programa Bolsa Permanência, têm atendido de forma efetiva o seu público alvo. A realização desta pesquisa está relacionada a uma constante busca de respostas às minhas inquietações referentes às reais implicações da assistência estudantil nas condições de permanência do estudante carente na universidade. A minha atuação como Diretora de Ação Comunitária (DAC) na Pro - Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX) da UFT, no período de 2007 a 2008, possibilitou-me conhecer de perto a situação dos estudantes carentes na instituição.

Vale destacar que a UFT iniciou suas atividades como uma instituição pública federal em época muito recente, no ano de 2003, com a posse dos primeiros professores concursados da instituição, mas, apenas em 2006, com o ingresso do corpo técnico-administrativo, via concurso público, é que foram iniciadas ações relativas às políticas estudantis. A primeira ação considerada relevante de políticas de assistência estudantil da UFT foi a criação em 2006 do programa Bolsa Permanência⁶.

Outra ação de assistência estudantil na instituição, a Isenção de taxa de vestibular da UFT, foi regulamentada pela Resolução 14/2006⁷ do CONSUNI, que aprova os critérios a serem aplicados na isenção da taxa de inscrição no vestibular. Além da participação nesses Programas, em 2006 tive a oportunidade de participar da comissão julgadora da isenção da taxa de vestibular UFT/2007, uma experiência que se mostrou bastante rica uma vez que acompanhei as necessidades materiais, físicas e mesmo emocionais dos alunos da instituição. São concedidas anualmente 800 isenções integrais de acordo com o edital para a isenção referente ao vestibular 2010/1⁸, sendo que, nesse vestibular, segundo dados da Comissão Permanente de Seleção - COPESE⁹ foram inscritos mais de dezesseis mil alunos.

Novamente em 2008 participei da comissão julgadora da isenção para o vestibular de 2009. Nessa fase, a universidade usou o sistema eletrônico para que os participantes se inscrevessem e com isso aumentou ainda mais o número de pré-candidatos que buscavam a possibilidade de ingressar na instituição e garantir a isenção da taxa de suas inscrições. Essa

⁶ Resolução 09/2006 do Conselho Universitário da UFT disponível em <<http://www.site.uft.edu.br/conselho/consuni>>. Acesso em 02 set. 2009.

⁷ Resolução 14/2006 do Conselho Universitário da UFT, disponível em <<http://www.site.uft.edu.br/conselho/consuni>>. Acesso em 02 set. 2009.

⁸ Edital disponível em <www.uft.br/vestibular2010/1/isencao>. Acesso em 04 set. 2009.

⁹ Disponível em <http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1740&Itemid=45>. Acesso em 02 nov. 2009.

experiência me fez refletir sobre a realidade desses alunos que ingressam na UFT sem mesmo terem condições de pagar a sua inscrição no vestibular.

Considerando os programas já iniciados na UFT e as suas reconfigurações, em especial sobre a assistência estudantil, constatou-se que a instituição está recebendo incentivos financeiros que visam assistência ao estudante de baixo poder aquisitivo na universidade. Desta forma, este estudo propôs-se a compreender se essa proposta da UFT realmente atende aos anseios da população-alvo – alunos carentes da instituição. Compreende-se que o resultado da pesquisa, para a UFT, poderá ser um importante instrumento para avaliar até que ponto as políticas de assistência estudantil já implementadas estão atingindo os alunos que realmente delas necessitam (seu alcance). Assim, esse estudo visa contribuir, a partir de suas reflexões, para o debate acerca da implementação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins. Justifica-se também pela necessidade de pesquisas e estudos na área de avaliação de políticas públicas sociais, campo ainda não muito explorado no meio acadêmico.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa constitui-se em um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa. Contempla um levantamento bibliográfico, com reflexão sobre autores que discutem a assistência social no âmbito das políticas públicas no Brasil. Foram consultados teóricos que tratam das políticas educacionais em nível superior e como estas se relacionam com a assistência ao estudante no campo do direito social, bem como teóricos que discutem especificamente a assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras.

Realizou-se também uma pesquisa documental por meio de análise de documentos institucionais, projetos, atas, relatórios, ofícios e outros documentos relativos ao programa Bolsa Permanência no âmbito da UFT. O objetivo da pesquisa documental foi recompor o percurso institucional do programa: como ele foi concebido e sua trajetória dentro da instituição. Ainda com esse objetivo realizamos entrevistas com gestores e técnicos envolvidos na implementação do programa na universidade.

A pesquisa de campo incluiu ainda a aplicação de questionários com perguntas semi-estruturadas aos beneficiários do programa Bolsa Permanência, com o objetivo de conhecer sua realidade social e assim realizarmos o levantamento do seu perfil sócio econômico. Foram aplicados questionários semi-estruturados entre alunos que foram bolsistas pelo menos por um ano no período entre os anos de 2007 e 2008.

Com o objetivo de aprofundamento sobre a realidade desse aluno e levantar dados sobre as implicações que o programa Bolsa Permanência teve na vida do bolsista, referente às condições de permanência, sócio-econômicas, desempenho acadêmico, moradia, trabalho, inclusão digital, assistência a saúde, cultura, esporte e alimentação, foram realizadas entrevistas abertas (em profundidade) com uma amostra estratificada de alunos bolsistas; a abordagem recaindo sobre o período em que usufruíram do programa e o impacto deste nas suas condições de vida. Para a realização das entrevistas com os bolsistas foram selecionados dez bolsistas, de forma aleatória, dentre os respondentes dos questionários.

Os dados quantitativos presentes nos questionários e os qualitativos apreendidos nas entrevistas foram tabulados e analisados de forma a compreender a realidade desse aluno no que diz respeito às características sociais, econômicas, acadêmicas e culturais, bem como as percepções que o mesmo tem do programa Bolsa Permanência e da assistência estudantil na UFT.

Na presente dissertação o estudo foi sistematizado em seis capítulos. O primeiro capítulo constitui a introdução com a apresentação do trabalho e da justificativa do mesmo. O segundo capítulo aborda conceitos sobre políticas públicas, avaliação de programas sociais e o histórico desta linha de avaliação no Brasil. Discute também os conceitos de Estado, Desigualdade social, Exclusão e Pobreza. Entendeu-se que a compreensão desses conceitos contribuiria para a construção de um quadro teórico sobre o cenário em que se apresentam as políticas públicas no Brasil e as metodologias de avaliação de programas sociais.

No capítulo três situou-se as políticas sociais para o ensino superior no Brasil, analisando os contornos dessas políticas no decorrer do século XX e sua consolidação nas últimas décadas. Apresenta-se um breve histórico da educação superior no Brasil com o objetivo de que o leitor venha a compreender o contexto social, econômico e político em que esta foi concebida. No mesmo capítulo, expõe-se como se deu o processo de democratização do ensino superior no Brasil e o debate sobre os interesses envolvidos. Essa discussão ajuda na compreensão dos fatores que levaram à necessidade da inserção da política de assistência estudantil na agenda governamental.

O capítulo quatro apresenta estudos que revelam o perfil sócio-econômico dos jovens de baixo poder aquisitivo que estão tendo acesso à universidade. Também faz um breve retrospecto da implementação das políticas de Assistência Estudantil nas universidades públicas no Brasil, bem como o marco legal que institucionalizou essa política no país. No

capítulo cinco apresentam-se os aspectos políticos, econômicos e sociais do estado do Tocantins para uma compreensão do contexto em que a UFT se insere. O capítulo apresenta os resultados da pesquisa documental realizada nos acervos da UFT e das entrevistas com técnicos e professores que trabalharam no programa, visando reconstituir o percurso institucional da política de assistência estudantil na instituição, em especial do programa Bolsa Permanência.

No capítulo seis apresentam-se as percepções e representações sociais sobre o programa Bolsa Permanência e da assistência ao estudante na UFT que os bolsistas participantes da pesquisa evidenciaram em seus depoimentos de entrevistas e nas respostas abertas dos questionários. O capítulo apresenta ainda os gráficos que revelam o perfil desses bolsistas, em contraponto com as entrevistas realizadas com a amostra estratificada, no intuito de compreender a fundo a realidade desses estudantes. Nas considerações finais, a partir da análise, foi possível verificar se o fato de terem sido bolsistas do programa Bolsa permanência contribuiu ou não para a permanência desses estudantes na instituição e se a política de assistência estudantil da UFT atende a contento seus usuários.

2 A AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O presente capítulo versa sobre os conceitos de políticas públicas e avaliação de programas sociais, bem como o histórico desta abordagem de avaliação no Brasil. Considera também os conceitos de Estado, desigualdades sociais, exclusão e pobreza. A compreensão desses conceitos contribui para a construção de um quadro teórico e o contexto em que se inserem as políticas públicas no Brasil e as metodologias de avaliação usadas para avaliar programas sociais.

A primeira seção apresenta questões conceituais e teóricas sobre avaliação de programas sociais; discute conceitos sobre políticas públicas, formulação da agenda governamental, implementação de programas e sua avaliação. Traz uma breve reflexão sobre avaliação de políticas públicas, abordando algumas das principais definições e modelos de avaliação presentes na literatura que trata deste tema. Apresenta um retrospecto histórico da avaliação de programas sociais no Brasil e as possibilidades e limites encontrados pelos pesquisadores dessa área.

Na seção subsequente a discussão se aprofunda na contextualização do cenário político em que as políticas públicas são implementadas e executadas no Brasil. Essa seção apresenta um quadro analítico do cenário político contemporâneo brasileiro para situar o Estado brasileiro no atual momento político e econômico com reflexões sobre como este Estado capitalista gere as políticas sociais. Também contempla uma discussão teórica e uma abordagem histórica e conceitual da política nacional de assistência social, para a compreensão das demandas sociais que geraram essas políticas, bem como os avanços e retrocessos nessa área.

Na terceira seção deste capítulo a discussão prossegue, analisando conceitos importantes como o de exclusão social e pobreza, com o intuito de trazer à tona a realidade social do Brasil no enfrentamento da pobreza e da marginalidade pelas populações desfavorecidas. A compreensão desses conceitos, abordados dentro do contexto da crise do capitalismo e das reformas neoliberais, compõe elementos importantes para a discussão das políticas de assistência, em especial as da assistência ao estudante.

2.1 ABORDAGEM CONCEITUAL DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É importante definir o que é política pública antes de introduzir a discussão sobre a formulação, implementação e a avaliação de políticas públicas. Para Souza (2006, p. 25) uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. A autora compreende que do ponto de vista teórico-conceitual, “a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos”.

Souza (2006) apresenta uma visão limitada para o conceito de políticas públicas, pois para ela a melhor definição continua sendo a de Laswell, que considerava que decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Porém, na visão de Silva e Silva (2008, p. 90) o conceito de política pública apresenta-se como mais complexo, visto que a autora considera que esta constitui um mecanismo de mudança social, que busca “atender os menos favorecidos em resposta às pressões sociais, contradizendo a lógica de que esta deve atender tão somente aos interesses do capital”. Belloni (2007, p. 10) acrescenta que:

Uma instituição ou uma política pública tem finalidades e desempenha papéis sempre mais amplos e significativos do que aqueles expressos nos seus objetivos explícitos, principalmente em decorrência de suas inter-relações com outras políticas e instituições sociais.

Assim, o processo de definição de políticas públicas é proveniente de conflitos de interesses e de arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. (HÖFLING, 2001)

2.1.1 Formulação, implementação e Avaliação de Políticas Públicas

De acordo com Silva e Silva (2008, p. 98) a inclusão de uma determinada política pública na agenda governamental advém da constatação do problema ou levantamento da demanda e a seleção das questões que irão compor essa agenda. A autora complementa:

O desenvolvimento das políticas públicas trata-se de um processo contraditório e não linear que envolve diferentes sujeitos orientados por diferentes racionalidades e movidos por diversos interesses. Os principais sujeitos desse processo são: os grupos de pressão (movimentos sociais e outras organizações da sociedade) potenciais beneficiários dos programas sociais; os partidos políticos ou os partidos individualmente que propõem e aprovam políticas; os administradores e burocratas responsáveis pela administração dos programas sociais; técnicos, planejadores e avaliadores; e o Judiciário responsável por garantir os direitos dos cidadãos.

Portanto, de acordo com a autora, no que tange às políticas sociais é necessário primeiro pensá-las dentro dos quadros da totalidade social, onde se situam vários sujeitos que se relacionam conflitivamente, quer sejam o Estado, classes e frações de classe. Nesse sentido, demandas sociais são levantadas e o segundo passo nesse processo de movimento e construção das políticas públicas é a formulação de alternativas de políticas, o que constitui um diagnóstico sobre a situação problema e a busca de soluções para o seu enfrentamento. Nesse momento de construção das políticas, os especialistas e técnicos na área constituem sujeitos fundamentais no processo, sendo responsáveis pelo desenvolvimento de alternativas para os problemas da agenda pública. (SILVA E SILVA, 2008)

Outro olhar sobre esse desenho da agenda de construção das políticas públicas é lançado por Souza (2006, p. 30). A autora analisa que:

À pergunta de como os governos definem suas agendas, são dados três tipos de respostas. A primeira focaliza os problemas, isto é, problemas entram na agenda quando assumimos que devemos fazer algo sobre eles. O reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda. A segunda resposta focaliza a política propriamente dita, ou seja, como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade de se enfrentar um dado problema. Essa construção se daria via processo eleitoral, via mudanças nos partidos que governam ou via mudanças nas ideologias (ou na forma de ver o mundo), aliados à força ou à fraqueza dos grupos de interesse. [...] A terceira resposta focaliza os participantes, que são classificados como visíveis, ou seja, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, etc. e invisíveis, tais como acadêmicos e burocracia. Segundo esta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas.

Entretanto, Souza dialoga com Silva e Silva (2008, p. 98) quando esta última afirma que a construção da agenda governamental trata-se de um “processo contraditório e não linear que envolve diferentes sujeitos orientados por diferentes racionalidades e movidos por diversos interesses”. A adoção da política seria então, na visão dessa autora, o terceiro

passo para a constituição da construção das políticas públicas. Silva e Silva (Ibid, p.95) conclui que esse passo seria a legitimação da política adotada por meio do suporte legal do Legislativo na constituição de leis, decretos, normas e definição do orçamento à respectiva política pública selecionada a ser executada.

A fase da implementação e execução das políticas é considerada pelos especialistas na área como sendo o mais complexo. Trata-se da fase de “execução de serviços para o cumprimento de objetivos e metas pré-estabelecidos, visando obter os resultados pretendidos” (SILVA e SILVA, 2008 p.96).

A avaliação é citada por Souza (2006, p.29) como etapa final do processo de constituição das políticas públicas. Já para Minayo (2005, p. 21), a avaliação nos últimos 60 anos passou a fazer parte da pauta de investimentos teóricos e práticos, juntamente com as pesquisas sociais, “visando maior eficiência na aplicação de recursos e às efetividades nas ações”. Mas antes de aprofundarmos sobre o uso da avaliação nos programas sociais do governo é importante considerar como a avaliação foi incorporada nos programas sociais no Brasil.

2.1.2 Breve retrospecto da avaliação de Políticas Públicas no Brasil

No Brasil a expansão da demanda por avaliação de políticas públicas e programas sociais é registrada a partir da década de 1980 em face de forte pressão dos movimentos sociais que exigiam políticas sociais universalizadas como direito de cidadania (SILVA E SILVA, 2008).

A autora Carla Giane Cunha aponta outras razões para a demanda por avaliação de programas sociais no país:

Em primeiro lugar, a crise fiscal brasileira diminuiu a capacidade de gasto dos governos e aumentou a pressão por maior eficiência. [...] Em segundo, o aprofundamento da democracia trouxe novos atores sociais e reivindicações aos governos. Em terceiro, a longa crise econômica brasileira aumentou a desigualdade social e a busca pelos programas sociais do governo. Por último, pode ser citada a desestruturação da função de planejamento, que deixou os governantes sem elementos de informação e avaliação. (CUNHA, 2006, p.5)

Maria Helena Guimarães Castro (1989, p.2), pesquisadora do Núcleo de Estudo em Política Pública da Unicamp (NEPP), também se refere aos anos 1980 como período de expansão da pesquisa de avaliação de políticas públicas. Analisa que essa expansão se deu

“no contexto do processo de transição política e do seu impacto sobre a necessidade de formulação de políticas sociais mais equânimes”. Contudo, a autora considera que a pesquisa avaliativa no Brasil ainda é muito incipiente, “apresentando-se de forma assimétrica e pouco sistemática entre os diferentes tipos de pesquisa social”. A esse respeito Silva e Silva (2008, p. 108) afirma que naquela década, o Brasil e outros países da América Latina foram criticados quanto ao mau uso do dinheiro público e a desfocalização dos programas sociais à população que mais necessitava. Nesse ínterim, a autora conclui que a avaliação de políticas sociais no Brasil foi motivada muito mais pelo seu caráter “fiscalizatório e policialesco” do que por uma tradição de avaliação sistemática.

Já Holanda (2006) afirma que o Brasil, nas áreas de planejamento, acompanhamento e avaliação de políticas públicas possui uma experiência ampla, porém não consolidada. O autor argumenta que existem descontinuidade e dispersão nas tentativas de avaliar os programas sociais e quando existe alguma experiência nesse sentido os resultados não são sistematizados e documentados. Holanda (2006, p. 153) explica que:

Isso se deve em parte ao fato de que, se de um lado – na prática do planejamento governamental brasileiro – sempre se deu muita ênfase ao processo de formulação de planos e elaboração de projetos, de outro, frequentemente, foram negligenciados as etapas de acompanhamento e avaliação.

Assumindo a existência de uma grande concentração de trabalhos sobre a implementação e avaliação de políticas públicas no Brasil, Souza (2003, p.17) observa que precisamos superar o que a literatura chama de primeira geração de estudos nessa área, que é focada excessivamente nos fracassos dos programas sociais “pouco preocupada com as questões políticas e fortemente assentada no pressuposto de que a formulação e a implementação de políticas públicas são processos exclusivamente racionais e lineares, desvinculados dos processos políticos”. A autora afirma que:

Precisamos, então, avançar para a chamada segunda geração, que deve seguir na direção do desenvolvimento de tipologias analíticas, e concentrar esforços no sentido de identificar as variáveis que causam impactos sobre os resultados das políticas públicas. Essa trajetória vai da dicotomia de analisar sucessos ou fracassos das políticas públicas para um estágio onde se enfatiza o melhor entendimento dos resultados. (SOUZA, 2003, p. 17)

Nesse sentido, os estudos na área de avaliação de políticas públicas no Brasil têm avançado. De acordo com Arettche (2003, p.7), recentemente multiplicaram-se as dissertações

e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais e disciplinas de “políticas públicas” foram criadas ou inseridas nos programas de graduação; além do que, nos programas de pós-graduação foram criadas linhas de pesquisa especialmente voltadas para esse campo do conhecimento, bem como agências de fomento à pesquisa criaram linhas especiais de financiamento para as investigações nessa área. A referida autora afirma que o crescente interesse na temática está relacionado ao intenso processo de inovação nos programas governamentais que são “resultado em grande parte da competição eleitoral, da autonomia dos governos locais, bem como dos programas de reformado Estado, assim como as oportunidades abertas à participação nas mais diversas políticas”.

Faria (2005) ao fazer uma análise do estágio atual do campo de estudo das políticas públicas considera que, no Brasil, os estudos sobre processo decisório dominam a produção acadêmica em detrimento de estudos sobre implementação, assim como, no plano teórico, diferentemente da experiência internacional, as abordagens associadas ao papel das idéias e do conhecimento na produção de políticas públicas têm sido praticamente ignoradas. O autor conclui que:

O que se pode verificar na literatura é uma ênfase quase exclusiva na utilização instrumental, intraburocrática, da avaliação das políticas públicas ou, quando muito, nas interações entre decisores, gestores e população beneficiária.[...] Uma postura de omissão no tratamento analítico das questões associadas ao processo de avaliação das políticas públicas e de seu uso, como aquela detectada no caso da ciência política brasileira (a qual, diga-se de passagem, parece não se singularizar neste aspecto), significa o esvaziamento da possibilidade de se analisar de forma cabal a política da avaliação de políticas, a qual acaba, assim, negligenciada em muitos de seus aspectos e implicações (FARIA,2005, p. 106).

Seguindo essa linha de argumentação, Souza (2006, p.16) fez um mapeamento do “estado de campo” da pesquisa em política pública no Brasil. A autora enumera alguns problemas e dificuldades encontradas nessa área de pesquisa. O primeiro problema citado por Souza é a escassa acumulação de conhecimento na área e escasso diálogo entre os pesquisadores. O segundo problema, na visão da autora, decorre de uma razão oposta à primeira, ou seja, “existe abundância de estudos setoriais, em especial estudos de caso, dotando a área de uma diversificação de objetos empíricos que se expandem horizontalmente, sem um fortalecimento vertical da produção, especificamente o analítico”. Por fim, Souza

(2006) apresenta um terceiro problema que seria a proximidade do pesquisador com os órgãos governamentais e a possibilidade destes pautarem a agenda de pesquisa haja vista que são os financiadores da maioria das pesquisas avaliativas.

Souza (2006, p. 18) conclui que a razão para os problemas continuarem nessa área diz respeito ao uso de rótulos que alguns estudos continuam dando às políticas públicas no Brasil, especialmente as políticas sociais. Para a autora, muitas análises continuam sendo norteadas por uma visão de que o Brasil é, por excelência, o território de fenômenos como “clientelismo, paroquialismo, patrimonialismo” e outros tantos “ismos”, diz ela, todos pouco lisonjeiros, o que ocasiona a generalização e o senso comum em algumas pesquisas. Souza (2006) sugere que pesquisas comparativas a respeito da *performance* de diferentes políticas públicas em âmbito nacional e estadual são lacunas que precisam ser preenchidas.

Entende-se que o campo de avaliação de políticas públicas está em expansão no país e muito se tem publicado na área, mas as pesquisas encontram-se alocadas em diferentes áreas e subáreas do conhecimento (Rodrigues, 2008). Em pesquisa ao portal da Capes¹⁰ do total de 4.377 cursos de Pós-graduação reconhecidos e credenciados no Brasil, foi encontrado na grande área multidisciplinar, área interdisciplinar os seguintes cursos relacionados com políticas públicas:

¹⁰ Disponível em
<<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarGrandeArea>>.
Acesso em 29 jun 2010.

Quadro 1 – Distribuição de cursos de Pós-graduação na área de Políticas Públicas segundo instituição ofertante e modalidades.

Curso de Pós-Graduação	Instituição	Modalidade
Avaliação de Políticas Públicas	UFC	Mestrado Profissional
Direito Ambiental e Políticas Públicas	UNIFAP	Mestrado Acadêmico
Gestão de Políticas Públicas	UNIVALI	Mestrado Profissional
Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste	UFPE	Mestrado Profissional
Políticas Públicas e Gestão do Ensino Superior	UFC	Mestrado Profissional
Políticas Públicas e Formação Humana	UERJ	Mestrado Acadêmico e Doutorado
Políticas Públicas e Sociedade	UECE	Mestrado Acadêmico
Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento	UFRJ	Mestrado Acadêmico e Doutorado
Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e desenvolvimento Regional	UNEB	Mestrado Profissional

Fonte: Portal da Capes.

No mesmo portal encontrou-se, ainda, na grande área de Ciências Sociais aplicadas, área de Administração o curso Gestão e Políticas Públicas ofertado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo em parceria com a Fundação Getulio Vargas EASP/FGV na modalidade de Mestrado Profissional. Ainda na grande área Ciências Sociais Aplicadas, área Serviço Social, encontramos no portal os seguintes cursos: a) Mestrado acadêmico em Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional na Escola Superior de Ciência da Santa Casa de Misericórdia de Vitória –ES; b) Mestrado acadêmico e Doutorado em Política Pública na Universidade Federal do Maranhão; e Mestrado acadêmico em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí.

Portanto, em termos de pesquisa na área de políticas públicas existe um grupo de pesquisadores que atuam nas pesquisas sobre a gestão das políticas públicas, mas existe uma carência de grupos de pesquisa que se dediquem especificamente à avaliação de políticas públicas. Na Universidade Federal do Maranhão, o Grupo de avaliação e estudo da pobreza e de políticas relacionadas à pobreza – GAEPP,¹¹ articulado ao programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, desenvolve pesquisas voltadas à avaliação de políticas públicas direcionadas á área de pobreza, trabalho e políticas sociais. Também na Unicamp está alocado

¹¹ Mais informações pesquisar em <<http://www.gaepp.ufma.br/index.php>>.

o Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPP¹² que se compõe de pesquisadores de diferentes formações comprometidos com a análise e a avaliação dos programas sociais. Na Universidade Federal do Ceará o NUMAPP – Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas ligado ao Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP) da UFC tem como metas “a implementação de linhas ou de grupos de pesquisa que estejam voltados para o desenvolvimento de metodologias de avaliação de políticas públicas de caráter social adotadas por órgãos públicos, por organizações não-governamentais (ONG's) ou por organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's)”¹³.

O MAPP constitui atualmente o único programa de Pós-graduação *Strictu Sensu* voltado especificamente para a formação de avaliadores de políticas públicas no Brasil. O caráter inovador do curso é o desenvolvimento de uma proposta metodológica de avaliação que contemple a utilização dos métodos quantitativos e qualitativos com ênfase no contexto político e sócio-econômico da região em que o programa é executado.

Essa proposta metodológica conhecida como Avaliação por Triangulação de Métodos foi usada no Brasil pela primeira vez pelo grupo de estudos do Centro Latino Americano de Estudos de Violência e Saúde Pública Sergio Arouca da Escola Nacional de saúde pública da Fiocruz (Claves/Ensp/Fiocruz) e apresentada na publicação *Avaliação por Triangulação de Métodos: abordagem de programas sociais*.

De acordo com Gurgel (2005) o termo triangulação de métodos foi usado pela primeira vez por Denzin (1970), quanto este passou a examinar a proposta da pesquisa qualitativa, no sentido de determinar o estatuto epistemológico do fazer científico das ciências sociais. Esta proposta, segundo o autor, passou a ser melhor compreendida na passagem da modernidade à pós-modernidade, quando acontece uma reviravolta nos antigos modelos explicativos dos comportamentos científicos, com ênfase nos significados atribuídos às metodologias científicas. Minayo (2005) citando Schutz (1982) apresenta a triangulação de métodos como:

Expressão de uma dinâmica de investigação e de trabalho que integra a análise das estruturas, dos processos e dos resultados, a compreensão das relações envolvidas na implementação de ações e a visão que os autores diferenciados constroem sobre todo o projeto: seu desenvolvimento, as relações hierárquicas e técnicas, fazendo dela um construto específico (SCHUTZ, 1982 apud MINAYO, 2005, p. 26)

¹² Mais informações pesquisar em <<http://www.nepp.unicamp.br/index.php?d=2>>.

¹³ Disponível em: <<http://www.mapp.ufc.br/wp-numapp/institucional/apresentacao>>. Acesso em 30 jun 2010.

Essa proposta tem proximidade com o modelo de pesquisa avaliativa apresentado por Lejano (2006) que afirma ser importante na análise de uma determinada política considerar o contexto da situação em que esta se insere. O autor observa que esse novo modo de avaliação de políticas requer reflexão e engajamento no problema da política. Distinguindo-se assim do modelo clássico, que é analisado cartesianamente, separando o objeto do contexto real em que o mesmo se insere. Para Lejano, o objetivo do novo modelo é:

- descrever a situação política, olhando seus diferentes aspectos, perspectivas e dimensões. O que requer do pesquisador o acesso a diferentes formas de conhecimento;
- Integrar e reunir as diferentes informações de forma coerente com a política avaliada;
- Criar oportunidade para conhecer a política, por envolver os atores do processo por meio de fóruns e reuniões com a comunidade e demais envolvidos na política;
- prescrever ações políticas que simulem a complexidade e o contexto da situação política. Isso requer a consideração de múltiplas estratégias, políticas híbridas, soluções locais e práticas inovadoras. (LEJANO, 2006, p.183)

Esse modelo de avaliação fornece uma análise como uma lente poderosa, e considera a formulação da política nas suas reais condições respeitando as circunstâncias particulares do contexto político (LEJANO, 2006, p. 196). Para o autor, os passos básicos a serem usados na análise das políticas são: buscar diferentes aspectos, perspectivas e dimensões do problema da política; integrar os diferentes tipos de informações fazendo uma descrição do problema e fazer recomendações para a política – propor ações.

Com base nas formulações desse autor, Rodrigues (2008, p.4) propõe uma avaliação em profundidade que “constitui uma proposta de análise aprofundada das dimensões presentes na análise de uma política ou programa”. Essa proposta, na mesma linha de Lejano e Minayo, apresenta-se como cética aos modelos de análises focados apenas nos instrumentos de coleta de dados e em modelos universais aplicados a contextos particulares, desconsiderando as especificidades da situação local. Nessa concepção de avaliação a ênfase está na análise do contexto da política (social, econômico, político e cultural) e da análise da estrutura de funcionamento, dinâmica, relações de poder, interesses e valores das instituições envolvidas na elaboração e implementação de políticas públicas (RODRIGUES, 2008).

Na condição de estudante do programa MAPP e integrante do NUMAPP, empenhei por meio desse trabalho a desenvolver a avaliação do programa Bolsa Permanência

num caráter multidisciplinar, considerando o contexto social, cultural, político e econômico da região em que o programa é executado. Compreendo que trata-se de um desafio, haja vista ser uma metodologia inovadora que integra as perspectivas quantitativas e qualitativas de análise superando os métodos tradicionais. Cumprindo os objetivos do programa do MAPP, esperamos que esse trabalho propicie conhecimentos teórico-metodológicos que possibilitem uma compreensão da realidade socioeconômica, política, e cultural do estado do Tocantins, também a apresentação da Universidade Federal do Tocantins e uma avaliação em profundidade do programa Bolsa Permanência

Considerando que o campo da pesquisa avaliativa engloba diferentes modelos e concepções de avaliação, no próximo tópico apresenta-se um breve quadro sobre conceitos de avaliação na perspectiva da pesquisa social.

2.1.3 Concepções e modelos de avaliação

Segundo Holanda (2006, 79), avaliar no sentido lato significa “estimar, ajuizar, calcular, computar, apreciar ou determinar a valia, o preço ou o merecimento de algo ou alguém”. No entanto, para o autor, no sentido estrito, como é o caso da avaliação de programas sociais, avaliar trata-se de:

Julgar, estimar, medir, classificar, ponderar, aferir ou analisar criticamente o mérito, o valor, a importância, a relevância, a utilidade ou a prioridade de um projeto de investimento ou de um programa social, geralmente financiado com recursos públicos e voltado para resolver um determinado problema econômico ou social. (HOLANDA, 2006, p.79)

Nesse sentido, Minayo (2005, p.23) afirma que o conceito de avaliação de programas sociais é um pouco mais restrito que o conceito tradicional de medir ou julgar sistematicamente algo usando critérios pré-estabelecidos. Na visão da autora, este conceito pode ser compreendido como “um conjunto de atividades técnico-científicas ou técnico-operacionais que buscam atribuir valor de eficiência, eficácia e efetividade a processos de intervenção em sua implantação, implementação e resultados.” Um olhar mais técnico é estabelecido no posicionamento de Ala-Harja e Helgason (2000, p. 8) ao afirmarem que o

termo avaliação de programas compreende a avaliação dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos.

Cohen e Franco (1993, p. 78-79) enumeram as relações existentes entre avaliação e pesquisa social, considerando que “a avaliação supõe a utilização de um conjunto de métodos, modelos, instrumentos e técnicas que constituem a chamada metodologia de pesquisa em ciências sociais”. Os autores afirmam que alguns teóricos utilizam a pesquisa avaliativa e pesquisa social como sinônimas, outros já encontram diferenças entre ambas. No entanto, Cohen e Franco concluem que a avaliação utiliza a metodologia da pesquisa como instrumento para determinar “em que medida os projetos sociais alcançaram seus objetivos”.

De acordo com Minayo (2005, p. 28), no processo tradicional de avaliação de programas sociais, são consideradas três etapas: a avaliação das estruturas, que trata da informação sobre os recursos físicos, humanos e materiais, formas de organização e funcionamento, especificação de equipamento e tecnologias disponíveis. A segunda etapa trata do estudo dos processos que se reporta às atividades realizadas pelos executores da intervenção (técnicos e gestores). A etapa final, que é a análise dos resultados, se refere aos efeitos ou ações produzidas pelo programa. No entanto, a mesma autora apresenta uma proposta com aspectos inovadores em relação às propostas tradicionais de avaliação que “se fundamenta na teorização do contexto, e do conteúdo a ser avaliado e usa os instrumentos operacionais para analisar a produtividade, os rendimentos e os efeitos da intervenção”. Minayo acrescenta outros elementos importantes nessa proposta:

A observação e a análise da dinâmica visível e subjacente dos atores sociais envolvidos no processo e suas representações, tanto em relação à ação sob julgamento como no interior do próprio processo de avaliação. [...] o conjunto de elementos e procedimentos propostos é mais amplo e complexo, pois conjuga: a presença do avaliador externo, as abordagens quantitativas e qualitativas e, de forma relevante, a análise do contexto, da história, das relações, das representações e a participação. (MINAYO, 2005, p. 28)

Considerando os pressupostos acima, este estudo pretende analisar as políticas públicas de assistência estudantil no bojo das macro políticas de seguridade social e educação nas quais se insere. Esta proposta, como abordado no tópico anterior, dialoga com Lejano (2006) que integra dados quantitativos e qualitativos com o objetivo de aprofundar a análise do contexto em que o fenômeno acontece. Neste trabalho adotou-se essa metodologia para a

avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins. De acordo com Rodrigues (2008, p. 117) que se ancora na proposta inovadora de avaliação de Lejano (2006), esse modelo é inédito porque “fornece novos referenciais teóricos capazes de integrar as perspectivas quantitativas e qualitativas de análise, de forma a alcançar um nível mais profundo de compreensão de questões não resolvidas pelos métodos tradicionais”.

Assim, a avaliação proposta nesse trabalho diz respeito às múltiplas dimensões do programa Bolsa Permanência: o contexto regional em que a UFT se insere, o cenário político do estado, o percurso institucional do programa na universidade, a concepção de assistência estudantil pelos diversos atores do programa (técnicos, gestores e alunos), a realidade sócio-econômica dos beneficiários do programa e suas percepções sobre o mesmo.

Todavia, antes de analisar o contexto micro em que se insere o programa, o avaliador precisa analisar primeiro o contexto macro social e político em que foram implementadas as políticas públicas relacionadas ao programa avaliado. Assim, no próximo tópico apresenta-se uma discussão sobre o contexto em que as políticas sociais foram inseridas no Brasil, bem como um retrospecto histórico da inserção das políticas de democratização do Ensino Superior no país com vistas a compreender as implicações sociais que um programa de assistência a estudante tem sobre seus beneficiários. Nesse sentido, em tópico posterior serão apresentados estudos sobre o perfil dos estudantes de baixo poder aquisitivo das universidades públicas.

Frente a esse contexto macro, mais adiante consideramos o contexto micro, que trata das particularidades do Estado do Tocantins; do contexto regional, social, econômico e político; e da Universidade Federal do Tocantins, considerando sua história, estrutura, e demandas sociais. Apresentamos, a seguir, o contexto macro em que se inserem as políticas públicas de proteção social no Brasil.

2.2 O ESTADO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Segundo Farah (2007) que fez uma análise sobre o processo de implementação de políticas sociais no Brasil, esta se deu num contexto turbulento e contraditório. Mas antes de abordarmos mais profundamente este histórico, faz-se necessário compreender primeiro o que são políticas sociais, porque elas são demandadas e em que contexto político, social e econômico se inserem. Castro (2009) afirma que existe a ausência de um conceito inequívoco

de política social, pois as concepções adotadas por pesquisadores e formuladores de políticas estão diretamente preocupadas com aspectos teóricos como, em muitos casos, ligadas à prática concreta das políticas. No entanto, o autor admite que recentemente houve um crescimento significativo de estudos e pesquisas, o que para ele demonstra aumento de interesse no debate sobre o papel do sistema de proteção social e das políticas sociais no atendimento às carências e demandas sociais mais prementes e no combate à pobreza e diminuição da desigualdade. Segundo Castro (2009), há uma literatura vasta que explora o tema em setores específicos tendo deficiências na discussão do plano global das políticas sociais.

Para Demo (1994) a política social pode ser definida do ponto de vista do Estado como “proposta planejada para o enfrentamento das desigualdades sociais”. O autor divide as políticas sociais em três vertentes: as políticas assistenciais, as políticas socioeconômicas e as participativas. Sobre as políticas assistenciais o autor explica que:

Aceita-se que em todas as sociedades existem grupos populacionais que não se auto-sustentam, ou que não deveriam se preocupar com isso cabendo ao Estado sobretudo a obrigação de assistência. Trata-se, nesse sentido, de assistências devidas por direito de cidadania. É reconhecido o direito de modo formal ou informal, à sobrevivência condigna, comprometendo-se a sociedade a assistir tais grupos especialmente por intermédio do Estado, criado e mantido entre outras coisas para isso também (DEMO, 1994, p. 26)

Já na visão de Oliveira e Duarte (2005, p.283) as políticas sociais são destinadas a intervir “no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação capitalista e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade”. Para os autores estas seriam desnecessárias caso a desigualdade social não fosse tão acentuada. Nesta mesma perspectiva, Faleiros (1991) considera que a análise da conjuntura política e sócio-econômica e do processo de correlação de forças em determinado momento histórico é essencial para a compreensão das políticas sociais. O autor enfatiza que:

Neste sentido, o Estado é um campo de batalha, onde as diferentes frações da burguesia e certos interesses do grupo no poder se defrontam e se conciliam com certos interesses das classes dominadas [...] Em consequência, o Estado resume, condensa, mediatiza as relações sociais, segundo as correlações de forças da sociedade civil (FALEIROS, 1991, p. 46-47).

Partindo desse pressuposto, é possível afirmarmos, como analisado por Yasbek (1993, p. 40), que as políticas sociais, atendendo aos interesses do Estado capitalista, tiveram como objetivo o controle social e a reprodução das condições de dominação, pois elas “reproduzem a luta política mais geral da sociedade e as contradições e ambigüidades que permeiam os diversos interesses em contraposição”. Uma breve análise do processo político e sócio-econômico em que as políticas sociais foram implementadas de forma mais global, e depois no Brasil em particular, ajuda a compreender melhor essa afirmação.

A idéia da instituição de um sistema de proteção social público surgiu no século XIX na Europa com a industrialização e a constatação de que a vulnerabilidade e a insegurança social vinham se ampliando à medida que se expandiam as relações de trabalho assalariadas (JACCOUD, 2009). Santos e Costa (2006) analisam que naquele período constatou-se o largo crescimento do pauperismo das massas trabalhadoras à medida que a sociedade se tornava capaz de produzir mais bens e serviços. Como expressam os autores, esse fenômeno começou a incomodar os pensadores e teóricos da época já que este não correspondia aos ideais de igualdade propostos pela revolução burguesa. Quando as massas trabalhadoras passaram a reagir às más condições de vida geradas pelo pauperismo, se organizaram como classes em torno de interesses comuns e “esse fenômeno passou a ter conotação política passando a ser denominado de questão social” (ibidem, 2006 p. 4). De modo geral, os autores consideram que a origem da questão social deveu-se ao empobrecimento do trabalhador tendo suas bases reais na economia capitalista.

No século XX, após a 1ª Guerra Mundial, em face das mudanças no quadro geral da sociedade e de sua estrutura abalada pela situação do pós-guerra, a política social começou a ser compreendida como integrante da política econômica, pois a mesma foi incorporada à ação política dos governos (FINATTI, 2007). Após a 2ª Guerra Mundial, foi idealizado o denominado *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), uma proposta política da construção de um Estado com amplos serviços sociais. O *Welfare State* emergiu nos países europeus devido à expansão do capitalismo após a Revolução Industrial e o movimento de um Estado nacional visando a democracia (DRAIBE, 1988, 21). Arretche (1995, p.11) afirma que os serviços sociais surgem para dar respostas às dificuldades individuais das classes menos favorecidas, visando garantir a sobrevivência das sociedades européias atingidas pelas 2ª Guerra mundial, tentando sobreviver ao pós-guerra. A autora acrescenta ainda que “as

medidas de proteção aos pobres foram progressivamente deixando de tratá-los indistintamente, isto é, passaram a surgir políticas de atenção à heterogeneidade da pobreza”.

Mas, segundo Draibe e Henrique (1988), o *Welfare State* começou a entrar em crise a partir dos anos 1970. Os autores afirmam que esta crise surgiu da parceria entre Política Social e Política Econômica (Keynesiana), na qual o Estado de Bem Estar Social deveria desempenhar dois papéis controversos: regular, estimular o crescimento econômico a ao mesmo tempo solucionar conflitos sociais. Draibe e Henrique (1998) continuam sua análise a partir de diferentes correntes teóricas, discorrendo sobre os motivos que levaram à crise do *Welfare State*. Segundo os autores, alguns teóricos consideram que a crise foi decorrente da falência do Estado, ou seja, a expansão dos gastos públicos com a área social provocou déficits para o Estado, gerando a inflação e o desemprego. Nessa concepção, os programas sociais são os responsáveis pelo desequilíbrio da competitividade entre os indivíduos. Outros fatores, como a crise financeira fiscal e o excesso de burocracia, também são citados por diferentes teóricos como a razão para a crise do *Welfare State* (ibidem, 1988).

Já numa visão crítica ao modelo neoliberal Landini e Abreu (2003) analisam que na década de 1990 foram traçados objetivos capitalistas e mudanças no aparelho institucional do Estado. Entre essas mudanças, a contenção de gastos públicos na área social, com conseqüente desregulamentação da economia, processo de precarização do trabalho e aumento do desemprego. As autoras analisam que:

A retomada dos princípios que norteiam o liberalismo econômico clássico visa assegurar o controle da classe trabalhadora, a redução de custos e a retomada de uma concepção ideológica, que garanta a exploração da mais-valia por meio dos princípios da liberdade de troca. Neste sentido, o mercado assume a concepção central e caracteriza um modelo de acumulação em que prevalecem as liberdades individuais de compra e venda de mercadorias, em especial da força de trabalho. (LANDINI e ABREU, 2003, p. 204)

As autoras ainda argumentam que nos países periféricos a conseqüência dessa crise foi a fragmentação social com o aumento da pobreza, da desigualdade e da exclusão social (ibid., p.205). Nesta mesma linha de raciocínio Sposati (2002) explica que o próprio neoliberalismo¹⁴, que substituiu o conceito de cidadania pelo de consumidor, contribuiu para a

¹⁴ De acordo com Gentili (1998, p.22), o projeto neoliberal se trata de uma alternativa de poder constituída de uma série de estratégias políticas, econômicas e jurídicas orientadas para encontrar uma saída dominante para a crise capitalista, e tem por objetivo instituir um consenso para garantir o êxito na construção de uma nova ordem social regulada pelos princípios do mercado e sem interferência do Estado.

exclusão das classes menos favorecidas e para a sua precariedade nos serviços públicos – entre eles o ensino superior gratuito. Em suas palavras:

A noção de direito ao acesso a respostas públicas como condição universal fica fragilizada e é reforçado o modelo político da **subsidiariedade**, que propõe a regulação estatal para o último plano ou só quando ocorrer ausência de capacidade da família ou da comunidade em prover tais necessidades. (SPOSATI, 2002, p.6) – grifo da autora.

Sposati (2002, p.3) analisa que, sob o entendimento da hegemonia econômica neoliberal, os programas sociais são geridos pelo “princípio da alta rotatividade, deslocando-se para o indivíduo a responsabilidade em superar riscos sociais”, o que a autora classifica como um círculo vicioso que perpetua a situação de pobreza. A mesma autora analisa que o Brasil, dentre outros países latino-americanos, só reconheceu os direitos sociais e humanos no último quartil do século XX, após lutas sangrentas contra ditaduras militares, que ela classifica como países de “regulação social tardia”. A autora afirma, ainda, que as políticas sociais nestes países, se caracterizam por:

- reconhecimento de direitos sociais com lutas protagonizadas por movimentos sociais e não por movimentos sindicais;
- diluição desse reconhecimento em lutas locais, no âmbito de cidades, dando caráter difuso à efetivação de direitos sociais para todos, isto é, territorializando direitos embora o país não constitua uma federação;
- fragilidade da continuidade do reconhecimento dos direitos sociais ou de sua permanência ou do modo de sua permanência na agenda pública, já que se tornam dependentes da “sensibilidade política” do grupo no governo e não, efetivamente, resultado de conquistas consolidadas reclamáveis nos tribunais como direitos não efetivados pelo Estado.

Assim, como enfatizado por Sposati, ao contrário de um “desmanche social” como ocorreu na Europa, nos países latino-americanos com regulação social tardia, que foram marcados pela violação de direitos humanos e sociais até os anos 1970, ocorreu a construção de um novo modelo de regulação social que vincula democracia e cidadania e é descentrado da noção de pleno emprego ou de garantia de trabalho formal a todos. Este modelo de regulação social se afasta da universalização dos direitos trabalhistas (modelo europeu) e se aproxima da conquista de direitos humanos, ainda que de modo incipiente (SPOSATI, 2007 p. 3).

Será analisado a seguir, como se deu o processo de incorporação das políticas sociais na agenda governamental do Estado brasileiro.

Segundo Sposati (2009) o histórico da assistência social no Brasil mostra que até as primeiras décadas do século XX esta não passava de benemerência oferecida, voluntária e irracionalmente, pela solidariedade da sociedade. Como afirma a autora, no Brasil, até 1930, a pobreza era tratada como disfunção pessoal dos indivíduos e a competência para tratar esse problema era colocada à rede de organismos de solidariedade social ligados à igreja. Também, Farah (2007, p. 111) aborda que na década de 1930, no Brasil, as condições de vida dos pobres urbanos – trabalhadores e desempregados – eram bastante precárias. Ademais, como a autora revela: “o problema da pobreza não chegou a se constituir, no entanto, em problema social, no sentido de se transformar em preocupação das elites e em objeto de intervenção do Estado”. Assim, naquele período as políticas sociais se davam na esfera privada por meio das Santas Casas de Misericórdia, igrejas, e entidades beneficentes.

Farah (2007) analisa que nos anos de 1920 as medidas estatais tomadas no sentido de formular políticas sociais partiram da iniciativa privada. As pressões por melhores condições de trabalho iniciadas por movimentos de trabalhadores urbanos assalariados, representantes de uma nova ordem econômico-social que se introduzia no país, associada à economia cafeeira, fizeram com que o Estado tomasse medidas repressivas para inibir o movimento trabalhista. Mas em meio a essa arena de lutas, Farah (2007) afirma que teve início no país o embrião da legislação social no Brasil com a promulgação da Lei Eloy Chaves em 1923, que criava Caixas de Aposentadorias e Pensões por empresa, para trabalhadores ferroviários. A autora explica:

A partir dessa lei, à qual se seguiu legislação similar para outras categorias de trabalhadores urbanos, as empresas do setor ficavam obrigadas a contribuir para uma “caixa” ou fundo, com recursos que seriam colocados à disposição dos trabalhadores em situação de doença e de aposentadoria ou como pensão à família, em caso de morte do trabalhador. (FARAH, 2007, p. 112)

Assim, observa-se que a intervenção estatal na área social nasceu como ação indireta, na forma de legislação que regulava a ação do setor privado. Conforme afirma Draibe (1988), a partir dos anos de 1930 e de 1940 foram criados institutos de aposentadorias e pensões, promulgada a legislação trabalhista e ocorreu a regulação de políticas nas áreas de saúde e educação. Farah (2007) analisa que a criação dos Institutos de Aposentadoria e

Pensões (IAP), ao longo daquelas décadas, constituiu-se então no nascimento do Sistema de Proteção Social no Brasil. Farah revela que os IAP são os antecedentes institucionais mais antigos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e das demais instituições que atuam na área social. No entanto, a cobertura dessa rede de proteção social tinha uma abrangência limitada, como afirma a autora:

Eram “protegidos” com os benefícios concedidos pelos IAP apenas trabalhadores urbanos, pertencentes a categorias profissionais reconhecidas pelo governo federal. Os benefícios variavam segundo a categoria profissional, refletindo as desigualdades salariais existentes entre as diferentes ocupações. Por outro lado, a maioria da população brasileira permanecia excluída do atendimento estatal – toda a população rural (em 1940, 68,8 % da população) e boa parte dos moradores das cidades. . (FARAH, 2007, p. 114)

Nesse sentido, os trabalhadores rurais e outros cidadãos que não contavam com benefícios trabalhistas ficavam desprotegidos socialmente. Contudo, Farah (2007, p. 114) observa que nesse período de implementação de políticas sociais no Brasil, o Estado, ao estruturar instituições voltadas especificamente à área social, passou “progressivamente a ser identificado como o responsável pelo atendimento de necessidades da população na área social e pela prestação de serviços públicos”. E a autora conclui que em consequência desse fato, ao longo das décadas de 1940 e 1950, com a expansão das áreas urbanas, os problemas sociais se intensificaram no país e ocorreu não apenas “a inclusão de novos temas sociais na agenda pública do país, mas também a identificação do Estado como o responsável pela elaboração e pela implementação de políticas sociais que dessem resposta a esses problemas”. No entanto, na visão de Castro (2009) a política social no país nesse período foi utilizada como fonte de poder, por uma rede burocrática clientelista que cooptava a classe trabalhadora para a realização dos seus interesses.

Já nos anos de 1960 a 1970, Tavares (1990) observou que se instaurou uma crise no país. Além da crise de governo, ocorreu naquele período uma crise do regime e a ruptura do próprio pacto político que o regia desde o pós-guerra. Dizia a autora:

O Estado populista, resultante do compromisso da elite modernizante de trinta com os setores populares, rompeu-se com a intervenção militar. O sentido mais amplo que se pode extrair do impulso original do longo processo iniciado em 64 é o da reestruturação do aparelho de intervenção do Estado em todos os seus níveis, do econômico ao político. (TAVARES, 1990, p. 90)

Com a crise, ocorreu a reestruturação das políticas sociais, visando uma abrangência nacional, porém por meio de um aparelho estatal centralizado (CASTRO, 2009). Porém, Castro afirma que o Estado, naquele momento autoritário, subordinava a política social aos imperativos da política econômica e a implementação das decisões eram privativas da burocracia. O Estado continuava a se relacionar com a sociedade civil por meio da cooptação de indivíduos e interesses privados do sistema, excluindo a representação da sociedade no processo. Na análise de Farah (2007) sobre os anos de 1960 a 1970, a autora afirma que se por um lado o regime autoritário se caracterizou pela restrição dos direitos civis e políticos, na área social houve uma diversificação na atuação do Estado, observável na criação de estruturas especializadas em diversas áreas como saúde, habitação, saneamento, transporte público e previdência. Todavia, Farah conclui que o sistema foi incapaz de garantir o acesso a serviços públicos a uma parcela expressiva da população:

No final dos anos 1970, os movimentos sociais expressavam, nas brechas de manifestação pública existentes no quadro do regime ditatorial, a insatisfação de amplos contingentes da população diante de necessidades sociais não atendidas e reprimidas. Tais movimentos identificavam, no modelo de proteção social então existente, as seguintes características críticas a) centralização decisória e financeira na esfera federal; b) fragmentação institucional; c) gestão das políticas sociais a partir de uma lógica financeira levando à segmentação do atendimento e à exclusão de amplos contingentes da população do acesso aos serviços públicos; d) atuação setorial; e) penetração da estrutura estatal por interesses privados; f) condução das políticas sociais segundo lógicas clientelistas; g) padrão verticalizado de tomada de decisões e de gestão e burocratização de procedimentos; h) exclusão da sociedade civil dos processos decisórios; i) opacidade e impermeabilidade das políticas e das agências estatais ao cidadão e ao usuário; h) ausência de controle social e de avaliação. (FARAH, 2007, p. 111)

Segundo Farah (ibid, p. 115) a constatação de tais deficiências na política social vigente naquele período levou à intensificação dos movimentos sociais nos anos de 1980 pela democratização e descentralização das políticas públicas. Arretche (2000, p.173) afirma que nesse período a instabilidade ministerial dos governos Sarney, Collor e Itamar foi um forte obstáculo para a implementação da reforma nas políticas sociais. Outros elementos de vicissitudes apontados pela autora foram “a utilização das políticas sociais como instrumentos de patronagem e negociação entre a presidência de República, o congresso e as bases estaduais e municipais”. Nesses governos, Arretche considera que nenhuma reforma efetiva foi implantada no que diz respeito à descentralização das políticas sociais. O único avanço

relevante, segundo ela, foi a inserção da política social na Constituição de 1988 e mais tarde, em 1993, a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, que veio a consolidar a política de assistência social no Brasil com a previsão de recursos específicos na área e mecanismos de controle e avaliação.

Sposati (2009, p. 12) também considera a Carta Magna de 1988 um avanço da política social:

A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988, ao afiançar os direitos humanos e sociais como responsabilidade pública e estatal, operou, ainda que conceitualmente, fundamentais mudanças, pois acrescentou na agenda dos entes públicos um conjunto de necessidades até então consideradas de âmbito pessoal ou individual.

Assim, para Sposati (Ibid., p.13) a inclusão da assistência social na Constituição de 1988, significou a ampliação no campo dos direitos humanos e sociais e, como consequência, introduziu a exigência da assistência social, como política pública. Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 2003). Aliada a sua inserção na Constituição de 1988, a assistência passou a ser concretizada como política de seguridade social ampla e permitiu que fossem definidos princípios e diretrizes para a assistência como direito do cidadão e dever do Estado (SPOSATI, 1999).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Jorge Abrahão de Castro (2009) argumenta que nos anos 1990, no contexto da crise fiscal que se instaurava no mundo, que levou políticos neoliberais a considerar que os gastos públicos sociais excessivos eram desperdício de recursos, houve uma política de reforma, ajustes fiscais e enxugamento da máquina administrativa, seguindo a orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas, segundo ele, houve avanços na política de Assistência Social nesse período, pois nesse governo foi criada a Secretaria de Assistência Social vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social com a missão de coordenar a Política Nacional de Assistência Social e implementar as medidas preconizadas na LOAS.

Na análise de Castro (2009, p. 103) o governo Lula teria encampado as propostas de reforma previdenciária e tributária oriundas da agenda anterior. Para o autor, esse governo avançou na promoção das políticas sociais quando adotou as seguintes medidas:

1) estruturação de novas políticas ancoradas em novas instituições, tais como a política nacional de segurança alimentar e nutricional; a política de promoção da igualdade racial; a política de promoção da igualdade de gênero; e a política integrada de desenvolvimento urbano; 2) racionalização de recursos públicos por

meio, por exemplo, da unificação dos programas de transferência de renda; 3) multiplicação de fóruns democráticos de deliberação coletiva, tais como a convocação, de forma inédita, de conferências nacionais (i.e., cidades, segurança alimentar), a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Fórum Nacional do Trabalho e os Fóruns Estaduais para debater o Plano Plurianual (PPA); 4) e a promoção de reformas estruturais, iniciando-se pelas previdenciárias e tributária.

De uma perspectiva mais crítica, Sposati (2007, p. 3) diz que apesar desses avanços, para uma consolidação da assistência como direito social precisa ocorrer uma mudança no que a autora denomina de “Paradigma político na política de assistência”. Para a autora, essa mudança contém múltiplas implicações, “desde alterações conceituais até a adoção de novos modelos e modos de gestão que alterem o modo de ser da assistência social para o de política pública”.

Concorda-se aqui com Sposati (2007) quanto à afirmação de que existe uma ausência de debate crítico sobre a concepção de assistência que permeia a formulação de ações e programas na área. A autora afirma que em consequência dos equívocos que essa ausência produz, tem ocorrido a distorção do verdadeiro sentido da assistência refletida em programas assistencialistas em âmbito municipal, estadual e nacional.

Esta breve abordagem sobre o histórico da implementação de política de Assistência Social no Brasil teve como finalidade preparar o leitor para compreender as implicações da efetividade de políticas públicas em um país desigual e excludente como o Brasil. Considerando que um dos objetivos desse trabalho é aprofundar a discussão sobre a assistência estudantil como direito à inclusão das camadas populares à educação superior, após a análise sobre o histórico das políticas sociais no Brasil, entende-se que a discussão teórica sobre conceitos de pobreza e inclusão social é importante para a compreensão das implicações que um programa de assistência, seja ele estudantil ou, não tem na vida das pessoas que vivem em situação considerada de “pobreza”. No próximo tópico será abordado de que pobreza esse trabalho trata e que dimensão esta incide nas famílias de estudantes de universidades públicas.

2.3 ABORDAGENS CONCEITUAL DE POBREZA, EXCLUSÃO E DESIGUALDADE SOCIAL

Por se tratar de um fenômeno complexo a pobreza tem sido apresentada por diferentes conceitos na literatura. Como abordado por Almeida (2003, p. 2) na visão economicista, a pobreza é vista como um fenômeno desestruturante que de forma contraditória se insere numa dada formação estrutural de sociedade. A autora afirma que nessa visão “comparando-se com a riqueza, a pobreza significa exatamente o contrário de tudo aquilo que representa crescimento econômico”. Ainda segundo Almeida, na perspectiva Econômica Política, baseada em Marx, a pobreza se insere na situação de classe social e manifesta-se pela exploração do trabalho pelo Capital na sociedade burguesa. Observada por esse ângulo, a autora considera que a pobreza não é um fenômeno desestruturante, “mas estruturante para a acumulação do Capital com a extração da mais valia”

Segundo Relatório do Banco Mundial, citado por Sposati¹⁵ (1998), pobreza se define como “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo possível”. Sobre o conceito de pobreza, Demo (2002, p.5) afirmava que a Organização das Nações Unidas (ONU) através do Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNDU tem evoluído esse conceito no sentido de ressaltar os aspectos para além da carência material, pois para o autor o maior problema das populações pobres não é propriamente a fome, mas a “falta de cidadania que os impede de se tornarem sujeitos de sua própria história”. Sen (2001) compartilha desse último conceito e em sua visão aquilo que é valioso para qualidade de vida de uma pessoa é por natureza plural, incluindo dimensões econômicas e não-econômicas. Assim, limitar a visão da pobreza à esfera da renda e riqueza seria um erro grave do ponto de vista ético e moral. Nesse prisma, a identificação da pobreza depende de variáveis diversas, o autor explica:

As vantagens e desvantagens relativas que as pessoas têm, comparadas umas às outras, podem ser vistas em muitas perspectivas diferentes, envolvendo diferentes focalizações, p.ex., liberdades, direitos, rendas, riquezas, recursos, bens primários, utilidades, capacitações, e assim por diante [...] (SEN, 2001, p. 147)

¹⁵ Artigo **Exclusão social abaixo da linha do Equador**. Disponível em < <http://www.pdf-search-engine.com/exclusao-social-abaixo-da-linha-do-equador-pdf.html#> >. Acesso em 13 out.2009.

Estudo sobre a pobreza realizado por Carneiro (2005, p.66) identifica três enfoques do conceito de pobreza: o enfoque monetário, que leva em conta o aspecto da renda monetária e considera “pobre” aquele que obtiver um rendimento até determinado valor; o enfoque das necessidades básicas insatisfeitas, que é mais amplo do que o da renda monetária, mas ainda se limita à dimensão econômica da pobreza; e a noção de “privação de capacidades”, que centra a discussão sobre pobreza em outro patamar: considera pobreza como a “carência ou privação de capacidades que permitam às pessoas viver uma vida digna” (Ibid., p.67). Essa última contempla dimensões menos tangíveis, como auto-respeito, autonomia, dignidade, senso de liberdade.

Considera-se, para a presente dissertação, este último conceito de pobreza, pois de acordo com Sposati (2002) além de benefícios materiais o cidadão necessita ter sua dignidade e sua autonomia para se sentir incluído no meio social. A autora faz uma crítica aos conceitos reducionistas sobre a pobreza:

A noção de pobreza, por fundar-se na identificação de ausências ou de carências, é restritiva e difunde a ignorância das potencialidades e das possibilidades dos talentos de homens e mulheres. A noção de carências transforma homens e mulheres em necessitados retirando-os do reconhecimento social em que se funda sua dignidade e auto-estima. (SPOSATI, 2006, p. 5)

A este respeito, a autora enfatiza que a pobreza não deve ser tratada de forma personalizada ou apenas pelo caráter socioeconômico.

Contudo, institutos de pesquisa que mapeiam a pobreza usam medidas variáveis. Estudo realizado pelo IPEA, intitulado *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil* analisa que a pobreza não pode ser definida de forma única e universal, mas que se pode afirmar que esta se refere a situações de carência em que a pessoa não consegue manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Os autores da pesquisa afirmam:

Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2001, p.7)

Nesta visão, a pobreza está diretamente relacionada à renda *per capita* da família, o indicador é o número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e a distância da renda *per capita* de cada família pobre em relação à linha de pobreza¹⁶. Considera-se nesta dissertação esta visão reducionista, pois afere a pobreza ou o estado de indigência apenas pela insuficiência de renda do indivíduo. Os autores trazem números sobre a pobreza no Brasil:

Os resultados revelam que, em 1999, cerca de 14% da população brasileira vivem em famílias com renda inferior à linha de indigência e 34% em famílias com renda inferior à linha de pobreza. Desse modo [...], cerca de 22 milhões de brasileiros podem ser classificados como indigentes e 53 milhões como pobres.(BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2001, p.8)

Como na referida pesquisa a pobreza é definida por indicadores de renda, os autores apresentam dois determinantes imediatos da pobreza: a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes (Ibid. p.9). Nesse sentido, Barros e Carvalho (2003) também pesquisadores do IPEA, analisam que a razão para o aumento da pobreza no Brasil é a desigualdade, pois no país as riquezas são mal distribuídas. Os autores afirmam que:

De acordo com dados do Banco Mundial, enquanto no Brasil, a renda média dos 20% mais ricos é 25 vezes maior do que a dos 20% mais pobres, tanto na Holanda como na Índia essa razão não ultrapassa 5. De fato, o Brasil é um dos países que pertencem ao grupo dos 10% mais desiguais no mundo (BARROS e CARVALHO, 2003, p.3).

Assim, a desigualdade ou má distribuição de recursos constitui um elemento central para a contribuição do aumento e a manutenção da pobreza. Barros e Carvalho (2003, p.4) entendem que “o ideal para o combate à extrema pobreza seria combinar crescimento econômico e redução no grau de desigualdade”. Porém, os autores afirmam que no caso do Brasil não bastaria reduzir as desigualdades sociais, seriam necessárias políticas sociais efetivas. Nesse sentido, consideram-se políticas efetivas aquelas cujo resultado causa impacto

¹⁶ A linha de indigência refere-se à estrutura de custos de uma cesta alimentar, regionalmente definida, que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. A linha de pobreza é calculada como múltiplo da linha de indigência, considerando os gastos com alimentação como uma parte dos gastos totais mínimos, referentes, entre outros, a vestuário, habitação e transportes. (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2001 p.7).

positivo na vida dos seus beneficiários. Barros e Carvalho (2003) citam dois fatores que tornam as políticas sociais no Brasil pouco efetivas:

O primeiro deles diz respeito ao grau de focalização da intervenção, isto é, para que uma política social de combate à pobreza seja efetiva, é preciso que atinja os verdadeiramente pobres. O segundo fator é a eficácia, ou seja, as intervenções devem melhorar o bem estar dos beneficiários, seja expandindo a sua capacidade produtiva ou o grau de utilização dessa capacidade, seja garantindo que as necessidades básicas desse grupo estejam sendo satisfeitas (BARROS e CARVALHO, 2003, p. 5).

Além desses fatores, os autores mencionam ainda a falta de avaliação dos programas como um vetor responsável pela baixa efetividade das políticas sociais. Afirmam que se os programas fossem avaliados periodicamente “seria possível concentrar os recursos disponíveis naqueles programas comprovadamente com maior impacto e, com isso, aumentar a efetividade da política social” (Ibid, p.9). A este respeito, acredita-se que uma avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Tocantins constitui um importante instrumento para a construção e a reformulação de políticas sociais efetivas na instituição.

As categorias pobreza e exclusão social não podem ser tratadas como sinônimos, como abordado por Dias (2008, p. 5). A exclusão social não pode ser compreendida apenas pelo fator pobreza econômica, antes ela envolve diferentes variáveis: “não se trata exclusivamente da privação de recursos econômicos, as pessoas são excluídas socialmente por preferências sexuais, pertença a grupos diferentes, religião, cor da pele, deficiência física, vícios, etc.” Ainda outra visão sobre exclusão é apresentada por Faleiros:

A exclusão é um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, de forma a estabelecer hiatos tanto nas condições objetivas de vida ou de meios de vida como na percepção de si mesmo como sujeito historicamente situado, numa sociedade e num determinado Estado em se que pactuam direitos e se compactuam com exclusões. (FALEIROS, 2006, p.3).

Dialogando com Faleiros, Cohn (2004, p.5) aponta que o termo exclusão social, antes entendido como “um fenômeno de marginalização social de determinados segmentos sociais do processo de crescimento econômico, no geral pobres com baixa escolaridade, negros e mulheres”, passa a ser entendido como um fenômeno mais abrangente, envolvendo a esfera econômica, política, cultural e social da rede de sociabilidade dos indivíduos, e com

essa ampliação remete ao conceito de “vulnerabilidade social”, ou de “grupos socialmente vulneráveis” ou, de “grupos em situação de risco”. (COHN, 2006, p.06)

Entretanto, Castel (2006) argumenta que esses indivíduos excluídos não se apresentam num grupo homogêneo, diferente da concepção de divisão de classes da concepção clássica de Sociologia que prevaleceu até meados da década de 1970. O autor afirma sobre os “excluídos”:

São mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência, etc. (CASTEL, 2006, p. 63)

Avançando nesta discussão, Castel (2006) afirma que não se pode mais falar de classes sociais como se fazia há algumas décadas, porque isso generalizaria a noção de exclusão, tornando-a vaga e indeterminada. O autor propõe redefinir a problemática da estratificação social e das desigualdades sociais “para compreender que aquilo que chamamos de exclusão remete para dinâmicas de dominação e para conflitos sociais que atravessam a sociedade” (Ibid. p. 64). O autor conclui sobre a noção de “exclusão” que:

A maior crítica que se pode fazer ao termo “exclusão” é, sem dúvida, de ter ocultado esta dimensão coletiva dos fenômenos de dissociação social, focalizando a atenção na infelicidade dos indivíduos que as sofrem. [...] Estes grupos têm consciência de que o futuro se constrói sem eles, que eles não tem lugar numa mundialização que exacerba a concorrência à escala planetária sob a lei única da maximização dos lucros. Estes “excluídos” não são unicamente indivíduos anônimos eles pertencem a grupos sociais em declínio e exprimem a desordem que também tem uma dimensão coletiva (CASTEL, 2006, p. 72).

Portanto, a exclusão abrange mais que uma situação momentânea ou passageira, ao contrário, passa a ser uma condição social permanente e torna esses sujeitos, como os denomina, Castel (2006, p. 76), “desfiliados”. Na visão do autor, eles não são completamente desligados do social porque por um lado eles mesmos formam grupos sociais que partilham o mesmo destino comum.

Outra visão apresentada, de Amartya Sen (2000), considera a pobreza no nível absoluto, em que o sujeito é privado do que ele chama de liberdades substantivas. Para Sen, “tais privações roubam das pessoas a liberdade de saciarem a sua fome, de terem acesso à

água tratada, saneamento básico, moradia, participação das decisões políticas, vestuários apropriados, de terem acesso a uma educação de qualidade”. Neste grupo estão as pessoas que vivem na condição de miséria, que não têm acesso aos serviços mínimos necessários para viver com dignidade. Para esses, para quem o acesso à escola em nível fundamental já é difícil, e a inserção no ensino superior torna-se um sonho distante.

Na perspectiva de Barros, Henrique e Mendonça (2000, p. 2), pobreza “se refere a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”. Para os autores, a abordagem sobre a pobreza absoluta requer que se construa uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos de uma sociedade, em outras palavras:

Consideramos a pobreza na sua dimensão particular (evidentemente simplificadora) de insuficiência de renda, isto é, há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao mínimo necessário para que possam satisfazer as suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda *per capita* de cada família pobre e a linha de pobreza (Ibid, p.2)

Os autores analisam que no caso de pobreza por insuficiência de renda, dois determinantes imediatos estão presentes: a escassez agregada de recursos e a má distribuição de recursos existentes. Essa situação leva à exclusão dos cidadãos das condições mínimas de dignidade.

Por outro lado, Silva e Silva (2003, p. 3) afirma que a pobreza deve ser vista como um fenômeno multidimensional. A autora explica:

Nesse sentido, não pode ser vista como mera insuficiência de renda, pois é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política.

Assim, pobreza assume várias dimensões, não podendo ser definida de forma única e universal, não podendo ser definida apenas no viés econômico, mas também social, cultural, e do direito. Silva e Silva (2003, p.2) busca na teoria marxista a explicação para o fenômeno da pobreza. Em suas palavras, a raiz da pobreza é “inerente ao sistema de produção capitalista, enquanto exploração decorrente do processo gerador de mais valia e da repartição

injusta e desigual da renda nacional entre as classes sociais”. Adota-se esta visão de pobreza no presente trabalho, haja vista que concorda-se com a visão de Silva e Silva sobre pobreza como fenômeno estrutural, conseqüente da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e como um fenômeno multidimensional, complexo e relativo. Isto nega a pobreza como apenas decorrente da insuficiência de renda e os pobres como um grupo homogêneo delimitado.

Na publicação *Atlas da exclusão social no Brasil*, Pochmann e Amorim (2003, p.25) afirmam que nas regiões Norte e Nordeste se concentram os maiores índices de desigualdade e exclusão do país:

A ‘selva’ da exclusão mostra-se aí intensa e generalizada, com poucos ‘acampamentos’ de inclusão social, pontuando uma realidade marcada pela pobreza e pela fome, que atinge famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiências assalariada formal.

A situação de pobreza nessa camada da população já “excluída” tende a se perpetuar de pais para filhos à medida que a situação não se reverte para essas famílias. Mesmo promovendo os programas de transferência de renda, o governo brasileiro não conseguiu erradicar a pobreza no Brasil. Embora a movimentação destes recursos gere um efeito direito na economia local, sua eficácia somente será alcançada quando as famílias souberem aplicar nestes recursos um multiplicador, remanejando e empregando o valor da maneira mais adequada a sua situação.

Nesse sentido, concorda-se com Cohn (2004, p. 7) sobre a importância da cidadania como um processo de habilitação dessas comunidades que recebem os benefícios dos programas de transferência de renda. É necessária a capacitação tanto para eles “se organizarem para defenderem e representarem seus interesses de forma efetiva, quanto para a produção de bens econômicos no sentido de aproveitarem possíveis acessos e formas sustentadas de geração de renda como ainda para participarem de esferas societárias”. A educação continuada de economia doméstica é um item essencial para todas as famílias, especialmente as de baixa renda e imprescindivelmente às que estão em situação de extrema pobreza.

Zaluar (1997), argumentava que mais que reinserir os excluídos é preciso políticas sustentáveis que possibilitem não apenas a remediação da situação das pessoas em desvantagem, mas a prevenção dessa exclusão:

Uma nova concepção de solidariedade é mobilizada na ideologia desse Estado: não é nem caridade privada, nem o bem-estar advindo dos direitos sociais, nem a

mutualidade do solidarismo do século XIX. [...] Nele, idealmente as políticas públicas deveriam se ocupar em prevenir a exclusão mais do que de reinserir os excluídos; de criar uma sociabilidade positiva mais do que de remediar a negativa, embora o quadro da crise atual o oposto tenha que ocorrer na política de reinserção. (ZALUAR, 1997, p.4)

Zaluar (1997) afirmava ainda que a exclusão, sobre a forma de injustiça (distributiva), se apresenta quando as pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços e benefícios oferecidos pelo Estado que devem ser concebidos como direito de cidadania. No entanto, a autora afirma que, considerando as disparidades existentes entre os níveis de exclusão que a população pode apresentar, seria preciso “conhecer os processos que levam à exclusão, para se ter um entendimento mais verdadeiro e menos retórico da exclusão”. Zaluar cita o exemplo da diferente trajetória de exclusão existente entre as vivenciadas pelos meninos de rua e dos profissionais desempregados (biscateiros), ou ainda dos homossexuais, pois cada um tem sua singularidade e seu mundo.

Igualmente, na trajetória acadêmica e de vida dos alunos de graduação das universidades públicas, existem diferentes dimensões de exclusão e desigualdades, como abordado por Portes (2006). Diante das dificuldades, esses jovens desenvolvem estratégias próprias de sobrevivência na universidade. Ainda de acordo com Zago (2006), para esses jovens provenientes de famílias de baixo poder aquisitivo o ensino superior representa um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. No entanto, sobre o ingresso desse jovem Zago conclui que:

Se o ingresso no ensino superior representa para esse grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade. Provenientes de outras cidades ou estados, pouco mais da metade tem suas despesas acrescidas pelo fato de não morar com a família. Nesses casos, residem na casa do estudante universitário (quando há vaga), ou com parente, ou ainda, dividem casa ou apartamento com colegas (ZAGO, 2006, p.8)

Assim, para esses estudantes de famílias pobres a inserção na universidade é apenas o começo de uma trajetória de apuros financeiros, necessidades físicas e emocionais quando eles têm que se deslocar de perto das famílias para estudar em outra cidade. Na maioria das vezes, esses jovens não contam com a ajuda da família, que já passa dificuldades financeiras, mas segue sozinho na busca de se manter na universidade. Nessa situação, procuram na universidade algum tipo de bolsa para ajudar nas despesas pessoais (ZAGO, 2008).

Em capítulo posterior deste trabalho serão considerados estudos que revelam a trajetória desses jovens de camada populares nas IFES. Antes, no entanto, será apresentada, no próximo capítulo, uma explanação sobre as políticas de educação superior no Brasil e o seu processo de democratização do acesso. Essa abordagem teórica é importante para a compreensão do contexto macro em que as políticas de educação superior no Brasil foram implementadas, para o entendimento de como a assistência estudantil se tornou pauta na agenda governamental do país e que implicações esta política tem na vida das pessoas beneficiárias dos programas desenvolvidos nessa área.

3 POLÍTICAS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Nesse capítulo situa-se as políticas sociais para o ensino superior, no Brasil, analisando os contornos dessas políticas no decorrer do século XX e sua consolidação nas últimas décadas. Apresenta-se um breve histórico da educação superior no Brasil com intuito de fornecer ao leitor melhor compreensão sobre o contexto social, econômico e político em que esta foi concebida. Fundamentou-se, em seguida, como se deu o processo de democratização do ensino superior no Brasil e a que interesses este atende. Entende-se que essa análise contribuirá para a compreensão da necessidade da inserção da política de assistência estudantil na agenda governamental.

Para Almeida (2000), a política de assistência estudantil, na qualidade de política pública, teve sua inclusão na agenda governamental na década de 1960 em consequência da pressão da sociedade civil para a manutenção do estudante pobre no ensino superior. No entanto, como enfatizado por Araújo (2003, p. 79), compreender a formulação da política de assistência estudantil requer o conhecimento sobre os condicionantes propostos pela conjuntura política e econômica do Brasil na formulação das políticas educacionais. A autora aborda que uma característica marcante da política de assistência estudantil nas IFES brasileiras “é a seletividade dos programas e acesso e/ou permanência dos estudantes encontram-se formalmente baseados nos critérios da carência sócio-econômica e/ou desempenho acadêmico ou mérito”.

Faleiros (1991, p. 41) já compreendia que a análise da conjuntura política, num determinado momento político, constitui elemento fundamental para a compreensão de uma política social, e que:

As políticas sociais conduzidas, hoje, pelo Estado, representam um resultado da relação e do complexo desenvolvimento das forças produtivas e das forças sociais. Elas são o resultado da luta de classes e ao mesmo tempo contribuem para a reprodução das classes sociais.

Assim, esse pressuposto contribui para o atual entendimento de que a assistência estudantil, na qualidade de política pública, constitui uma luta de interesses e classes conseqüentes da condição seletiva e de exclusão que permeiam a educação brasileira. (ROMANELLI, 2009). Nesse sentido, a realização de um retrospecto da história da educação

superior no Brasil contribuirá para a compreensão do contexto em que se instalam as políticas públicas de assistência estudantil.

3.1 A EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A noção de educação pública, segundo Ranieri (2000), se dá na Europa a partir do século XVI, concomitante à consolidação da idéia de Estado Nação, consagrando a educação como instrumento de ação política e de interesse do Estado. Para a autora, nessa concepção todos deveriam ter direito às mesmas condições de ensino e aprendizagem.

Nessa perspectiva, de acordo com Ranieri (2009) seria possível que todos, por meio da formação educacional, utilizassem a educação como instrumento de luta pela ampliação dos direitos humanos e pela consolidação da cidadania. Segundo a sistematização histórica da educação no mundo ocidental abordada por Ranieri (2009, p.38):

Identifica-se sucessivamente, desde o século XVI, a “educação pública religiosa” (séculos XVI e XVII), voltada à formação do cristão; a “educação pública estatal” (século XVIII), voltada à formação do súdito, em particular do militar e a do funcionário, para atender ao processo de secularização do Estado. Após a Revolução Francesa, a “educação pública nacional” (século XIX) de caráter popular, elementar e primário, destinado ao cidadão, que, com o aumento da participação popular nos governos evoluiu para a “educação democrática” (século XX), cujo objetivo é a formação do homem completo.

Para Ranieri (2009), “a educação superior não escapa à realidade política e pública”. A autora ressalta que a criação das primeiras universidades públicas no mundo ocidental delineou-se por duas concepções de educação: a idealista, voltada aos interesses científicos, e a funcional, voltada para as necessidades sociais e culturais e/ou para atender a demanda do mercado. Ainda de acordo com Ranieri, a manutenção do ensino superior no âmbito público era ligada ao monopólio de concessões de privilégios profissionais, permanecendo um direito restrito a poucos (elite dominante e frações de classe em ascensão).

Ranieri (2009, p. 44) afirma que até o século XIX o Brasil não tinha educação superior. Apenas a partir de 1808, quando foram criados os primeiros cursos e academias de estudos superiores, quando, segundo a autora, a educação superior estava “sob controle estatal e essencialmente voltada à formação profissional”. De acordo com Colossi, Constantino e

Queiroz (2001, p. 51), em 1827 foram criados cursos de Ciências Jurídicas em São Paulo e em Campinas. Os autores relatam que em 1889 houve uma expansão considerável do ensino superior no Brasil com a criação de 14 novas faculdades. Os autores explicam que esta expansão se deu, em alguns casos, na esfera do crescimento econômico de algumas cidades, como no caso de Manaus que teve sua universidade criada em 1909, acompanhando o ciclo da borracha, e da Universidade do Paraná implementada durante o ciclo do café, no mesmo período.

De acordo com Finatti (2007, p. 61), a primeira universidade criada pelo governo federal foi a Universidade do Rio de Janeiro, em 1920. Essa universidade, mais tarde, na reforma Francisco Campos, em 1931, passou a ser considerada como modelo para as demais universidades brasileiras, sendo intitulada Universidade do Brasil. Segundo a autora, naquele ano foi instituída a primeira reforma do ensino superior que previa a criação do Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de normatizar a educação superior no país.

Foi na década de 1930 que a demanda pela educação superior, no Brasil, foi crescente. Aumentou a necessidade de escolaridade, com a urbanização a do país, e, de acordo com Romanelli (2009), esta era uma luta das classes populares que ansiavam pelo acesso às posições sociais superiores. A autora observa que, naquele cenário, a educação oscilou entre:

Atender os interesses das camadas populares por mais educação, a educação que assegurasse o status, e os interesses das classes dominantes, que procuravam conter, de várias formas possíveis, as pressões dessas camadas. Reside aí a razão pela qual o ensino se expandiu, apesar de tudo, mas expandiu-se de forma distorcida. (ROMANELLI, 2009, p.109)

Conelli (2007, p.14) afirma que no início da década de 1930, no Brasil, os sistemas educacionais já eram na sua maioria “estratificados, segregados por raça, gênero e classe social, divididos entre escolas acadêmicas e técnicas, públicas e privadas, protestantes e católicos”. Conclui o autor que se desenvolveu assim o caráter seletivo e elitista da educação, o que veio a ocasionar a exclusão das classes populares ao ensino público, sendo necessárias políticas assistenciais para manter os estudantes pobres no ensino público.

Apesar da expansão das matrículas ocorridas a partir de 1930, em decorrência da criação do Ministério da Educação e da Saúde naquele ano, e da Reforma Francisco Campos em 1931, o chamado *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, Romanelli (2009, p.125) analisa que:

Essa expansão, no entanto, não refletiu as necessidades reais de desenvolvimento, já que de um lado, foi insuficiente, e de outro, caminhando em sentido inverso das necessidades criadas, acabou por acentuar profundamente a defasagem entre educação e esse desenvolvimento. Em conseqüência, a educação acabou por desempenhar papel conservador e alienante, na ordem econômica e social heterogênea, que é a brasileira.

Romanelli (2009, p. 205) afirma que em face da aceleração do ritmo de crescimento do Brasil, com a implantação da indústria de base a partir de 1930, com o auge em 1950, e da demanda efetiva por educação superior, ocasionada pela ascensão da classe média, o sistema educacional brasileiro não suportou a demanda e entrou em crise aguda. A autora ressalta que um dos aspectos da crise mostrou-se na incapacidade do sistema de oferecer os recursos humanos necessários à expansão econômica.

Segundo Romanelli, a crise levou à reivindicação dos estudantes militantes organizados em passeatas, exigindo do governo a reforma universitária, o que culminou em ações mais drásticas como o Decreto Lei nº. 252 de 28 de fevereiro de 1967 que no artigo 11 vedou aos órgãos de representação estudantil qualquer manifestação ou propaganda político partidário. Conforme observa Araújo (2008), de abril de 1964 até 1967, o movimento estudantil intensificou as discussões em torno da revogação dos Acordos do MEC com a United States Agency for International Development (USAID)¹⁷ e também a revogação da Lei nº4.464 de 09/11/1964, Lei Suplicy, que substituiu a União Nacional dos Estudantes UNE pelo Diretório Nacional de Estudantes.

Ao descrever as mudanças ocorridas após a Reforma Universitária (Lei. 5.540 de 28 de novembro de 1968), Romanelli (2009, p. 228) relata que ocorreram mudanças na organização da universidade, também na estrutura da administração e na dinâmica dos cursos. A autora faz uma análise crítica dessas mudanças e observa que tal reforma foi concebida com viés na racionalidade técnica, da eficiência e da produtividade, influenciada pelo modelo americano de universidade. Romanelli (2009, p. 233) conclui que “a modernização acabou criando uma complexidade administrativa e uma teia intrincada de mecanismos de controle que a tornou mais conservadora na sua estrutura geral do que a do antigo modelo”.

¹⁷ O MEC-USAID era constituído de programas de cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos que tinham o objetivo de provocar o desenvolvimento da educação brasileira. Esses acordos incluíam assistência financeira e assessoria junto aos órgãos e instituições educacionais. Os documentos produzidos traziam propostas para a inovação e flexibilização da universidade, enxugamento dos cargos, melhoria da qualidade, e a proposta da dependência das universidades de países sub-desenvolvidos às universidades americanas, o que não agradava o corpo docente universitário e tampouco os estudantes. (ROMANELLI, 2009)

De acordo com Borges e Carnieli (2005, p. 114), após a Reforma Universitária o governo federal lançou várias medidas e leis na tentativa de racionalizar e aprimorar o processo seletivo para o ensino superior. Os autores afirmam que:

Uma das primeiras medidas foi instituída logo depois da reforma universitária de 1968 pelo Decreto-Lei n.464, de 11.2.1969, que, no art. 4º, determinava ao Ministério da Educação e Cultura – MEC – atuar junto às instituições de ensino superior, com vistas à realização de concursos vestibulares unificados em âmbito regional, normatizando o que já previa a Lei n. 5.540/68. No que se refere à unificação, o Decreto n. 68.908/71 delegava ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC a competência para fixar a data dos vestibulares das instituições públicas em todo o território nacional.

Ainda de acordo com Borges e Carnieli (2005, p. 2), nas décadas de 1970 e 1980 foram introduzidos modelos de seleção para a universidade que ainda hoje são utilizados, como, por exemplo, “a inclusão de provas de habilidade específica para os cursos de Educação Física, Música, Artes, Arquitetura, entre outros; a inclusão de redação; o vestibular por etapas, a fixação de pesos diferentes para cada prova, considerando-se a carreira pretendida e a inclusão de questões que envolvem conhecimentos regionais”.

Gatti (1992) relata que os anos de 1980 foram de grande efervescência nas discussões sobre a questão do acesso ao ensino superior. Segundo a autora, fatores como a pressão das camadas médias por vagas na universidade e a discussão do vestibular unificado levaram o governo a tomar outras medidas como a revogação do decreto que instituía o vestibular unificado, voltando cada universidade a organizar o seu vestibular, cabendo ao MEC apenas a normatização do exame.

Segundo Soares (2002), a década de 1980 ficou conhecida como a década da estagnação econômica, a década perdida. A autora analisa que nesse período a economia brasileira foi marcada por sucessivas crises em razão do desequilíbrio na balança de pagamento, descontrole da inflação, aumento da dívida externa, insucesso de planos econômicos adotados pelo governo e outros fatores que ocasionaram o recuo nos recursos para as universidades públicas e seu sucateamento. Será abordado num tópico posterior que foi nessa década que se iniciaram as discussões sobre as políticas de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras. Nesse momento será tratado o contexto em que foram implementadas as políticas de democratização do ensino superior no Brasil.

3.2 POLÍTICAS DE EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NAS ÚLTIMAS DÉCADAS NO BRASIL

Na visão de Micheloto, Coelho e Zainko (2006, p. 192), expressa no artigo “*A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula*”, nas últimas quatro décadas a educação superior no Brasil passou por duas fases de forte expansão. Os autores citam que a primeira delas coincidiu exatamente com o período militar: “De 1964 a 1980 o número de matrículas nesse nível de ensino aumentou quase dez vezes. Contraditoriamente, no período subsequente, de abertura política e redemocratização do país (1980-1995), o sistema apresentou um crescimento meramente vegetativo”. A segunda fase de expansão, segundo os autores, iniciou-se a partir de 1995 em razão do crescimento da rede privada e do processo de diversificação das instituições. Nelson Amaral (2009), pesquisador da Universidade Federal de Goiás – UFG fez uma análise do financiamento e expansão das universidades nas últimas décadas no Brasil. Segundo o autor, o período militar foi responsável, percentualmente, pela maior expansão na educação superior brasileira e, em especial, do setor privado.

De acordo com o autor, as matrículas na educação superior cresceram 1.066%, sendo que o setor público cresceu 552% e o setor privado, 1.413%. Na análise de Amaral (2009), este crescimento se deu em razão de uma vinculação entre “expansão, avaliação e financiamento”. Para ele a avaliação das universidades constitui um fator de peso no seu financiamento e, por conseguinte, na sua expansão. O autor explica:

Portanto, há ainda que se considerar a “avaliação” feita pelos militares de que se deveria permitir uma grande expansão do setor privado, o que acabou invertendo os percentuais de matrículas entre públicas e privadas; em 1964 eram em torno de 60% públicas e 40% privadas e no final do período militar, 40% públicas e 60% privadas (AMARAL, 2009, p.4)

Amaral considera que houve também uma vinculação entre “expansão, avaliação e financiamento” nas universidades públicas naquele período:

A grande expansão de 552% no número de matrículas se deu com a aplicação de volumes elevados de recursos financeiros. Há que se lembrar que nesse período foram construídos muitos dos campi universitários das IFES, em geral, distantes da região central das cidades, além de implantar a pós-graduação e o regime de dedicação exclusiva para os professores (AMARAL, 2009, p. 12).

Já no governo José Sarney, com a abertura política do novo momento político que se instaurou no país, na análise de Amaral (2009, p. 14), houve “uma euforia pela oportunidade de se exercer a democracia e implementar mudanças e ordenações que fossem do Estado e não apenas de governo”. Nesse sentido, a chamada da sociedade para as realizações de vários fóruns governamentais e não governamentais e a convocação da Assembléia Constituinte para a aprovação de novo texto constitucional constituiu um cenário ideal para a discussão sobre as políticas educacionais no país.

Na Constituição aprovada em 1988, foram estabelecidos percentuais anuais para a manutenção do Ensino superior, como afirma Soares (2002, p.40):

[...] instituiu um mínimo de 18% da receita anual, resultantes de impostos da União, para a manutenção e desenvolvimento do Ensino, assegurou também a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis [...] em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades.

No entanto, Soares (2002) considera que as reformas implementadas na educação superior, nas décadas de 1990 e início dos anos 2000, seguiram as diretrizes dos organismos internacionais, cuja tese é a de que o sistema de ensino superior deve se tornar mais diversificado e flexível, objetivando uma expansão com contenção nos gastos públicos. A autora analisa que:

As propostas de focalização no ataque à pobreza e de economicidade e eficiência consagradas no chamado “Consenso de Washington” e, em particular, nos programas do Banco Mundial, a nosso modo de ver não passam de tentativa de “racionalizar” a situação de agravamento geral da pobreza e do desamparo social a que foram conduzidos quase todos os países periféricos na última década, independentemente de sua matriz histórica de desenvolvimento econômico e político. (SOARES, 2002, p.22).

Na área educacional, a política de focalização se manifesta por meio da priorização dos recursos da União para o atendimento ao ensino fundamental; pela criação de bolsas para os estudantes do ensino superior privado e pela redução dos investimentos públicos às Instituições de Ensino Superior públicas, induzindo-as à captação de recursos no mercado capitalista (SOARES, 2002).

Chauí (2001, p. 190) argumenta que a universidade pública nos anos 1990, período dos ajustes neoliberais, é voltada diretamente para o mercado do trabalho. Nas

palavras da autora: “regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional”.

Nessa direção, as propostas para o Ensino Superior foram realizadas na década de 1990, num viés neoliberal. Mancebo, Mués e Chaves (2006) tratam dessa questão e afirmam que as propostas foram condizentes com o modelo institucional gerencialista, com princípios neoliberais apregoados pelos organismos internacionais. As autoras sintetizam as cinco características desse quadro de reformas do Estado e também na educação: racionalização de recursos, avaliações gerenciais como forma de controle, flexibilização da gestão, descentralização e privatização dos sistemas educacionais.

A conotação neoliberal das políticas públicas no Brasil foram explicitadas no Plano Diretor de Reforma do Estado (MARE, 1995). Essa reforma, como abordado por Soares (2002), intensificou a abertura do mercado para investimentos estrangeiros, provocando a falência de vários setores da economia nacional. Como resultado, aumentou o desemprego e a demanda por serviços públicos de assistência social, previdência, saúde e educação, dentre outros.

No campo da política educacional, Dourado (2002, p. 240) analisa que foi notório o papel que organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), na racionalização da educação pela ótica neoliberal. O autor diz que ao priorizar a educação básica escolar, as propostas do Banco Mundial indicavam sua adesão às premissas do neoliberalismo, “reduzindo o processo de formação a uma visão de racionalidade instrumental, tutelada, restrita e funcional ante o conhecimento universal historicamente produzido”. Em contrapartida, continua Dourado, a recomendação do BM era a privatização do Ensino Superior, como observado no documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia* (BANCO MUNDIAL, 1995, p.135) que traz as seguintes prescrições para o ensino superior no Brasil:

- 1) privatização desse nível de ensino, sobretudo em países como o Brasil, que não conseguiram estabelecer políticas de expansão das oportunidades educacionais pautadas pela garantia de acesso e equidade ao ensino fundamental, bem como pela garantia de um padrão de qualidade a esse nível de ensino;
- 2) estímulo à implementação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais, que permitam alterações e arranjos jurídico-institucionais, visando a busca de novas fontes de recursos junto a iniciativa privada sob o argumento da necessária diversificação das fontes de recursos;
- 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas;
- 4) eliminação de gastos com políticas compensatórias

(moradia, alimentação); 5) diversificação do ensino superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias;entre outras.

Portanto, observa-se nessas recomendações o teor da política educacional adotada pelo Brasil nos governos do período de 1990 a 2000, em atendimento dos organismos internacionais de financiamento. Catani, Hay e Gilioli (2006) apresentam os impactos de tais políticas nas universidades públicas: o esgotamento do modelo único baseado na indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão; tamanho modesto do sistema para as dimensões e necessidades do país; inadequação do processo de credenciamento de novas instituições, o que gerou um sistema sem competição e de baixa qualidade; o desafio de modernizar o ensino de graduação e a ineficiência no uso de recursos públicos na parte federal do sistema.

Nesse cenário, de políticas educacionais voltadas a interesses neoliberais e com ênfase no mercado de trabalho da década de 1990, é que foram formuladas as políticas de assistência estudantil nas universidades brasileiras. Observa-se, entretanto, que uma das recomendações do Banco mundial (item 4 do documento *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, 1995) contempla a eliminação dos gastos com políticas compensatórias de assistência ao estudante como alimentação e moradia.

Nesse contexto, nos anos de 1990 tramitava no congresso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, aprovada em 1996 (Lei 9396/96). Na análise de Dourado (2002), a LDB foi promulgada na égide da Constituição de 1988, que trouxe consigo um conjunto de dispositivos no capítulo da educação, “destacando-se a gratuidade no ensino público em todos os níveis; a gestão democrática da escola pública; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária; a autonomia das universidades; além de que, foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que a nortearam”. A LDB, na visão de alguns teóricos, promoveu no Ensino Superior a flexibilização/fragmentação por meio da diversificação institucional e a expansão pela via do setor privado, acentuando a privatização desse nível de ensino (DEMO, 1997; CUNHA 2003; SAVIANI 1997).

Cunha (1996, p. 40) considera que a LDB é uma “lei minimalista”, pois, na visão do autor, ela não contempla todas as diretrizes e nem todas as bases no que diz respeito ao Ensino superior. Na análise do autor, a LDB apresenta um capítulo específico para o Ensino Superior (Capítulo IV) com apenas 15 artigos – do art.43 ao art. 57 –, o que representa 16,3% no conjunto dos 92 artigos da Lei. Cunha ainda aborda que desses 15 artigos, apenas oito se

referem à Educação Superior especificamente, o restante se refere à concepção de universidade e autonomia. No entanto, para Ranieri (2000, p. 248) a LDB “é uma lei inovadora e modernizadora em muitos aspectos, quando comparada à legislação diretivo-basilar anterior”. A autora analisa que a LDB enseja a posição do Estado frente a questões relevantes do Ensino Superior, tais como financiamento da educação pública, descentralização, regime jurídico das instituições públicas e a autonomia das universidades.

Sobre a assistência dentro das universidades, Ranieri (2000) argumenta que embora pela LDB o ensino deva ser gratuito nos estabelecimentos oficiais, e que o Estado deve financiar a sua manutenção e desenvolvimento (art. 58), essa gratuidade não é absoluta. Na visão da autora, a assistência social esgota-se nas atividades de extensão (art. 71, II e IV), podendo ser cobrados alguns cursos (pos graduação *Latu Sensu*, mestrado profissional, especialização ou aperfeiçoamento) sem quebra da ordem constitucional e legal. No entanto, no artigo 2º, inciso I, a LDB diz que o ensino será ministrado sob “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, o que ampara legalmente também os alunos de baixo poder aquisitivo que freqüentam a educação superior.

Cavalcante (2003, p.19), analisa que as políticas sociais desenvolvidas no governo de Luis Inácio Lula da Silva seguiram um teor de ambivalência. O autor argumenta que esse seria um governo que parte de uma base popular e sendo social-democrata na sua natureza é também “pluripartidário na composição e conectado com o setor privado na formulação estratégica”. Essa condição dualista do governo Lula de base popular, mas ligado ao setor privado, transfere-se para o setor da educação. De acordo com Dantas e Sousa Junior (2003), se por um lado o governo mantém uma visão fiscalizadora com relação aos investimentos com a educação básica, por outro prevê uma maior intervenção do Estado (principalmente da União) nesse financiamento, e ainda no investimento, com a expansão do Ensino Superior. Os autores relatam que o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi apresentado em 2007 como uma proposta do governo Lula para melhorar a qualidade da educação pública no Brasil por meio de um conjunto de medidas que atinge todos os níveis e etapas da educação nacional. Nas palavras de Dantas e Sousa Junior (2003, p. 8), o PDE propõe:

As principais ações, além das vagas de demanda social da UAB, são o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O Plano Nacional de Assistência Estudantil é apresentado como instrumento de consolidação do REUNI, visando garantir

condições de apoio à presença do estudante nas universidades, especialmente aqueles mais carentes. Ainda no âmbito da educação superior, o PDE destaca o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES.

Assim, o Plano de Assistência Estudantil (PNAES) e o REUNI são apresentados como ações relevantes do governo Lula no que diz respeito à expansão do Ensino Superior. Saviani (2007) faz uma crítica ao PDE no sentido de não considerá-lo como um plano, mas um conjunto de metas não articuladas entre si que prevêem ações que teoricamente seriam estratégias para o cumprimento do Plano Nacional de Educação¹⁸ (PNE). O autor argumenta que o PDE foi elaborado de modo desarticulado com o PNE, considerando que algumas metas deste primeiro estavam aquém das metas já previstas em 2001 pelo PNE. Saviani (2007, p.1240) exemplifica:

Na educação superior, ao fixar para as universidades federais a meta da duplicação de vagas até 2017, o PDE fica aquém do PNE, que, na meta 1, se propôs a atingir, até 2010, um número total de vagas capaz de absorver 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, o que significa a triplicação da totalidade das vagas atuais [...]As outras 33 metas relativas à educação superior que constam do PNE não foram diretamente levadas em conta pelo PDE.

Em amplos planos, a expansão da Educação Superior foi contemplada. O PDE abarca vários programas de políticas de expansão da educação superior, entre eles o Programa Universidade para todos - PROUNI, o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, e a Universidade Aberta do Brasil (UAB). O PROUNI, segundo Dantas e Sousa Junior (2003), trata-se do primeiro programa de expansão de vagas no Ensino Superior, ocorrido no governo Lula por meio de uma política de concessão de bolsas de estudos integrais ou parciais a estudantes de graduação de instituições privadas de Ensino Superior com ou sem fins lucrativos. Em contrapartida, o governo concede a essas IES particulares incentivos fiscais como a isenção de alguns impostos. O site do MEC¹⁹ disponibiliza informações sobre o programa:

¹⁸ O PNE criado em 2001 e com previsão para dez anos constitui de um conjunto de diretrizes para a gestão e financiamento da educação; das diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino e das diretrizes e metas para formação dos profissionais da educação. Lei 10.172/2001 disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>> Acesso em 09 set. 2009.

¹⁹ Disponível em <http://pde.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=169&Itemid=190>. Acesso em 09 set. 2009.

O Programa Universidade para Todos, somado ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, a Universidade Aberta do Brasil e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para o cumprimento de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê a oferta de educação superior até 2011 para, pelo menos, 30% dos jovens de 18 a 24 anos.

O PROUNI constituiu temas de diversas pesquisas sobre a sua efetividade na qualidade de política de expansão da Educação Superior. Corbucci (2004) acredita que o programa constitui uma iniciativa, mesmo que ainda tímida, de redistribuição indireta de renda, pois “transfere recursos de isenção fiscal a estratos populacionais mais pobres, já que tais recursos, caso fossem arrecadados, não beneficiariam necessariamente esses grupos sociais”. Todavia, Léda e Mancebo (2009, p.86) alertam que,

(...) longe de resolver ou de corrigir a distribuição desigual dos bens educacionais, a privatização promovida pelo programa tende a aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação do direito à educação superior a que são submetidos os setores populares. A alocação dos estudantes pobres nas instituições particulares cristalizará mais ainda a dinâmica de segmentação e diferenciação no sistema escolar, destinando escolas academicamente superiores para os que passarem nos vestibulares das instituições públicas e escolas academicamente mais fracas, salvo exceções, para os pobres.

Assim, o programa apesar de promover o acesso do estudante pobre no ensino superior nas universidades privadas, não prevê a permanência do mesmo na IES até a conclusão dos seus estudos. Como afirma Carvalho (2006, p.994), os estudantes de baixa renda não necessitam apenas de gratuidade integral ou parcial para estudar, mas “de condições que apenas as instituições públicas, ainda, podem oferecer, como: transporte, moradia estudantil, alimentação subsidiada, assistência médica disponível nos hospitais universitários e bolsas de trabalho e pesquisa”.

Outra política de expansão do Ensino superior do governo Lula, o REUNI, tem como objetivo, de acordo informações no site do MEC²⁰, “dotar as universidades federais de condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação

²⁰ Disponível em http://pde.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=167&Itemid=193. Acesso em 03 nov.2009.

superior”. O site ainda informa que no final de 2007, 100% das universidades federais aderiram ao programa; e para receberem os incentivos financeiros as IFES precisam cumprir cinco metas: aumentar o número de vagas, ampliar ou abrir cursos noturnos, reduzir o custo por aluno, flexibilizar os currículos e reduzir a evasão escolar.

O REUNI recebeu incisivas críticas do meio acadêmico. Léda e Mancebo (2009) consideram que o programa tem um forte apelo ideológico e que as condições de oferta desse programa, sem o suficiente aporte de recursos, favorecerão tão somente a precarização da instituição e um ensino de “qualidade” duvidosa. Santos (2008, p. 7) explica que o que estimula reações contrárias ao REUNI por parte dos docentes e acadêmicos são as diretrizes do programa. O autor acrescenta que:

As justificativas mais plausíveis às movimentações contra o programa é o processo de massificação das universidades federais. Massificação não por conta da ampliação de vagas nas universidades federais, mas sim devido às condições oferecidas pelo governo para que esta seja efetivada. Em primeiro lugar, pretende-se ampliar a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito. Hoje essa relação é de 12 estudantes para cada docente. Isso faz com que se amplie o número de vagas sem necessariamente o acompanhamento devido de reposição do quadro de professores tão prejudicado nas últimas décadas.

Outra questão levantada por Santos (2008) se refere à continuidade do programa, visto que o mesmo tem metas de repasses financeiros para daqui a cinco anos. Assim, sua efetivação está projetada para a próxima gestão presidencial, o que poderia comprometer a efetividade do programa. Shiroma (2008, p.8) considera que o REUNI prevê uma “autonomia monitorada” às universidades públicas, uma vez que para estas receberem recursos precisam “aderir ao programa apresentando um projeto, informando metas e resultados que se pretende atingir em determinado tempo, atrelando estes recursos às aplicações e à criação de novos cursos, com novas características de flexibilidade curricular e diversidade de trajetórias formativas”.

Na análise de Lima, Azevedo e Catani (2008, p.16), a reforma universitária do governo Lula, analisada por meio das políticas em execução e do documento da última versão do Anteprojeto de Lei da Reforma Universitária enviado em 12 de junho de 2006 à Câmara dos Deputados Federais, tornando-se Projeto de Lei 7200/2006, tem as seguintes marcas:

- Definição de um modelo de financiamento universitário;
- Criação de um Conselho com Participação da Comunidade, sindicatos docentes e funcionários nas Universidades Públicas e Privadas;

- Regulação da transnacionalização das IES privadas;
- Política de cotas para estudantes de escolas públicas, negros e índios;
- Criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI);
- Submissão das universidades ao princípio da Responsabilidade Social;
- Regulação das fundações;
- Avaliação e a creditação das IES com vistas a assegurar a qualidade.

Os autores afirmam que o projeto da Reforma Universitária caminha junto com a proposta de implantação da “Universidade Nova” – proposta articulada entre a Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade de Brasília (UNB), Universidade Federal do Piauí (UFPI) e a Universidade do ABC (UFBAC) que propõe transformar a arquitetura dos cursos das universidades públicas com base nos modelos norte-americano e europeu. Ainda segundo o artigo de Lima, Oliveira e Catani (2008, p.17), a principal alteração proposta na estrutura curricular da universidade é a implantação de um regime de três ciclos de educação superior: Primeiro Ciclo: Bacharelado Interdisciplinar (BI), propiciando formação universitária geral, como pré-requisito para progressão aos ciclos seguintes; Segundo Ciclo: Formação profissional em licenciaturas ou carreiras específicas; Terceiro Ciclo: Formação acadêmica científica, artística e profissional da pós-graduação.

Segundo Tonegutti e Martinez (2007), ao seguir o modelo de estruturação de ensino de outros países para a proposta de reformulação curricular, a proposta da Universidade Nova e o REUNI não atentam para nossas condições, bastante distintas, em termos de apoio financeiro público para sustentar a permanência do estudante no ensino superior, ou da própria infra-estrutura, muito superior, em sua grande maioria, no modelo americano. Os autores entendem que a proposta de reestruturação curricular segue o modelo americano dos colégios superiores comunitários, e alertam:

Alguns pesquisadores dizem que a idéia original era democratizar o acesso ao ensino superior, enquanto outros afirmam que são fruto de movimento das elites intelectuais para a reforma do ensino superior americano com o objetivo de barrar o acesso de estudantes oriundos da classe trabalhadora, ou com menos vocação para carreiras que requerem uma atividade intelectual mais intensa, das Universidades mais conceituadas ou tradicionais. (TONEGUTTI e MARTINEZ, 2007, p.4)

Assim, alguns autores consideram que a proposta da Universidade Nova é selecionar e preparar estudantes estratificados pela estrutura social, “a ocupar no sistema de trabalho posições subalternas, além de reter a demanda popular por vagas nas universidades tradicionais, conservando-as como instituições destinadas à realização de pesquisas e a

formação das elites” (ibid., p.9). Portanto, a proposta do REUNI e da Universidade Nova, na perspectiva desses autores, caminha na contra mão da democratização do acesso e da permanência dos jovens de baixo poder aquisitivo no Ensino Superior.

Do exposto, sobre uma análise do Ensino Superior no Brasil, concorda-se com Severino (2008, p.13), quando o autor apresenta os desafios encarados por este nível de ensino que:

De um lado, enfrenta a pressão do modelo societário capitalista neoliberal, através de seu mediador principal, o poder público nacional, pressionado, por sua vez, pelos agentes internacionais que se impõem em função do jogo geopolítico das forças econômicas próprio do neoliberalismo capitalista globalizado, que responde pela instauração planetária de uma nova ordem mundial [...] De outro lado, enfrenta igualmente as pressões oriundas da própria sociedade civil.

Severino (2008, p. 15) reconhece a legitimidade das reivindicações da sociedade civil no tocante a exigir das universidades públicas um retorno dos resultados dos trabalhos desenvolvidos nessas IFES financiadas com recursos públicos. O autor conclui que os desafios impostos ao Ensino Superior, nos tempos atuais, são os mesmos, em todos os níveis da educação; a saber, um confronto entre uma educação pautada nas premissas da teoria do capital humano e uma educação que se quer identificado com a teoria da emancipação humana”.

Outra ação do governo Lula, dentro do PDE, foi a criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que destina recursos específicos para a Assistência Estudantil nas universidades públicas brasileiras. O PNAES será abordado mais detalhadamente em tópico posterior. Antes, será apresentado um perfil socioeconômico dos estudantes que necessitam da assistência estudantil nas IFES. Para um aprofundamento sobre a realidade do estudante pobre que frequenta o ensino superior e necessita de assistência, apresenta-se no próximo capítulo estudos que revelam o perfil sócio-econômico desse jovem e, na seqüência, breve retrospecto da implementação das políticas de Assistência Estudantil nas universidades públicas no Brasil, bem como o marco legal que institucionalizou essa política no país.

4 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL COMO DIREITO NO ENSINO SUPERIOR

O acesso e a permanência dos jovens de baixo poder aquisitivo no Ensino Superior público tem sido objeto de estudo de alguns pesquisadores contemporâneos. (PORTES 2006; PEIXOTO; ZAGO, 2006; MELLO, 2009). Na discussão desses teóricos, a política de expansão do Ensino Superior, observada no âmbito das políticas sociais do governo federal, ampliou a possibilidade desses jovens de baixo poder aquisitivo acessar o Ensino Superior.

No entanto, outros estudos na área confirmam que grande parte desses estudantes pobres ao ingressarem na universidade pública não possuem condições econômicas e sociais que permitam sua permanência na instituição. Estudo realizado pelo MEC, intitulado “*Pesquisa sobre o percentual de alunos absorvidos pela rede pública*”, apontou que 40% dos alunos ingressantes no Ensino Superior abandonam o curso antes de concluí-lo. (INEP, 1998).

Segundo levantamento realizado pelo Jornal paraense Gazeta do Povo²¹ com base em dados dos Censos do Ensino Superior de 2003 e de 2006 do INEP,

A evasão das universidades federais brasileiras causou um prejuízo aos cofres públicos de R\$ 219,5 milhões só em 2006. Dos 105.643 estudantes ingressos em 2003, 83.686 se formaram quatro anos após o ingresso. Isso representa um déficit de 21.957 alunos, ou 21% do total. Cada um deles custa por ano cerca de R\$ 10 mil ao governo federal.

De acordo com a mesma fonte, os motivos desse percentual de 40% de evasão no ensino superior foram apresentados pelo professor Arquimedes Diógenes Ciloni, então reitor da UFMG, e naquele ano presidente da Andifes, que analisou:

As universidades não têm custeio suficiente para a massa de alunos carentes que chegam ao ensino superior público. Um dos mitos do ensino superior é que nas universidades particulares estudam os pobres, e nas públicas, os ricos que poderiam pagar as mensalidades. Essa tese é defendida por quem quer implantar o ensino pago nas universidades públicas. Mas é falsa. Mais da metade dos alunos das universidades federais é oriunda da camada mais pobre da sociedade

²¹ Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaacidania/conteudo.phtml?id=743085>>. Acesso em 21 jun 2010.

Também Pacheco e Ristoff (2004, p.9) avaliam que as causas da evasão no ensino superior são as condições sócio-econômicas desse jovem que necessita de apoio financeiro para continuar seus estudos. Os autores comentam sobre o percentual de evasão:

Esse porcentual representa 2,1 milhões de estudantes que, para serem incluídos no sistema de educação superior, nos próximos três anos, dependerão, mais do que da gratuidade, de bolsas de estudo, bolsas de trabalho, bolsas de monitoria, bolsas de extensão, bolsas de pesquisa, de restaurantes universitários subsidiados, de moradia estudantil, ou de outras formas que, combinadas a essas, tornem viável a sua permanência no *campus*.

Para Zago (2006, p.3), a ampliação de vagas não beneficiou o jovem de baixo poder aquisitivo, pois a sua permanência na universidade vai além da sua inserção. A autora enfatiza que “uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino”. Nesse sentido, Zago (2006) compreende que a implementação de um programa de assistência estudantil nas universidades, que garanta aos estudantes de situação social desfavorecida a permanência e a conclusão de seus cursos, seria de ajuda para uma efetiva democratização da educação e para a melhoria da condição de vida dos acadêmicos.

Consideram-se condições de vida, neste trabalho, o que Sposati (1996, p.89) classifica serem "as possibilidades de todos os cidadãos de uma sociedade, melhor desenvolverem seus potenciais com menor grau possível de privação e sofrimento e da possibilidade da sociedade usufruir coletivamente do mais alto grau da capacidade humana." No contexto dos estudantes universitários provenientes de classes com baixo poder aquisitivo, essa possibilidade envolve as condições mínimas de permanência na universidade, como moradia, trabalho, alimentação, cuidados com a saúde, transporte, acesso a bibliotecas, apoio pedagógico, cultura e lazer (ZAGO, 2006).

Reconhecendo essa realidade dos estudantes de baixo poder aquisitivo nas IFES, o governo federal tem incorporado essa pauta na agenda governamental e instituído programas que visam a permanência desses jovens na universidade. Apresenta-se, a seguir, um breve retrospecto histórico da assistência estudantil nas universidades públicas no Brasil e, em seguida, o marco legal dessa política.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Nos últimos anos, alguns autores têm se dedicado a analisar a questão da assistência estudantil como um dos vários aspectos relacionados ao ingresso e permanência de estudantes pobres no ensino superior brasileiro (ALVES 2002; ARAUJO 2003, ZAGO, 2006). Alves (2002) analisa o tema a partir de uma perspectiva da assistência social, mais especificamente, a situação da assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Segundo a autora, a finalidade da assistência estudantil consistiria em proporcionar aos universitários o acesso aos recursos essenciais para a superação dos empecilhos que porventura possam prejudicar seu desempenho acadêmico.

Para Araújo (2003, p. 99), que realizou um estudo na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), sobre o elo existente entre a assistência e a educação, a discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, considerando que o Brasil é um dos países em que se verificam as maiores taxas de desigualdade social. Fato visível que a autora percebeu na sua pesquisa de campo dentro da própria universidade, como ela afirma, é que “[...] um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos”.

Portes (2006) realizou outro estudo, sobre as trajetórias de estudantes pobres em cursos altamente seletivos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como Ciência da Computação, Comunicação Social, Direito, Engenharia Elétrica, Fisioterapia e Medicina, que estudaram no período de 1990 a 1996. O autor escolheu um estudante de perfil socioeconômico com baixo poder aquisitivo de cada um desses cursos e analisou suas trajetórias dentro da universidade. O autor valeu-se de entrevistas abertas para reconstituir o percurso escolar e as trajetórias sociais destes estudantes e relata que aparece no conjunto das entrevistas realizadas uma preocupação constante do estudante pobre em se perseverar na universidade diante dos complexos problemas vividos pela família que trabalha no interior. Outra situação comum a esses jovens, conforme o mesmo estudo, é a ausência do pai na família, seja por morte ou separação da mãe, o que coloca esse jovem no mercado de trabalho antes mesmo de concluir os estudos.

Constatou-se também, que para a permanência destes jovens na UFMG muitos recorreram a empréstimos com a família, amigos e até agiotas para ajudar nos custos com moradia, transportes, compra de livros e outras despesas durante o curso. Portes (2006) concluiu que:

Aqueles poucos estudantes pobres que tiveram acesso ao ensino superior na UFMG, nos cursos altamente seletivos, podem ser considerados “super selecionados”, pois habitam espaços acadêmicos, como mostram as estatísticas, destinados aos herdeiros culturais, onde as chances de um jovem proveniente desse meio ter acesso a tais cursos são mínimas. (PORTES, 2006, p.231)

Assim, observa-se que no período em que foi realizada esta pesquisa (1990 a 1996) as condições já eram difíceis para os jovens de baixo poder aquisitivo permanecerem na universidade.

Outra pesquisa sobre o tema é a de Zago (2006) realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre 2001 e 2003, com o objetivo de investigar os fatores relacionados com a permanência dos estudantes pobres na universidade. A pesquisadora se valeu dos dados sobre os ingressantes coletados pela própria universidade no Vestibular 2001 para conhecer o perfil socioeconômico dos alunos e realizou entrevistas com estudantes oriundos de classes sociais desfavorecidas para identificar as estratégias utilizadas por estes para a permanência na universidade. Zago constatou que na maioria dos casos os estudantes tiveram de conciliar o trabalho e estudo durante o curso e em consequência tiveram dificuldades em dedicar tempo ao estudo e às atividades extracurriculares. Zago (2006, p. 231) acrescenta em suas considerações que:

O ensino superior representa para esses estudantes um investimento para ampliar suas chances no mercado de trabalho cada vez mais competitivo, mas, ao avaliar suas condições objetivas, a escolha do curso geralmente recai naqueles menos concorridos e que, segundo estimam, proporcionam maiores chances de aprovação.

A autora constatou uma forte desigualdade de acesso e um aprofundamento dessa desigualdade no caso de cursos mais concorridos e de maior prestígio social da UFSC. Esta análise de amostras de instituições localizadas em diferentes regiões do país, em período mais ou menos recente, têm em comum o fato de demonstrar que para a efetiva democratização do ensino superior, tão ou mais relevante que a ampliação das oportunidades de ingresso é a

implementação (ou ampliação) de programas socioeconômicos voltados para os estudantes de baixa renda.

Em pesquisa²² mais abrangente realizada pelo Fórum Nacional dos Pro - reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE²³), entre 1996 a 1997 e 2003 a 2004, e que contou com a participação de 84,62% das 52 IFES brasileiras, os indicadores sociais como moradia, alimentação, meios de transportes, acesso a meios de comunicação, trabalho, etc, foram usados para revelar o perfil sócio econômico dos estudantes universitários.

Para traçar este perfil, que representou um universo de 469.378 estudantes, foi adotado o critério ANEP - Brasil, Associação Nacional de Empresa de Pesquisa e constatou-se que 43% dos estudantes pertenciam às categorias C, D e E. Estas categorias englobavam estudantes provenientes de famílias cujos chefes tinham atividades ocupacionais que exigem pouca ou nenhuma escolaridade, resultando em baixo poder aquisitivo, cuja renda familiar média mensal era de no máximo R\$ 927,00 (novecentos e vinte e sete reais). Esse perfil socioeconômico dos universitários foi utilizado pelo FONAPRACE para assessorar na formulação de políticas de assistência estudantil nas universidades públicas, como será considerado no próximo tópico.

Sobre a realidade desse jovem de classe popular que busca a inserção no ensino superior, Pacheco & Ristoff (2004, p. 9) afirmam que “estudo recente (2003) do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revela que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo se ele for gratuito”. Mesmo que esse jovem entre na universidade, Almeida (2000) analisa que a necessidade de trabalhar e prover o seu sustento e o da sua família coloca esse jovem estudante de família pobre em condição desfavorecida em relação ao jovem estudante de classe média. Almeida (2000 p.73) acrescenta que:

Seja pela dificuldade de se conciliar trabalho e escola seja pela perda de atrativo social da escola no que diz respeito às possibilidades reais de ascensão social via estudos [...], o fato é que a escola vinha se esvaziando qualitativa e

²² Pesquisa disponível em
<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf>.
Acesso em 02 set. 2009.

²³ O FONAPRACE é um órgão de assessoramento à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, criado em 1987, congregando representantes da área de assistência estudantil e assuntos pertinentes à comunidade universitária das instituições públicas de ensino superior no Brasil (FONAPRACE, 2000)

quantitativamente de forma cada vez mais acelerada. Daí o conjunto de ações assistenciais que foi tomado para mudar esse quadro, inclusive na esfera da educação superior, onde são extremamente elevados os índices de evasão, chegando a cerca de 50%.

Para o autor, a política educacional no Brasil tem se mostrado nos últimos anos atravessada por um forte traço assistencial com programas focados nos diferentes segmentos das classes subalternizadas.

De acordo com Santiago, Norberto e Rodrigues (2008) o processo excludente inicia-se antes mesmo do ingresso desses jovens no ensino superior. Num estudo sobre políticas de inclusão nas universidades brasileiras, os autores constataram que a maioria dos potenciais candidatos à universidade pertence a classes de baixa renda sendo provenientes da rede pública de ensino, o que esclarece as causas das dificuldades de permanência:

Por isso não tem condições financeiras para arcar com os custos de uma universidade, nem tão pouco consegue enfrentar a elevada concorrência nas universidades públicas. O resultado desta falta de perspectiva, é que entre os 40% mais pobres da população, praticamente inexistente demanda para o ensino superior (público ou privado). (SANTIAGO, NORBERTO e RODRIGUES, 2008, p.139).

Os autores acrescentam que nas universidades públicas não há um consenso sobre como trabalhar com a grave situação da evasão no Ensino Superior. Eles identificam duas abordagens de atuação: uma que defende a adoção de políticas universalistas que nivelem as condições de acesso pela melhoria da qualidade do ensino básico, e políticas focalizadas que destinem mais recursos às universidades públicas. Por outro lado, outro grupo concorda com o aumento de recursos para o sistema público, mas reforça a necessidade de ações mais específicas e imediatas que garantam o acesso diferenciado aos grupos, “identificados estatisticamente como sub-representados na rede pública: egressos de escola pública, negros, índios e portadores de necessidades especiais”. (SANTIAGO, NORBERTO e RODRIGUES, 2008, p.140).

Considerando esses aspectos, da exclusão dos jovens pobres no ensino superior, e mesmo seu acesso sem as condições de permanência, compreende-se que a assistência ao estudante nessas condições se faz necessária (SPOSATI, 2009). Nesse sentido, iniciativas diversas, como programas de ação afirmativa em algumas IFES, que prevêem a distribuição

de bolsas tendo em vista critérios socioeconômicos, demonstram a atualidade e relevância social da questão da democratização do acesso, por um lado, e da garantia de permanência, por outro. Porém, enquanto não forem assegurados por lei os recursos necessários “a assistência estudantil continuará a depender dos humores institucionais e da boa vontade dos gestores das universidades” (VARGAS, 2008).

No estudo realizado por Vargas (2008), sobre a quantidade de IFES que mencionam nos seus *websites* a assistência estudantil, a autora constatou que 52 IFES disponibilizam em seus *sites* algum tipo de informação sobre a existência de programas de assistência estudantil, enquanto seis instituições não o fazem. Vargas explica que a ausência de menção a este tipo de programa nos endereços eletrônicos dessas universidades não significa, no entanto, que estes programas não existam. No mesmo estudo, foi constatado que algumas IFES mencionam a existência de assistência estudantil, mas não especificam programas e serviços disponíveis, nem os procedimentos para acesso a eles. Vargas (2008 p.75) cita o caso da Universidade Federal do Tocantins (UFT), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), do CEFET (Maranhão) e da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). O estudo constatou que:

A análise efetuada nos endereços eletrônicos das IFES demonstrou que os programas e benefícios ofertados com maior frequência aos estudantes, são respectivamente restaurante universitário e moradia. Com menor frequência, são mencionados programas de atenção básica a saúde, bolsa de manutenção, bolsa trabalho, isenção do pagamento de taxas acadêmicas, bolsas variadas, auxílio transporte, psicoterapia breve, atendimento odontológico básico, apoio à participação de alunos em eventos, apoio pedagógico, empréstimo de instrumental para estudantes de odontologia e bolsa creche (citada por apenas uma instituição). Entre as 30 universidades que destacam o acesso a alimentação como componente de suas políticas de assistência estudantil, a maior parte possui restaurante universitário, no qual são servidas refeições parcialmente subsidiadas. (VARGAS, 2008, p. 75)

Também foi constatado que 13 IFES ofereciam algum tipo de bolsa manutenção ou permanência aos estudantes de baixa renda. Vargas (2008, p.76) considera isso um importante avanço, porém, salvo exceções, constatou-se que “na maior parte das instituições o valor da bolsa é muito baixo e não se constitui em apoio suficiente para a efetiva manutenção dos estudantes”. A autora cita que na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e na Universidade Federal do Paraná (UFPR), a bolsa

permanência consiste na prestação de serviços remunerados em departamentos ou unidades dessas instituições. Na mesma pesquisa foi constatado também que algumas IFES conferem à assistência estudantil *status* diferenciado, centralizando as atividades desenvolvidas nesse setor em Pró-Reitorias ou departamentos voltados unicamente para esse fim, o que Vargas considerou importante. No entanto como apontado por Alves (2003) as políticas de assistência estudantil para se tornarem efetivas precisam ser respaldadas legalmente, consideramos a seguir o marco legal da política de assistência estudantil nas IFES do Brasil.

4.2 O MARCO LEGAL DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Compreender o papel da assistência estudantil para a vida acadêmica dos estudantes de classes populares implica entender a assistência como direito social assegurado por lei (ALVES, 2002). Por conseguinte, compreender a assistência estudantil no contexto da práxis acadêmica significa entendê-la como direito social e constitui um rompimento da “ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor, e das concessões do Estado”, em que as políticas de assistência têm sido compreendidas (SPOSATI, 2002 p.23).

De acordo com Menezes (2003), a preocupação com a assistência ao estudante está presente na legislação brasileira desde a Constituição de 1934, que assegurava a todos os níveis de ensino as condições de eficiência escolar. A assistência ao estudante no período de 1930 a 1960, segundo Menezes (2003), era reconhecida como apenas ajuda aos alunos necessitados e não tinha conotação direta com o direito à educação. Segundo a mesma autora, a inclusão da assistência na Constituição de 1934 não garantia aos estudantes pobres a sua permanência na universidade.

Um exemplo notável da concepção de assistência adotada nos anos de 1930 nas universidades públicas foi apontado num estudo realizado por Portes (2006, p. 763) sobre a origem da assistência estudantil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Este revelou que esta IFES foi uma das pioneiras em realizar ações que contribuíam com a permanência dos estudantes pobres da região. No estudo, o autor analisa que os pobres que freqüentaram curso superior no Brasil no século XIX, especialmente nas academias jurídicas

de Olinda/Recife e de São Paulo, “o fizeram à revelia das instituições oficiais. Isto é, não contaram com nenhuma ajuda oficial. Tiveram de desenvolver estratégias próprias para a consecução de seus intentos”. Entretanto, de acordo com Portes (2006, 763), em 1927 com a fundação da Universidade de Minas Gerais (UMG), que nos anos de 1950 federalizou-se e veio a se tornar a UFMG, a discussão sobre como manter os “moços pobres” na instituição passou a ser uma constante nas pautas das reuniões dos conselhos universitários. No referido estudo, Portes analisou diversos documentos institucionais da época como atas, pareceres, extratos de entrevistas, cartas, livros caixas, e outros documentos da IFES para investigar as ações de assistência naquele período de meados dos anos de 1930.

Portes (2006, p. 763) encontrou a referência a uma “Caixa dos Estudantes Pobres Edelweiss Barcellos” nos início dos anos de 1930. Nas palavras do autor, “tratava-se de uma iniciativa de um conjunto de estudantes, alguns deles filhos de professores da própria universidade, que colocou em ação estratégias facilitadoras da vida e da permanência dos colegas necessitados na Universidade de Minas Gerais”. Esse fundo era composto por doações diversas, reembolsos dos empréstimos concedidos, fundos angariados em festivais e chás. De acordo com Portes, para receber o “empréstimo” o jovem pobre tinha que comprovar sua carência e colocar-se à disposição da Caixa para uma “sindicância” (ibid., p.769). No entanto, este modelo se esgotou logo, em 1935, pois a demanda aumentou substancialmente e os recursos foram insuficientes, Portes relata que:

O fim da Caixa mostrou ainda aos implantadores e reformadores da assistência ao estudante pobre que a organização de um aparelho destinado à assistência deveria guardar fortes ligações institucionais, como forma de garantir a sobrevivência de suas ações. Ele não poderia depender da solidariedade alheia, como a Caixa dependia. O fim da Caixa apontava para uma assistência profissional e de responsabilidade do Estado (PORTES, 2006, p. 771)

Assim, naquele modelo da Caixa, a assistência ao estudante naquela universidade era apenas uma ação paliativa e temporária que não garantia o direito do estudante à permanência no Ensino Superior.

Segundo Menezes (2003), apenas na Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 (Lei.4624/61) é que a assistência foi contemplada como direito à permanência do jovem nos estabelecimentos de ensino. Porém, mesmo antes da promulgação da primeira

LDB de 1961, há registro de algumas universidades que contemplavam ações de assistência ao estudante pobre. No site²⁴ da Universidade Federal do Ceará (UFC), há um histórico das ações de assistência estudantil na IFES. Nos anos de 1950, foi criado o Clube de Estudantes Universitários (CEU) que tinha como objetivo aglutinar todas as atividades assistenciais, culturais e desportivas patrocinadas pela própria reitoria com recursos de rendas da universidade. Segundo a mesma fonte, em 1957 foi inaugurado o Restaurante Universitário do CEU, que fornecia ao estudante pobre comida gratuita. Também o pavimento superior do restaurante era destinado à moradia desses universitários pobres. O site informa ainda que a primeira pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFC foi criada em 1969.

De acordo com Barreto (2003), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde 1969 tinha um departamento que prestava assistência social por meio de auxílio bolsa de estudo e alimentação. A UFPE tinha na época oito restaurantes universitários e uma frota de 13 ônibus que fazia o percurso Centro-Cidade Universitário e vice e versa, gratuitamente. Barreto acrescenta que o Departamento de Assuntos Estudantis (DAE), responsável pelas ações de assistência da IFES, mantém atualmente programa de moradia estudantil, apoio aos residentes das casas de estudantes, programas de bolsas, e ainda ajuda ao desenvolvimento acadêmico por meio de aulas particulares a domicílio, além de outras ações de assistência aos estudantes.

Vale ressaltar que, na Constituição Federal de 1988 o acesso e a capacidade de permanência dos estudantes pobres no decorrer do período de estudos são elementos reconhecidos como direito, quando afirma que a educação é dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I) (BRASIL, 2005). A este respeito, Vargas (2008) entende que essas inserções na LDB e na Carta Magna de 1988 são relevantes, porém insuficientes para a implementação de uma política de assistência estudantil, uma vez que estes dispositivos legais não prevêm a destinação das verbas necessárias para tal.

Barreto (2003) analisa que a política de assistência estudantil nas universidades públicas tem sido tema de debates no interior das IFES desde 1984. A autora menciona a criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) em 1987 como uma importante iniciativa da Associação Nacional dos

²⁴ Disponível em <<http://www.prae.ufc.br/hist.html>>. Acesso em 04 nov. 2009.

Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), no sentido do fortalecimento das políticas de assistência nas IFES.

Na publicação “Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários”, intitulada *Dez Encontros* (1993, p. 16) encontramos um relato sobre a busca das universidades públicas por direito à assistência estudantil aos estudantes carentes. No primeiro encontro, em Florianópolis, ainda em 1985, o Fórum constatou que:

O apoio ao estudante carente é dever do Estado expresso na Constituição Brasileira. Não obstante, assiste-se a um processo de recuo gradativo do Ministério da educação no cumprimento desse dever, traduzido na minimização política e no empobrecimento orçamentário dos setores de promoção e apoio aos alunos nas instituições brasileiras de ensino superior. Esta posição, além de negar um direito à população estudantil, tem contribuído para uma elitização cada vez do 3º grau no País.

A reivindicação do Fórum naquele período era em relação a uma aproximação do Ministério da Educação e Cultura – MEC para a discussão sobre alocação de recursos para a assistência estudantil. Na ocasião, o fórum reivindicava que o MEC tivesse um Departamento na Secretaria de Ensino Superior - SESU que tratasse da assistência estudantil e que disponibilizasse recursos específicos para esta pasta (FÓRUM, 1993). Mais tarde, no encontro de Vitória, em 1989, foi destacado que:

A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência, ou seja, para que o educando possa se desenvolver na sua plenitude acadêmica, além da excelência da qualidade do ensino ministrado, é necessária uma política efetiva de apoio aos estudantes através de gratuidade da alimentação, moradia, serviços de saúde, lazer, esportes e facilidade de acesso a material técnico - científico.(FÓRUM, 1993, p. 110).

Neste sentido, o Fórum de pró-reitores de Assistência Estudantil (FORUM, 1993, p. 97) num encontro em Curitiba, afirmou ainda que:

O cumprimento do preceito constitucional de acesso e permanência do Estudante de Escolas Públicas, como forma de garantia do ensino público e gratuito somente se efetivará com a formulação e implementação de políticas de promoção e apoio ao estudante.

No mesmo documento consta que “a insuficiência e suspensão dos programas de assistência, consequência da política de cunho claramente privatista, tem levado à evasão

escolar nas IFES, penalizando justamente aqueles que dependem desse apoio para sua manutenção”. O FONAPRACE, desde 1998, por meio de reuniões, debates, documentos produzidos, levantamento do perfil socioeconômico e atuação junto aos órgãos parlamentares, iniciou a estruturação de uma Proposta para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das IFES²⁵, cuja versão preliminar foi aprovada em abril de 2001, num encontro nacional em Recife, Pernambuco. (BARRETO 2003)

Segundo dados do FONAPRACE (2000), a política de assistência estudantil era vista como marcada pela deterioração de seus programas básicos: os programas de alimentação (restaurantes universitários) e de moradia (casa de estudantes), provocando o sucateamento das universidades. Por conseguinte, o quadro instaurado de desestruturação da política de assistência estudantil dificultava a permanência das camadas populares no ensino superior, bem como comprometia a qualidade do desenvolvimento acadêmico e profissional que dela necessitavam. (SPOSATI, 2002)

No entanto, Alves (2000) considera que, na política de educação, a assistência tem o papel de mobilizar recursos de forma a avaliar a permanência e o trajeto dos estudantes socialmente diferenciados no processo de formação profissional. De acordo com o Fórum de Pró-reitores de Assistência Estudantil: “O apoio ao estudante carente tem por finalidade provê-lo de condições mínimas indispensáveis a um bom desempenho acadêmico e, conseqüentemente, capacitá-lo para sua função maior de agente transformador da sociedade”. (FONAPRACE, 2000 p. 16). Assim, a partir de uma política de assistência estudantil que realmente atendesse as necessidades dos estudantes carentes, a condição sócio-econômica deixaria de ser uma variável negativa ou mesmo impeditiva do percurso deste e, independentes dela, todos os estudantes poderiam ter igual acesso ao saber e à produção do conhecimento na universidade (SPOSATI. 2002).

No estudo já citado anteriormente, na Universidade Federal do Pernambuco, em que a política de assistência estudantil daquela IFES foi avaliada, Barreto (2003) nas suas considerações finais afirmou que as ações voltadas ao estudante configuravam-se em práticas desarticuladas, de caráter fragmentado e emergencial. A autora concluiu que a retração de recursos destinados à assistência nas universidades estava relacionada com a LDB que retira

²⁵ Jornal FONAPRACE nº 03, ano 2, Ago/2000. Disponível em http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/images/jor_ago_00.pdf>acesso em 17 set. 2009.

do Estado a responsabilidade com relação à manutenção de programas de assistência estudantil nas universidades públicas (BARRETO, 2003).

Para Vargas (2008) a inexistência de uma tradição de suporte ao estudante das classes populares é explicitada na posição periférica que a assistência estudantil tem ocupado na legislação brasileira. A autora aborda que a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei. 9396/96), apenas tangenciam o tema, ao mencionar a igualdade de acesso e permanência. A LDB destaca no artigo 3º que o “ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. No entanto a Lei não contempla recursos específicos para a manutenção dos estudantes pobres no Ensino Superior. De acordo com análise anterior, a LDB foi elaborada num cenário político marcado pela flexibilização e pela desregulamentação do Estado, assim, pode-se afirmar, de acordo com Saviani (1997) que a LDB ficou “enxuta”, possibilitando, assim, aos governantes, a agilidade necessária pra implementar políticas educacionais funcionais.

Assim, como apontado por Saviani, a LDB, ao invés de formular para a área educacional uma política de alcance global, que tivesse explicitado, de forma clara, suas diretrizes, bem como suas formas de implementação, optou por “um texto genérico e inócuo”, e não assegurou recursos financeiros à assistência estudantil. A esse respeito, afirma Saviani (1997, p. 226): “Isto porque a lei, ainda que pareça paradoxal, é mais indicativa do que prescritiva. Trata-se, como se observou, de uma lei minimalista, que deixa muita coisa em aberto, aparentemente para viabilizar as ações do MEC”.

O Plano Nacional de Educação²⁶ atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE²⁷ determina no Cap. 4, nos objetivos e metas do Ensino superior, objetivo nº. 34: a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. Tais princípios legais convidam as universidades à reflexão sobre a sua responsabilidade de

²⁶ Lei 10.172/2001 disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em 09 set. 2009.

²⁷ O FONAPRACE ao constatar que a assistência estudantil não era contemplada no texto do Plano nacional da Educação que estava em tramitação no congresso, enviou um documento (ofício nº051/99) ao deputado federal Nelson Marchezan (relator do projeto no congresso) solicitando tal inserção. E o item assistência estudantil foi inserido com êxito no Capítulo. 4 - Ensino Superior, objetivo nº. 34 da lei. Fonte: Jornal FONAPRACE Ano 1 nº 1 nov. 1999. Disponível em <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>>. Acesso em 15 set. 2009.

assumirem a assistência como direito e espaço prático de cidadania, buscando ações transformadoras no desenvolvimento do trabalho social com seus próprios integrantes. (ALVES, 2002).

Vargas (2008) analisa que a inclusão de um tópico específico sobre a assistência estudantil na proposta de Reforma da Educação Superior (Lei 7.200/2006) “sinaliza uma possibilidade de mudança do papel do apoio socioeconômico ao estudante pobre no contexto do ensino superior brasileiro”. A autora afirma:

No Projeto de Lei da Reforma da Educação Superior 7.200/2006, em análise no Congresso Nacional, que estabelece normas gerais da educação superior e regula a educação superior no sistema federal de ensino, na seção V “Das Políticas de Democratização do Acesso e de Assistência Estudantil”, as instituições federais são instadas a formular e implantar medidas de democratização do ingresso, incluindo programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social. (VARGAS, 2008, p. 65)

De acordo com o Projeto, as universidades deverão oferecer pelo menos um terço dos cursos e matrículas de graduação no turno noturno, salvo os cursos ofertados em turno integral. A inscrição nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação deverá ser gratuita para estudantes de baixa renda, conforme normas das instituições. As IFES deverão destinar o correspondente a 9% de sua verba de custeio, exceto pessoal, para implementar medidas de assistência estudantil, tais como bolsas acadêmico-científicas e de extensão; programas de moradia e restaurantes estudantis; incentivo à inclusão digital; auxílio para transporte e assistência à saúde, entre outros (VARGAS 2008).

Frente às pressões advindas do FONAPRACE e das entidades ligadas ao movimento estudantil nas universidades públicas, e da implantação do REUNI, que prevê a assistência estudantil aos estudantes de baixa renda, o governo federal, por meio da Portaria Normativa nº. 39 de 12 de dezembro de 2007 instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)²⁸. No texto da Portaria, a assistência estudantil é considerada como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e importante instrumento para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino

²⁸ Portaria disponível no site <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 04 set. 2009.

superior público federal. Assim o PNAES, de acordo com a Portaria, tem como objetivo promover de “ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior”. No seu artigo 3º, parágrafo primeiro destaca que:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A Portaria não determina os programas de assistência estudantil que devem ser criados pelas universidades, já que cada universidade tem autonomia para definir suas prioridades, mas define áreas básicas para investimentos que devem nortear as atividades desenvolvidas nas instituições de ensino. Entre os pontos principais destaca-se: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência de saúde, inclusão digital, cultura e esporte.

Segundo dados do Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação – IPAE (2009), atualmente o PNAES conta com orçamento de R\$ 200 milhões repassados às universidades públicas como recursos de assistência aos estudantes de baixa renda para despesas com moradia, alimentação e transporte. O objetivo do MEC, segundo o IPAE, seria ampliar, em 2010, para R\$ 400 milhões, e, além disso, “dar mais condições para que os jovens de baixa renda ingressem na universidade”.

O cenário atual da política de assistência estudantil nas universidades públicas e o marco legal destas, possibilitam uma compreensão do contexto político e legal em que se insere o programa Bolsa Permanência da Universidade Federal do Tocantins, objeto desse estudo. O objetivo deste tópico foi, portanto, apresentar a realidade dos estudantes com baixo poder aquisitivo que freqüentam a universidade pública no Brasil para que o leitor venha compreender o a conjuntura social e econômica em que estes se inserem. A seguir será apresentado um breve panorama do contexto regional, social e histórico em que se insere a Universidade Federal do Tocantins e como se deu a implementação da política de assistência estudantil na referida IFES.

5 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Este capítulo foi construído a partir de três fontes: bibliografia que trata de aspectos políticos, econômicos e sociais do Estado do Tocantins, para uma compreensão do contexto em que a UFT se insere; pesquisa documental realizada nos acervos da UFT com o objetivo de traçar o percurso institucional da política de assistência estudantil na instituição, em especial do programa Bolsa Permanência; e entrevistas com técnicos e professores que trabalharam no programa.

Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes foram trocados. Assim, os professores participantes serão conhecidos como: professora Joana, que participou na implantação da política de assistência estudantil na UFT; professor Antonio, também trabalhou na gestão dessa política na IFES; professora Helena, que também faz parte do quadro de gestores da universidade que atua diretamente como o programa Bolsa Permanência; e professor Alberto, envolvido com a gestão da UFT. Os técnicos que participaram da pesquisa serão denominados de técnica Sandra, técnica Simone e técnica Marina, e todos atuaram na implementação do programa.

Na primeira parte do capítulo será feito um breve histórico do Estado do Tocantins, seu contexto social, político e econômico para então situar a UFT como instituição pública de Ensino Superior. Nesse sentido, apresenta-se ainda o contexto em que se deu a criação da UFT e o cenário político e social do Estado do Tocantins na ocasião. Na segunda parte, realizou-se um retrospecto histórico da implementação da política de assistência estudantil na universidade na tentativa de reconstruir o percurso institucional do programa Bolsa Permanência. Os documentos institucionais consultados, em confronto com os depoimentos das entrevistas, forneceram subsídios para a reconstituição dessa política na UFT e para a compreensão da concepção de assistência estudantil desses gestores e técnicos envolvidos no programa.

5.1 A UFT E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO HISTÓRICO POLÍTICO DO ESTADO DO TOCANTINS

A história da UFT se confunde com a história da criação do Estado do Tocantins. Considerado um Estado jovem²⁹, o Tocantins pertencia ao norte goiano e com seu desmembramento do Estado de Goiás passou a ser o mais novo estado da Federação (NASCIMENTO, 2009). Nesse contexto, havia uma necessidade visível de uma universidade pública federal no novo Estado. A UFT, atualmente com sete anos de criação, instalou-se como importante instituição de promoção do Ensino Superior gratuito e de qualidade na região (PINHO, 2007). Na tentativa de ajudar o leitor a visualizar o contexto histórico, político e social em que se insere a UFT, apresentamos a seguir alguns dados sobre o estado.

5.1.1 Características geográficas, sociais, política e socioeconômicas do Tocantins

O Estado do Tocantins está localizado na região Norte do Brasil e faz divisa com os estados de Maranhão, Goiás, Pará, Bahia, Piauí e Mato Grosso (NASCIMENTO, 2009). No mapa abaixo (figura 1) é possível visualizar sua localização geográfica:

Figura 1 - Mapa do Estado do Tocantins



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tocantins>

²⁹ ¹ O Estado do Tocantins foi criado em 5 de outubro de 1989 com a promulgação da Carta Constitucional. Em 1º de janeiro de 1989 foi instalada a capital provisória do novo Estado na cidade de Miracema do Tocantins e em 1º de janeiro de 1990, Palmas tornou-se sua capital definitiva (PINHO, 2007)

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas o IBGE³⁰, o Tocantins possuía em 2009 uma população de cerca de 1.200.000 pessoas, distribuídas em 129 municípios. Com a criação do Tocantins e a construção de uma cidade planejada para ser a capital, Palmas, o estado passou a receber pessoas de todo o país em especial dos estados do Maranhão, Piauí e Goiás. A capital recebeu também pessoas do Sul e Sudeste do Brasil, o que contribuiu para a diversidade cultural do estado. Os provenientes de outros estados são 35,1% (no Brasil, os migrantes nacionais são 19%), estando 74% no espaço urbano. O estado tem também uma população de cerca de seis mil indígenas distribuídos em sete etnias: os povos Karajá, Javaé e Xambioá, também os Xerentes, Krahô, Krahô-canela e Apinayé³¹. Assim, o Tocantins mantém uma riqueza cultural e étnica, com uma população heterogênea proveniente de vários estados do País.

Ainda de acordo com os dados do IBGE o Tocantins tem uma população jovem. Cerca de 48% da população possui menos de 19 anos (no Brasil este índice é de 40%), e a densidade populacional do estado é de 4,2 habitantes por quilômetro quadrado. A sua taxa anual de crescimento populacional situa-se na faixa de 2,6%, contra 2,9% da região Norte e 1,6% do Brasil. O mesmo estudo do IBGE aponta que a população do Tocantins é formada por uma maioria masculina e, em grande parte, por migrantes. Entre os habitantes atuais do Tocantins, 56,8% são pardos, 33,4% brancos, 7,5% negros e 1,1% indígenas (PINHO, 2007).

A economia local é gerada pelo extrativismo, pecuária e o comércio. Mas segundo dados da Secretaria de Planejamento do Estado - SEPLAN³², algumas atividades são consideradas promissoras para geração de renda e emprego como: (1) a agroindústria (produção de soja, pecuária de corte, piscicultura); (2) a produção de energia (hidrelétricas e biocombustíveis); (3) a criação de pequenos animais (caprino, ovino e apicultura); (4) a fruticultura; (5) o reflorestamento; (6) os serviços ligados às atividades de apoio ao setor de logística; (7) as atividades do setor terciário em geral; (8) o turismo, com ênfase para o ecoturismo, turismo de aventura, cultural e científico.

³⁰ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=to>>. Acesso em 10 nov 2009.

³¹ Fonte: Os povos indígenas do Tocantins. Disponível em <<http://www.palmas.org/tocantinsindios.htm>>. Acesso em 12 out. 2009.

³² Baseado em informações da Secretaria de Planejamento do Estado, a partir de dados de 2004. Disponível em <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/Indicadores%20Sociais_tudo.pdf>. Acesso em 15 out. 2009

Ainda de acordo com dados do IBGE, na pesquisa realizada intitulada *Mapa da pobreza nos municípios brasileiros*, realizada em 2007³³, a incidência de pobreza recai sobre 41% da população do Tocantins. O mesmo estudo apurou que a cidade de Campos Lindos no interior do Estado possui o maior índice de pobreza do Brasil com 84% dos moradores abaixo da linha da pobreza. Na pesquisa, a pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e de bens mínimos necessários a sua sobrevivência. A medida subjetiva de pobreza é derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida. O pesquisador do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri tece um comentário no Jornal Tribuna do Norte³⁴, sobre o índice de pobreza do Estado: “Tocantins é o estado com a maior proporção de jovens do País. Isto significa que a taxa de natalidade nas últimas três décadas foi muito elevada”. Para o pesquisador a pobreza está relacionada com a elevada taxa de natalidade da população (2,19%) a mais alta do país, que comparada a Santos, cidade citada no estudo com o menor índice de pobreza do país é de apenas 1,4 por mulher (a média nacional é de 1,89).

Segundo a SEPLAN³⁵, o investimento em educação no Tocantins, no ano de 2003, foi da ordem de R\$ 336 milhões, contra R\$ 45 milhões em 1994. Em termos per capita, constata-se que em 1994 o investimento foi de cerca de R\$ 46,00/hab, passando, em 2003, para R\$ 273,00/hab. De acordo com a SEPLAN, isto representa uma elevação, no período, de aproximadamente seis vezes (5,94). Outra pesquisa do IBGE denominada Síntese de indicadores Sociais 2008³⁶ indica que 14,3% da população do Tocantins acima de 15 anos de idade é analfabeta. O analfabetismo geral atinge 21% da população, enquanto no Brasil esse índice gira em torno de 15%, segundo a mesma fonte. A busca de formação, porém, é elevada: 41% da população e 84% da PEA (população economicamente ativa) estão matriculados em algum tipo de curso de formação profissional, contra 66% da PEA no Brasil (SEPLAN, 2004).

³³ Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=mapapobreza2003>>. Acesso em 07 out. 2009.

³⁴ Entrevista disponível em <<http://tribunadonorte.com.br/noticia.php?id=96094>>. Acesso em 08 nov. 2010.

³⁵ Disponível em <http://www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/Indicadores%20Sociais_tudo.pdf>. Acesso em 15 out. 2009.

³⁶ Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=to&tema=sis_2008>. Acesso em 07 out. 2009.

De acordo com dados do Censo do Ensino Superior (INEP, 2007) o Tocantins possui 31 instituições de Ensino Superior, sendo ofertadas anualmente cerca de 14 mil vagas. Porém, o Estado possui apenas uma Universidade Pública Federal (UFT) e um Instituto Federal do Tocantins (IFTO). Esse é um dado importante considerando o contexto regional e as condições socioeconômicas da população tocantinense.

A capital Palmas está localizada no centro do estado, com a população de quase 200 mil habitantes de acordo com o censo IBGE (2008). A cidade é nova e planejada para abrigar o centro administrativo e político do Tocantins. Segundo Carvalhêdo e Lira (2007, p. 3), Palmas interioriza uma crescente diferença entre o centro e a periferia, entre a concentração das riquezas e da pobreza. A cidade foi projetada num modelo em que as quadras no setor central são ocupadas pelas “lideranças políticas regionais, os detentores do capital ou servindo exclusivamente a especulação”. Os autores expõem como foram projetadas as quadras que abrigam a grande maioria dos habitantes, aqueles com baixo poder aquisitivo:

Aquelas mais distanciadas do centro foram destinadas para o funcionalismo público e restante da população. Enquanto os migrantes/sem-teto conglomeravam-se em residências temporárias, sendo expulsos gradativamente; como alternativas, são regulamentados loteamentos fora do plano diretor, apresentando as primeiras contradições da cidade planejada, entre os moradores do centro e da periferia da cidade. (CARVALHÊDO e LIRA, 2007, p. 3)

Outros estudos analisam que o processo de ocupação urbana de Palmas refletiu-se fortemente na qualidade de vida de seus moradores. Segundo Krann e Ferreira (2006) a ocupação das quadras centrais pelos detentores do capital, afastou a população de baixa renda para a periferia onde a qualidade de vida é comprometida:

É importante considerar-se também que justamente as regiões mais densas, onde reside parte da população com menor renda, apresentam precariedade em alguns indicadores, como a ausência de pavimentação asfáltica das vias e esgotamento sanitário através de rede, elevado número de habitações precárias, existência de habitações sem instalações sanitárias internas, implicando em um maior adensamento justamente nas regiões em situação de maior vulnerabilidade sócio-ambiental. (KRANN e FERREIRA, 2006, p. 132)

Assim, aqueles moradores de baixa renda que optam por morar nas quadras centrais ou próximas ao centro comercial da cidade pagam aluguéis caros em edículas sublocadas chamadas “kitnets”, os que não conseguem esse padrão moram na periferia

sofrendo com a falta de transporte urbano eficiente, falta de saneamento básico, asfalto, etc. O custo de vida na cidade de Palmas é elevado comparado às cidades do interior do estado: roupa, calçados, alimentação e moradia são itens que tornam a vida na cidade muito cara. De acordo com Oliveira e Coriolano (2007, p.5) a realidade da cidade se resume no seguinte comentário:

A população de baixa renda, confinada às margens da cidade é excluída de seus direitos, do acesso aos equipamentos urbanos e sociais, cultura, lazer, distante dos locais de trabalho. O Estado utiliza-se de estratégias para a manutenção da exclusão dessa parcela da população, sustentando práticas políticas assistencialistas e mantendo, dessa forma, seu reduto eleitoral (OLIVEIRA E CORIOLANO, 2007, p.5)

Compreender esse contexto social e econômico da cidade de Palmas, especificamente, se faz importante considerando que nesse trabalho de pesquisa será tratado o impacto que o programa Bolsa Permanência causou na qualidade de vida dos bolsistas do campus universitário da UFT em Palmas. Essa informação sobre o elevado custo de vida da cidade de Palmas pressupõe que um estudante que veio do interior do Estado, com baixo poder aquisitivo, ao ingressar na universidade encontra dificuldade de se manter na cidade e permanecer no curso. Antes da consideração sobre as implicações do programa Bolsa Permanência na vida dos bolsistas do programa no campus de Palmas, apresenta-se nesse trabalho o histórico da implantação dessa universidade no Estado.

5.1.2 A implantação e consolidação da UFT no estado do Tocantins

A história da implantação da UFT no Estado do Tocantins, em 2003, iniciou-se com as reformas e reestruturações da Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), esta última criada pelo Decreto nº. 252/90 de 21 de fevereiro de 1990. A Unitins foi organizada como uma fundação de direito público, ou seja, uma instituição de caráter público subsidiada pelo Estado, que permaneceu sob esse regime até o ano de 1992, quando foi reestruturada passando à condição de uma autarquia do sistema estadual (SOUZA, 2006).

Pinho (2007) afirma que até 1999 a Unitins chegou a ter dez campi distribuídos no Estado nas cidades de Arraias, Araguaína, Tocantinópolis, Porto Nacional, Palmas, Miracema, Gurupi, Paraíso, Colinas e Guaraí, além de ter assumido a gestão do Colégio

Agrícola de Natividade. A autora descreve o momento de reestruturação ocorrido nesse período:

No final dos anos 90, a Unitins passou por uma nova reestruturação. No ano de 1999, decidiu-se pelo encerramento das atividades dos campi de Arraias, Guaraí e Colinas e à transformação dos Campi de Tocantinópolis e Miracema em Centros Universitários de Formação de Profissionais de Educação em consonância com a o Decreto 2.032 de 1997 que alterou o sistema federal de ensino superior e a organização acadêmica das instituições de ensino superior (PINHO, 2007, p. 62).

Assim, a Unitins era considerada uma importante instituição de ensino público no recém criado Estado de Tocantins. No entanto, segundo o estudo realizado por Souza (2006) sobre a trajetória da Unitins rumo à criação da UFT, em 1996, existiram tentativas do governo estadual de privatizar a Unitins alegando gastos onerosos com quase oito mil alunos da instituição. Porém, frente à pressão dos estudantes por meio de passeatas, manifestações e paralisações num movimento chamado SOS Unitins, e também pressão dos docentes, o governo estadual ciente do desgaste de sua imagem em ano eleitoral decidiu suspender a cobrança de mensalidades e taxas e perdoar as dívidas do alunos inadimplentes.

Ainda segundo a autora, o governo:

Apresentou como proposta de solução para os problemas relacionados a Unitins, a “possibilidade” de lutar pela criação de uma universidade federal para o Estado. Na verdade, essa possibilidade de criação da universidade já estava sendo articulada com o governo FHC, de modo que, na ocasião de sua visita à Palmas, pela construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, foi assinada a Mensagem Presidencial nº 745, de 26 de maio de 2000, que encaminhava ao Congresso Nacional o texto do Projeto de Lei nº 3.126/2000, por meio do qual, autorizava o Poder Executivo a instituir a criação da Universidade Federal do Tocantins – UFT. (SOUZA, 2006, p.84)

Portanto, como alternativa aos problemas da Unitins e à forte oposição dos estudantes e docentes à privatização da instituição, o governo do Tocantins propôs então a criação de uma universidade federal. Desta forma, em junho de 2000 o então governador José Wilson Siqueira Campos sancionou a lei nº 1.160 que determinava a passagem da Unitins³⁷ para o âmbito federal. De acordo com o artigo 18 da lei, os bens patrimoniais da instituição

³⁷ A Unitins continuou existindo após a implantação da UFT como uma Fundação e foi reconfigurada por meio de uma estrutura acadêmica que no início cuidava dos cursos em regime especial e depois veio a firmar novas parcerias mediante convênios que contemplavam a oferta de Curso Telepresencial com a rede Educon, com a Secretaria de Educação, Secretarias Municipais e outros órgãos. Em 2008, perdeu a autorização do fornecimento dos cursos a distâncias em decorrência de irregularidades em alguns pólos ofertantes. Mas em

poderiam ser transferidos, no todo ou em parte, por doação ou cessão, para a futura Universidade Federal do Tocantins (PINHO, 2007).

Souza e Silva analisaram os fatos ocorridos na época e declararam:

Frente ao contexto social e aos embates políticos vivenciados, o governo local assinou um compromisso público de que a universidade não cobraria mais mensalidades e, portanto, voltaria a ser pública e gratuita. Nesta mesma ocasião, no ano de 2000, apresentou, como proposta para esses problemas envolvendo a Unitins e a sociedade, a possibilidade de lutar pela sua federalização, possibilidade que já havia sido acertada com a assinatura de uma mensagem presidencial do presidente Fernando Henrique Cardoso FHC, na ocasião de sua visita à Palmas. Assim, a mensagem foi encaminhada ao Congresso Nacional e transformada na Lei nº 10.032 que instituiu a criação da Universidade Federal do Tocantins – a UFT, porém este processo foi muito lento, levando mais três anos para de fato ser consolidado (SOUZA e SILVA, 2006, p. 6)

Nesse ínterim, no âmbito federal a autorização da instalação da Fundação Universidade Federal do Tocantins se deu no dia 23 de outubro de 2000 com a promulgação da Lei. 10.032/2000, mas o processo de sua consolidação demorou três anos tramitando no congresso. De acordo com o Souza e Silva (2007, p. 7) o processo de federalização só foi consolidado no governo do presidente Lula, com o apoio do ministro Cristóvão Buarque, em 2003, momento em que foi possível “identificar a execução de procedimentos e ações mais rápidas e decisivas para a implantação das atividades que possibilitaram o funcionamento da instituição na sua forma federal”.

Segundo Pinho (2007), pelo Decreto nº. 4.279 de 21 de junho de 2002 foi atribuída à Universidade de Brasília a responsabilidade pela implementação da UFT que ocorreu apenas em 2003 com a posse dos primeiros professores concursados. A autora relata:

A UFT iniciou suas atividades com um quadro de 164 mestres e 52 doutores, 29 cursos de graduação, ministrados em sete campi (Araguaina, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis) e um curso de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências do Ambiente (PINHO, 2007, p. 64)

Souza (2006) cita que naquele período difícil de implantação da UFT, um dos maiores desafios foi o número insuficiente de docentes e de pessoal técnico administrativo

para trabalhar com os processos relacionados à administração da universidade. A autora faz a seguinte análise desse período:

Os problemas com a composição do quadro de pessoal docente continuavam. Do mesmo modo, a situação relacionada ao corpo de servidores técnico-administrativos, que também continuava indefinida, a tal ponto que, em abril de 2003, o reitor *pró-tempore* solicitou, em caráter excepcional, a liberação de, pelo menos, 40 cargos para contratação de servidores de nível superior (Ofício nº 273/ UnB, de 14 de abril de 2003). Novas solicitações foram realizadas até que, somente em dezembro de 2003, veio a ocorrer a liberação dessas vagas para a realização dos concursos para provimento dos cargos de natureza técnico-administrativa. (SOUZA, 2006, p. 112)

Ainda segundo Souza (2006, p. 116), essas 40 vagas só foram liberadas em dezembro de 2003, e a realização do concurso para essa aérea só foi efetivada em abril de 2004. Este concurso ofereceu 40 vagas para os cargos de nível superior, as quais foram distribuídas sendo: 29 vagas para Administrador, duas para Analista de Sistema, quatro para Contador, quatro para Economista e uma vaga para Psicólogo. No entanto, o déficit no quadro de servidores continuou. No caso dos docentes, muitos continuavam sendo contratados em regime de CLT pela Unitins e cedidos a UFT, como afirma Souza: “essa mesma situação se deu com o quadro de servidores técnico-administrativos, porém, com quase cem por cento dos servidores da UFT sendo oriundos do convênio firmado com a Unitins”.

Essa consideração sobre o déficit de pessoal técnico administrativo na UFT nesse momento de implementação desta universidade se torna importante tendo em vista que o objeto de nosso estudo se refere a um programa de bolsas que oferece estágio remunerado a alunos de baixo poder aquisitivo para exercerem funções administrativas na UFT. Mais adiante serão consideradas as implicações deste déficit na estruturação desse programa e na percepção dos alunos, técnicos e gestores sobre o mesmo.

De acordo com o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins, nos artigos 1º e 2º, a UFT é uma entidade com personalidade jurídica de direito público vinculada ao Ministério da Educação. “É uma entidade pública destinada à promoção do ensino superior, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, de acordo com a legislação vigente” (UFT, 2003).

A missão da UFT, de acordo com o Planejamento Estratégico da instituição 2006-2010 (UFT, 2006a) é “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. O mesmo

documento apresenta a visão de futuro da IFES: “produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”. Como apresentado no Documento “UFT em Números 2009”³⁸, a instituição após a adoção do REUNI³⁹ passou a ter 43 cursos presenciais, 28 cursos de especialização *Latu Sensu* e nove cursos de especialização *Strictu Sensu*.

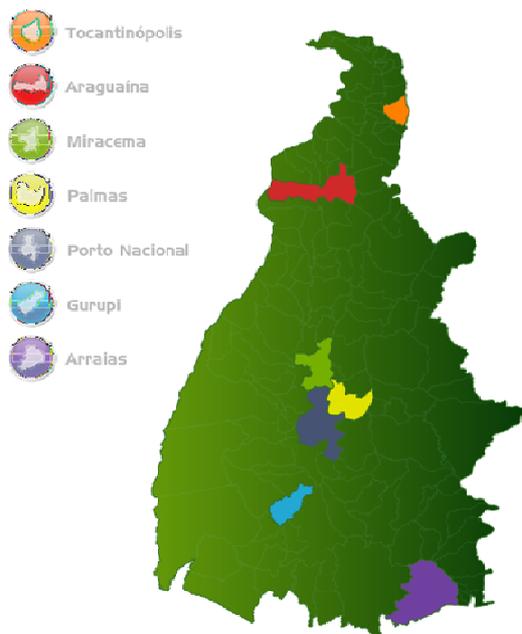
A UFT com sua estrutura multicampi tem campus em sete cidades do Estado, possui 504 técnicos administrativos no seu quadro pessoal, 571 professores efetivos e uma média de nove mil alunos matriculados. Os campi se localizam desde o extremo norte do estado (Tocantinópolis e Araguaína) até o sul (Gurupi). Abaixo, a Figura 2 apresenta a localização dos campi no estado:

³⁸ Disponível em < http://www.intranet.uft.edu.br/attachments/177_uft_em_numeros_.pdf >. Acesso em 15 out. 2009.

³⁹ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi instituído pelo decreto 6.096/07, no seu artigo 1º estabelece que seu objetivo é “criar condições para ampliação de acesso e permanência na Educação Superior”. Decreto disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em 05 set. 2009.

Figura 2 – Localização dos campi da Universidade Federal do Tocantins

LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI NO ESTADO DO TOCANTINS



Fonte: www.uft.edu.br

O mapa destaca as cidades que localizam os campi da UFT. No extremo norte do estado situa-se o campus de Tocantinópolis. O Catálogo de cursos da universidade (UFT 2010) apresenta as características dessa cidade:

Localizada no extremo norte do Estado, a 531 km da Capital, Tocantinópolis, com população em torno de 23 mil habitantes, faz parte do Bico do Papagaio, região abastecida por rios e terras férteis, que estimulam as atividades agropecuárias, sobretudo a agricultura familiar. Observadas as características da região, o campus oferece os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Sociais (licenciatura) e desenvolve projetos nas áreas educacionais e de identidade cultural. (UFT, 2010 p.8)

Considerando que em Tocantinópolis predomina a atividade agropecuária e agricultura familiar, fica o questionamento sobre o porquê de o campus ofertar apenas dois cursos de licenciatura e o catálogo de cursos afirmar que esses cursos foram ofertados após “observadas as características da região”.

Na cidade de Araguaína se localiza o segundo maior campus da UFT. Essa cidade de aproximadamente 113 mil habitantes destaca-se na pecuária e como centro comercial dos municípios vizinhos (UFT, 2010). O campus oferta os seguintes cursos:

Quadro 2 - Distribuição dos cursos no campus de Araguaína

Curso graduação Licenciatura	Outros Cursos de Graduação
Matemática	Medicina Veterinária
Geografia	Zootecnia
Historia	Tecnologia em Gestão de cooperativas
Letras	Tecnologia em Gestão de turismo
Biologia	Tecnologia em Logística
Física	Biologia (modalidade a distância)
Química	

Fonte: Catálogos de cursos da UFT, 2010.

O campus de Araguaína oferta ainda dois cursos *Strictu Sensu*: O Mestrado em Ciência Animal Tropical e o Mestrado Interinstitucional em Letras. Sobre a cidade de Miracema, o catálogo de curso destaca:

Miracema foi a primeira Capital do Estado e está localizada a 80 km de Palmas, com cerca de 23 mil habitantes. O município possui como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária, além do artesanato indígena. O campus de Miracema oferece os cursos de graduação em Pedagogia e Serviço Social e desenvolve pesquisas na área da prática educativa. (UFT, 2010 p. 7)

Na capital Palmas, cidade localizada a 968 km de Brasília e última capital brasileira planejada do século XX, o campus da UFT oferta o maior número de cursos. São ao todo 17 cursos de graduação, oito cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e seis programas de Mestrado *Strictu Sensu*, como é possível visualizar no quadro abaixo:

Quadro 3 – Distribuição de cursos no campus de Palmas – TO

Cursos de Graduação	Cursos de Graduação (cont.)	Curso de Pós Graduação <i>Lato Sensu</i>	Cursos de Pós Graduação <i>Strictu Sensu</i>
Administração	Engenharia Ambiental	Agentes de Inovação Tecnológica	Ciências do Ambiente
Artes	Engenharia Civil	Políticas Públicas e Gestão em Saúde	Arquitetura e Urbanismo
Arquitetura e Urbanismo	Engenharia de Alimentos	Estratégia da Saúde da família	Desenvolvimento Regional e Agronegócios
Ciências da Computação	Engenharia Elétrica	Planejamento e Gestão Ambiental	Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
Ciências Contábeis	Filosofia	Gerontologia	Ciências da Saúde
Ciências Econômicas	Nutrição	Gestão de Agronegócios	
Comunicação Social	Medicina	Infra-estrutura Urbana	
Direito	Pedagogia	Recursos Hídricos	
Enfermagem			

Fonte: Catálogo de cursos da UFT (2010)

Como se pode observar, os cursos de graduação considerados elitizados e com ampla procura pelos jovens encontram-se centralizados no campus de Palmas. Os cursos de Medicina, Direito, Enfermagem e as Engenharias são os que têm maior concorrência no Vestibular da universidade (UFT, 2010). Assim, alunos do interior do estado que buscam esses cursos precisam se mudar para a capital com o objetivo de estudarem, e muitos deles enfrentam condições financeiras adversas à permanência na universidade como será apresentado no próximo capítulo.

A cidade histórica de Porto Nacional, situada a 66 km da capital Palmas, com cerca de 44,3 mil habitantes, possui um campus da UFT com os seguintes cursos de licenciatura: Ciências Biológicas, Letras, História e Geografia. O catálogo de cursos (UFT, 2010, p.7) apresenta a cidade de Arraias que também abriga um campus da UFT:

A cidade de Arraias está localizada na região serrana, ao sudeste do Tocantins e possui aproximadamente 12 mil habitantes. O campus universitário de Arraias atende a diversos municípios da região Sul, com os cursos de Matemática, Pedagogia e Biologia (modalidade a distância) e desenvolve pesquisas ligadas às novas tecnologias e educação, geometria das sub-variedades, políticas públicas e biofísica.

No campus de Gurupi, cidade localizada ao Sul do estado, oferta-se os cursos de Agronomia, Engenharia Biotecnológica, Engenharia Florestal, Química Ambiental, e Biologia na modalidade à distância. O campus oferta ainda o Mestrado em Produção Vegetal.

Observa-se neste quadro sobre a distribuição de cursos que as licenciaturas se concentram nos campi das cidades do interior do estado, enquanto os cursos ligados à área da saúde, engenharias e tecnologias são concentrados nas três maiores cidades do estado: Araguaína, Palmas e Gurupi. Esse dado é um indicador de que os estudantes que desejam ter uma formação nessas áreas acima mencionadas precisam se deslocar da sua cidade para esses centros, o que acarreta despesas para a família manter este estudante na universidade, mesmo ela sendo gratuita.

No planejamento estratégico da UFT foram destacadas as forças e fraquezas da instituição. O fato de a UFT ser multicampi foi destacado como algo positivo, pois permite uma presença regional no interior com impacto positivo para todo o Estado. Outro fato considerado positivo é a credibilidade que a instituição tem no âmbito da sociedade tocantinense. Também se considera importante a UFT no Estado diante do contexto regional pela “carência de formação de profissionais altamente qualificados na graduação e pós-graduação: o estado tem, ainda, uma população de baixa escolaridade, com ausência marcante de quadros de nível superior” (UFT, 2006). No que diz respeito às fraquezas da instituição, destacou-se a tradição de práticas e políticas clientelistas e oligárquicas no estado que compromete o desenvolvimento de práticas sociais modernas e ausência de políticas públicas regionalizadas para o ensino superior. Alguns dos desafios para a instituição apontados pelo documento são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 4 - Visão interna da UFT: desafios a enfrentar.

- Quadro administrativo muito reduzido;	- Déficit no número de professores;
- Dificuldade em atrair e manter os quadros mais qualificados: A UFT sofre a dificuldade em atrair e manter pessoal qualificado, particularmente no campi do interior;	- Dificuldade em atrair e manter os quadros mais qualificados: A UFT sofre a dificuldade em atrair e manter pessoal qualificado, particularmente no campi do interior;
- Recursos financeiros insuficientes: às dificuldades naturais da administração de uma IFES soma-se o fato de que os repasses federais não levam em consideração as características de uma Universidade multicampi, assim como as diferenças regionais;	- Déficit material: em face da exigüidade de recursos, o déficit material é muito grande, comprometendo a construção e manutenção de laboratórios e bibliotecas, entre outras benfeitorias necessárias ao bom funcionamento da Instituição;
- Pouca experiência em administração universitária: a UFT tem um reduzido corpo técnico qualificado e um quadro docente com pouca experiência em administração universitária;	- Assistência estudantil escassa: a insuficiência de recursos e o déficit material têm reflexo na política de assistência ao estudante. A falta de moradia e os poucos recursos financeiros para apoiar a promoção de jogos universitários e encontros culturais, entre outras ações, têm provocado reclamações.

Fonte: Planejamento Estratégico (UFT, 2006 p. 19)

Os desafios acima citados são peculiares às instituições públicas de Ensino Superior no Brasil, como expresso por Chauí (2003, p. 6) ao afirmar que “a heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu”. De tal modo são diversos os fatores que tornam a universidade impar entre todas as outras instituições públicas. No caso da UFT, sua história não se iguala a nenhuma outra universidade pública do país, pelo fato dela ter sido criada a partir de outra instituição que já tinha oito mil alunos e diversos campi em um estado da federação recém-criado. A universidade era nova, mas os alunos antigos, e ela herdou toda a demanda reprimida da gestão anterior com o detalhe de não ter recursos humanos e materiais para levar a frente esse impetuoso projeto.

Segundo análise de Souza (2006, p.7) sobre a implementação da UFT, a instituição foi criada num contexto de transformações no Ensino Superior, com propostas de um modelo gerencialista e predomínio de “uma gestão patrimonial, carismática e burocrática, que se confundiam nas organizações das atividades acadêmicas da instituição”. A autora explica que isso se deu em consequência do próprio contexto histórico da criação do Estado que, mesmo com 17 anos de independência política, em 2006 apresentava-se como um Estado em que o poder, o autoritarismo e o controle se faziam fortemente presentes nas relações entre governo e a sociedade, o que refletiu na história da Unitins e posteriormente da UFT.

Após esse breve retrospecto sobre a história da UFT e a sua inserção no Estado do Tocantins, apresenta-se a seguir um histórico da assistência estudantil e do programa bolsa permanência acadêmica na UFT baseado em pesquisa documental e entrevistas com gestores e técnicos que participaram na implementação dessa política na universidade.

5.2 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS: HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

Os documentos institucionais da UFT como o Projeto Pedagógico Institucional (UFT, 2008a), o seu Regimento (UFT, 2005) e também o Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição (UFT, 2007) são unânimes em afirmar que a instituição está empenhada em proporcionar condições para que os seus alunos de graduação e egressos alcancem sucesso na sua trajetória acadêmica. Também na proposta do REUNI apresentada pela UFT ao MEC, a assistência estudantil aos alunos com vulnerabilidade social foi apontada como uma prioridade da instituição na sua atuação como ambiente de excelência acadêmica (UFT, 2008b, p. 1). No entanto, o mesmo documento reconhece que existia a ausência de uma política mais ampla de assistência estudantil na universidade, e justifica:

A UFT, única instituição federal de nível superior no estado do Tocantins, ainda não conseguiu implementar, por falta de recursos financeiros, uma política ampla e mais efetiva de assistência a alunos carentes, embora possamos destacar algumas iniciativas já implementadas por meio de projetos, os quais permitem iniciar o cumprimento desse importante requisito para as ações afirmativas da universidade (UFT, 2008b, p. 4)

Assim a própria gestão admite que a política de assistência estudantil na UFT naquele período ainda se encontrava incipiente e em fase de implementação. Considerando que a universidade é nova e está em fase de expansão, as ações investidas nessa área constituem um importante avanço para a consolidação de uma política de assistência estudantil na instituição.

5.2.1 A Política de Assistência Estudantil na UFT

A assistência estudantil na UFT foi discutida desde a implantação da Pro - Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários – PROEX, em 2003. O organograma da PROEX contemplava uma Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) que foi ativada em outubro de 2003. O documento Plano de trabalho da Diretoria de Assuntos Estudantis elaborado pelo professor José Carlos da Silva Freire, primeiro diretor da pasta, dizia:

A equipe da PROEX compreende que a DAE como órgão integrante da gestão universitária deve propor e assessorar a reitoria na implementação de Políticas de Assistência Estudantil prioritariamente no que se refere as demandas de cunho acadêmico, científico e cultural, visando o enriquecimento de conhecimentos e experiências na construção de sua cidadania e profissionalidade numa perspectiva crítica e emancipadora.(UFT, 2004)

O referido plano de trabalho previa ações a serem realizadas pela DAE ainda no 1º semestre de 2004. Entre as ações destacamos: a) Realizar o censo estudantil da UFT para delinear o perfil socioeconômico da UFT com o objetivo de elaborar projetos de assistência estudantil (seguro - estagio, seguro saúde dentre outros); b) Visitar duas IES para conhecer a política de assistência estudantil; c) Visitar o MEC para acompanhar as ações de Implantação da política de assistência ao estudante; d) Realizar cadastro das entidades e líderes estudantis; e) Propor e discutir com o DCE a central de atendimento aos estudantes nos campi; f) Propor e discutir com o DCE a criação do fundo de apoio aos estudantes; g) Discutir com os prefeitos onde temos campi a criação da casa do estudantes universitário; h) Participar da comissão de estudos para a criação do restaurante universitário; i) Participar da criação do Comitê Gestor de Política de Estágios da UFT. (UFT, 2003b, p. 1).

Não foram encontrados registros em relatórios ou atas de que confirmem se essas ações previstas no plano de trabalho foram desenvolvidas ou não, com exceção da proposta do Censo estudantil da UFT, que foi realizado em 2004. A DAE ainda em fase embrionária encontrava dificuldade de estabelecer uma política sólida de assistência estudantil na UFT, pois como apresentado na XII ata⁴⁰ da *Comissão Especial Para a Promoção de Políticas de*

⁴⁰ Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,0/task,doc_details/gid,862/>. Acesso em 12 out. 2009

*Igualdade Racial na UFT - CEPPIR*⁴¹, o diretor da pasta na época apresentou sua preocupação:

[..] no dia 10 de setembro a Diretoria de Assuntos Estudantis da PROEX completará um ano. Foi uma diretoria criada, mas não foi implementada porque não existe rubrica. No mês de junho foi feita uma reunião com os alunos do DCE para se discutir a natureza dessa Diretoria e decidiu-se que a meta para este ano será construir o Plano de Assistência Estudantil.

Assim, embora existisse uma diretoria de Assuntos Estudantis na UFT naquele ano de 2004, ela não tinha sido implementada, pois não havia rubrica ou recursos para executar as ações.

O censo estudantil da UFT, chamado de I Levantamento Socioeconômico, étnico cultural da UFT constituía uma proposta importante, pois embora a universidade fosse nova com apenas um ano de existência em 2004, tinha alunos antigos herdados da Unitins. Portanto, conhecer o perfil desses alunos possibilitaria compreender as reais necessidades dos mesmos para então propor políticas de assistência. A PROEX organizou os trabalhos por intermédio da Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC) e da CEPPIR. De acordo com a Ata da I reunião da CEPPIR⁴², na ocasião, foi proposto que se realizasse uma pesquisa sobre o perfil do aluno da UFT, estabelecendo o corte raça/classe/gênero, e que fosse convidada uma pessoa do IPEA que pudesse apresentar os dados da pesquisa sobre a pobreza no Brasil. Além disso, foi proposto que fosse pensado o conceito de “aluno carente” partindo da realidade do estado do Tocantins.

O I Levantamento constatou que 54% dos alunos tinham entre 19 a 24 anos, 58% eram do sexo masculino, 51% se declararam pardos e 10% negros. Também foi constatado que 24% eram responsáveis pelo seu próprio sustento e 41% não tinham outra ocupação a não ser o estudo. No que diz respeito à renda, como já mencionado em tópico anterior, 29% possuíam renda de até 3 salários mínimos, e 49% possuíam família com mais de cinco pessoas na mesma residência. Quanto ao meio de comunicação mais utilizado para

⁴¹ A CEPPIR foi instituída pelo Reitor Alan Barbiero, no dia 19 de fevereiro de 2004. A proposta da comissão era levantar dados quanto ao perfil dos alunos no que diz respeito à possibilidade de implementação de política de cotas para alunos negros na UFT.

⁴² Disponível em http://www.site.uft.edu.br/component/option.com_docman/Itemid,0/task.doc_download/gid,851/. Acesso em 16 out. 2009.

informação sobre os acontecimentos atuais, 67% utilizavam a TV e ao serem indagados o que os levou a fazer o vestibular na UFT, 63% responderam que foi pelo fato da UFT ser uma universidade pública, gratuita e que assim satisfazia as condições socioeconômicas da família.

No tocante à adoção da proposta de política de cotas para negros na UFT, dos alunos que responderam o questionário mais de 60% se auto-declararam pardos ou pretos e apenas 3% se identificaram como indígenas. Assim a UFT não adotou a cotas para negros por considerar que no Levantamento foi constatado que a composição étnico-racial dos estudantes da UFT corresponde ao percentual de pretos, pardos e brancos no Estado do Tocantins que, segundo o IBGE é de 64,4% de negros (pretos e pardos), 33,4% de brancos e 0,6% de índios. Esta constatação e a pressão do movimento indígena definiram a política de cotas da UFT para alunos indígenas no vestibular 2005. Do total de vagas oferecidas para os dois semestres do ano seguinte, 5% foram destinadas aos candidatos indígenas, levando em conta a população indígena apontada no Levantamento (3%), percebe-se que o acesso dessa minoria continuava restrito numa instituição localizada em um estado que abriga sete etnias. (NUNES, 2009).

Outro dado importante do Levantamento socioeconômico era que em média 80% dos alunos cursaram a escola pública no Ensino Médio. Portanto, este dado relacionado com os dados da situação socioeconômica dos alunos revela que, naquele período, o perfil dos alunos da UFT que vieram da Unitins, era de alunos provenientes de classes menos favorecidas da sociedade. Mas o que existia efetivamente de assistência estudantil em 2004? Como já mencionado, a Diretoria de Assuntos Estudantis ainda estava se estruturando para atender a essa demanda. Como revelado pela professora Joana, que atuava na gestão da assistência estudantil naquela ocasião: “não havia política de assistência estudantil porque na realidade nos estávamos aproveitando alguns programas do governo para ceder algumas bolsas para os alunos”. A universidade participava de programas sociais do governo federal que destinava bolsas aos estudantes participantes. Programas como o Brasil Alfabetizado e o Fome Zero eram usados como fonte de recursos para a assistência. Nunes (2009, p. 2) relembra:

A Universidade participava de programas sociais: ‘Fome Zero’, do Governo Federal, promovendo a formação de Agentes de Segurança Alimentar; ‘Por um Brasil Alfabetizado’, atendendo jovens e adultos; ‘Segurança Alimentar’, destacando a implantação do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

(Consad) na região norte do Estado, conhecida como Bico de Papagaio; ainda no Bico do Papagaio, a implantação da 'Agenda 21', programa que busca o desenvolvimento conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica com base nas potencialidades regionais”.

No entanto, esses programas eram centralizados em Palmas, e apenas os alunos desse campus eram beneficiados com as bolsas. Outra demanda constatada naquele período foi a realização dos Jogos Universitários. Como os alunos tinham por costume realizar esses jogos quando pertenciam à Unitins, ao ingressarem na UFT cobravam que a instituição ajudasse a patrocinar os jogos. A professora Joana relata:

A universidade era nova mais os alunos eram velhos porque eles eram da Unitins e tinha histórico de fazer jogos universitários então praticamente essa diretoria de assuntos estudantis ela ajudava nos jogos universitários, então não tinha um recurso x para esse jogos, mas na época dos jogos universitários a gestão sentava ali para dar um recurso para eles ou a camisa.

Portanto, em 2004, as ações de assistência estudantil se limitavam a programas sociais do governo que destinavam algum recurso para bolsa e a ajuda para a realização dos Jogos Universitários. O Relatório de Gestão 2004-2008 (UFT, 2009) apresenta a participação nesses programas sociais como uma ação de compromisso social da universidade, o documento acrescenta:

A primeira ação de extensão na UFT, no âmbito de projetos sociais, foi a participação no Programa Fome Zero do governo federal, promovendo a formação de Agentes de segurança alimentar -133 representantes de prefeitura e 96 da sociedade civil para atuar em 135 municípios do estado, com o envolvimento de 20 professores, 28 monitores e 13 servidores (UFT, 2009, p. 64)

Ao eleger o “Programa Brasil Alfabetizado” como seu principal foco de atuação nos anos de 2004 e 2005 a UFT promoveu a inclusão social, minimizando os índices de analfabetismo do Estado. (UFT, 2009, p. 65)

Embora citados nos documentos oficiais da UFT como ação de assistência estudantil, os programas sociais financiados pelo governo federal constituíam ações de extensão universitária e não visavam a permanência do aluno na instituição. Contudo, como revelado nas entrevistas, devido à falta de recursos para a assistência estudantil, esses

programas foram usados para financiar bolsas para os alunos, não necessariamente alunos com baixo poder aquisitivo, mas aqueles interessados em participar dos referidos programas.

5.2.2 O Programa Bolsa Permanência no contexto de consolidação da UFT

Ainda em 2004, havia uma demanda crescente por recursos humanos para prestar serviços administrativos na UFT. Como considerado anteriormente, a universidade passou por um período de transição e esperava os códigos de vagas serem liberados pelo MEC para realização de concursos para seu quadro técnico-administrativo que se mostrava deficiente (SOUZA, 2006). Nesse ínterim, a UFT passou a contratar estagiários para suprir essa demanda. Visando regularizar essa situação, a Reitoria por meio da Resolução 010/2004⁴³ instituiu o Programa de Bolsa de Estágio Remunerado. Como expresso na Resolução, o objetivo do programa era:

Proporcionar experiência prática na linha de formação do aluno, o exercício da competência técnica, o compromisso profissional com a realidade do País e propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem, constituindo-se instrumento de integração, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano no âmbito da UFT.

Ainda segundo a Resolução, o programa tinha três modalidades diferentes de estágio: O Bolsa Estágio I, que era destinado aos estudantes de graduação de 1º a 4º semestres em que as atividades tinham uma grau de menor complexidade; O Bolsa Estágio II, para alunos de graduação de 5º a 8º período, com habilidades para exercerem atividades técnicas científicas e o Bolsa Estágio III destinado a alunos de Ensino Médio, de Educação Profissional e de Educação Especial, para o desempenho de atividades que propiciem complementação de ensino e aprendizagem, incorporação de hábitos de trabalho e relacionamento humano.

O valor da bolsa variava de modalidade de estágio e da carga horária dos bolsistas que podia ser de 20, 30 ou 40 horas semanais. Ainda sobre o programa Bolsa Estágio a professora Joana relata:

⁴³ Disponível em <www.site.uft.edu.br/component/option,com_d_ocman/Itemid,0/.../gid,5> . Acesso em 17 abril 2010.

Nesse contexto também é importante dizer que nós não tínhamos os técnicos administrativos na UFT, a UFT era nova, chegaram os professores novos, os alunos eram velhos e não tinha técnico administrativo então nos tínhamos os técnicos que eram da Unitins e tínhamos também alguns alunos que ganhavam bolsas para trabalhar efetivamente em papéis que eram de técnicos administrativos e aí esse aluno trabalhava normalmente, quando eu falo normal é que quando se pensa uma bolsa estágio você às vezes considera 4 horas, 6 horas de trabalho e o aluno lá trabalhava 8 horas como um técnico fazendo as atividades de um técnico, então não estava dentro do que a gente entende como política de assistência estudantil.

Assim, reconhecia-se que o trabalho de oito horas diárias para um estagiário podia comprometer seu desempenho acadêmico. Contudo, o programa permaneceu na universidade, mesmo com a gestão ciente de que este não se tratava de uma política de assistência estudantil mas atendimento ao trabalho precarizado dentro da instituição. A técnica Sandra teceu o seguinte comentário sobre o programa Bolsa Estágio:

Tinha um programa que era o bolsa estágio que oferecia uma bolsa para os alunos desenvolverem atividades administrativas. Na verdade, a maioria dos estudantes que participava desse programa, não estavam atuando ali como estagiário na área de formação dele como manda a legislação do estágio. Tinha alunos que estavam em áreas totalmente desvinculadas da área de formação, atuando em como recepcionistas, assistente administrativo, ou seja, não tinha nenhuma relação com a área do curso.

Desta forma, o Programa Bolsa Estágio passou a ser questionado como um programa que promovia a assistência estudantil na UFT ou até mesmo se atendia aos critérios da legislação do estágio. A professora Joana fala sobre esses questionamentos:

Bolsa estágio, como pode ser bolsa estágio se o aluno trabalha 8 horas? Como pode o bolsa estágio o critério não ser baixa renda? Então toda a idéia de que a política de assistência estudantil é uma política de assistência para os alunos que tem uma condição de vida mais precária e que tem um potencial porque a gente tem que entender que todas as pessoas elas tem um potencial e tem capacidade de aprender a desenvolver e às vezes como elas não tem uma assistência no sentido de alimentação, transporte, lazer, ou seja a universidade não dá nenhuma contrapartida e a família não tem como dar, já é um mérito dela passar num vestibular numa universidade pública.

Por conseguinte, o referido programa envolvia uma série de questões conflituosas dentro da universidade. O fato de o aluno trabalhar oito horas era questionado como um fator

que poderia atrapalhar no seu desempenho acadêmico. Outra questão polêmica era que o critério para a inserção no programa não era socioeconômico, como afirma a técnica Simone:

É critério socioeconômico mais é acadêmico também, acadêmico não, profissional, experiência profissional, os dois juntos. [...]. Porque é bolsa estágio, porque não adianta a gente selecionar o aluno baixa renda mas ele não tem habilidade em informática e é um estágio no setor de informática, como que vai fazer? então tem que ter alguma afinidade.

Embora a técnica afirme que o critério para o programa Bolsa Estágio é socioeconômico também, a mesma admite que nesse programa o que é mais relevante é a experiência profissional do aluno ou suas habilidades. Sobre como o programa funciona a mesma técnica revelou: “O aluno vem, não é feito via edital, é feito um banco de currículo, é claro que o ideal seria um cadastro eletrônico, ter edital e tudo mais, mas não, ele chega aqui deixa seu currículo, a gente faz uma análise e ele é encaminhado”. O programa Bolsa Estágio iniciou suas atividades no final de 2004 e ainda hoje permanece como um programa de estágio na UFT. Mais adiante este será abordado novamente nesse mesmo capítulo.

Em 2005, com a mudança da gestão na PROEX, o Diretor de Assuntos Estudantis deixou a pasta e esta permaneceu sem representante por questões de falta de função gratificada e mesmo desinteresse dos professores em tratarem de assuntos estudantis, assim o professor da Diretoria de Ação Comunitária assumiu a pasta e acumulou as duas funções. A técnica Sandra especifica o que acontecia:

Segundo a pró-reitoria de extensão, na época, ninguém queria assumir essa diretoria por conta dos desafios que se apresentavam na área de assistência estudantil e pela falta de estrutura inclusive financeira da instituição para tocar os trabalhos da diretoria. Tinha muita demanda de aluno por assistência mais não tinha recurso institucional nem FG, que é uma gratificação que a instituição paga para as pessoas que assumem cargo de chefia. Então, segundo a pró-reitoria não existia nada disso, por isso a diretoria não funcionava, na verdade ela existia só no papel porque, na prática ela não vinha exercendo a sua função.

Assim, em 2005, com a diretoria desativada as ações de assistência continuaram pontuais, privilegiando o uso dos recursos dos programas sociais, como declara a professora Joana:

Então na realidade o que aconteceu, a função estava na diretoria de ação comunitária e a ação, porque eu não posso falar que tinha uma política de assistência estudantil, havia ações pontuais. Então a ação concentrou ali na mão da diretoria de ação comunitária, então a ação em si continuou a ser bolsa dos projetos que já existiam em 2004 porque foi uma continuidade.

Portanto, era de conhecimento público que não havia uma política de assistência estudantil em 2005 e que se continuava o modelo adotado em 2004 com o uso dos programas sociais do governo para financiar algumas bolsas para alunos que se interessassem participar dos programas.

Ainda em 2005 foi realizado o Planejamento Estratégico da UFT, o processo de criação do documento envolveu toda a comunidade acadêmica na discussão sobre o futuro da UFT. Como citado anteriormente, a assistência estudantil foi apontada no Planejamento Estratégico da UFT como uma dos desafios da instituição e destacou-se no documento a necessidade de implementação da mesma em vista da realidade social e econômica em que a instituição está inserida (UFT, 2006). As discussões geradas na construção do Planejamento estratégico ajudaram a despertar algumas questões importantes referentes à assistência. A professora Joana destaca isso:

O que aconteceu de diferente mesmo em 2005 foi que nos fizemos um planejamento estratégico na universidade então nos passamos a conversar em todas as unidades sobre o que seria planejado para os próximos 10 anos, e nesse planejamento estratégico é que foi conhecida um pouco essa questão, porque quando eu apresentava programas de inclusão social as pessoas um pouco questionavam, porque nos programas de inclusão social eles eram primeiro quais eram os problemas, nos programas que abrangiam todas as unidades da universidade como o programa Brasil Alfabetizado, todos tinham uma cota de bolsas, porém em alguns programas como esse projeto Preparo mesmo e a Agenda 21 era só aqui no campus de Palmas então havia uma crítica muito grande porque a ação não era inclusiva e também não era para todas as unidades. Então o planejamento estratégico ele foi importante, ele aconteceu em 2005 e ele trouxe para a gente os questionamentos sobre um pouco como a gente deveria fazer a assistência estudantil.

De tal modo, o Planejamento estratégico foi o momento em que questões sobre inclusão social foram colocadas em pauta. Embora o discurso fosse de inclusão, o fato de os programas privilegiarem apenas um campus da universidade questionava se eles eram

realmente de inclusão social. Segundo Sposati (2002 p.7) “o alcance das políticas sociais em contexto de desigualdade e exclusão deve alargar-se para dar conta das condições efetivas de vida de seus usuários”. Nesse sentido, numa população carente de pessoas desassistidas, atender apenas algumas poucas pessoas, deixando outras à parte, também trata-se de exclusão.

Uma experiência inédita de inclusão para a UFT foi receber os alunos indígenas que ingressaram por intermédio de cotas em 2005. A permanência desses alunos na universidade constituía um desafio para a instituição inexperiente na época. Entre as dificuldades enfrentadas por esses alunos para a sua permanência na UFT foi colocada por Silva (2007, p.9):

A grande questão que dificulta e muitas vezes impossibilitam permanência desse indígena na universidade é a falta de programas de permanência adequando que dê um suporte para acadêmicos permanecerem até o final na Universidade. Considerando uma série de dificuldades que conseqüentemente terá de enfrentar, tais como, diferenças culturais, saudade da aldeia, pouca condição para se manter na cidade (estadia, alimentação e transporte), por isso há a necessidade de um programa de acompanhamentos desses alunos.

A política de cotas na universidade desencadeou uma situação nova na universidade: a presença de alunos indígenas que na maioria moravam nas suas respectivas aldeias e precisavam de um suporte da universidade para permanecerem na UFT. Os alunos cotistas enfrentavam dificuldades financeiras, culturais e até mesmo psicológicas por estarem longe das suas famílias. Para a professora Joana, com a vinda dos estudantes indígenas à instituição começou a pensar de forma mais sistematizada a assistência estudantil na UFT:

Podemos dizer que em 2005 foi uma continuidade de todos os projetos que tinha: Brasil Alfabetizado, o programa Agenda 21 estava finalizando, nos tivemos tudo continuidade e a recepção desses 17 alunos ai, a gente estava não sistematizando teoricamente uma política de assistência social, mas ai sim com os alunos indígenas já estava fazendo uma política de assistência, porque a gente estava preocupado com o acesso deles, estávamos preocupados com a permanência, nos tivemos vários debates sobre como nos iríamos dar assistência pedagógica a eles.

Mesmo sem experiência em lidar com esses alunos, a universidade teve que aprender a conhecê-los melhor e providenciar políticas para sua permanência.

Em 2006, um novo cenário se configurou na UFT, com a chegada dos aguardados técnicos administrativos na universidade, as equipes de trabalho foram compostas de forma a atender as necessidades da universidade. A UFT passou a ter no seu quadro de pessoal uma assistente social, logo as políticas de assistência aos estudantes vigentes naquela época foram colocadas na pauta das discussões. A professora Joana relata:

Então essa discussão nós tivemos com a possibilidade de ter uma assistente social e aí no fim do ano de 2006 eu me lembro que a assistente social normatizou para gente, duas coisas que ela pensou na época, ela pensou a questão do programa de bolsa permanência acadêmica e ela fez também uma coisa que era continuidade do anterior que era questão dos jogos universitários, grêmio estudantil que os alunos queriam.

A questão do programa Bolsa Permanência citada pela professora Joana seria referente à carga horária do programa Bolsa estágio, pois nesse período o programa Bolsa permanência ainda não havia sido criado. Em 2006, só havia o Programa Bolsa Estágio na UFT, e como citado anteriormente os alunos participantes do programa dedicavam uma carga horária de oito horas diárias de prestação de serviços administrativos o que poderia dificultar a dedicação do acadêmico aos estudos. E outra questão seria o número elevado de estagiários na universidade que feria também o que era previsto na legislação do estágio, a técnica Sandra explica:

Porque que a UFT teve que rever o Bolsa estágio em 2006? Foi justamente pelo fato da legislação estabelecer que o número de estagiário tem que respeitar um percentual "X" em relação ao número de profissionais existentes na instituição, o que no caso da UFT era 20% para estudante da graduação. E o período que antecedeu a entrada do maior número de técnicos administrativos na UFT, que se deu em 2006, o número de estagiários na instituição superava o percentual definido pela legislação. Por isso a UFT teve que repensar o programa de estágio, e isso, conseqüentemente, traria impactos para o funcionamento do setores, lógico, onde havia muitos estagiários trabalhando.

Aberta essa discussão na universidade, a pauta foi para o CONSUNI e a proposta apresentada pela Diretoria de Assuntos Estudantis foi a criação do programa Bolsa Permanência. A técnica Sandra relembra que a princípio os estagiários ficaram com medo de

perderem seus postos de trabalho e fizeram uma pressão para que o programa Bolsa Estágio não acabasse, essa pressão levou a gestão buscar alternativas, daí pensou-se na criação do programa Bolsa Permanência. Como expresso pela referida técnica: “Inicialmente a proposta era de se criar um programa que, a princípio, seria chamado bolsa trabalho, com atividades nos moldes do Programa de estágio, mas aí foi decidido que seria chamado programa Bolsa Permanência”.

Porém, a professora Joana, que participou do processo no CONSUNI, relata que na época as discussões sobre o novo formato do programa foram acaloradas internamente no conselho:

O CONSUNI é a reunião de sete diretores e os diretores estavam super preocupados porque eles não tinham interesse na questão da assistência estudantil, eles tinham interesse de ter alunos entre aspas trabalhando nos setores que eles tinham, então eles diziam: eu preciso de tantos estagiários, era como eles falassem: preciso de tantos técnicos administrativos, mas era assim. Então não foi uma felicidade a aprovação, então foi um problema.

Conforme relato dessa professora, os diretores de campus tinham a preocupação de ficar com seus setores administrativos descobertos, não estavam preocupados com a questão da assistência estudantil para os alunos que precisavam desse auxílio. Assim a resolução de criação do programa Bolsa permanência foi aprovada no CONSUNI, mas segundo a mesma professora com algumas restrições, entre outras que o programa Bolsa Estágio continuasse na mesma condição, ou seja, o bolsista dedicando oito horas diárias de trabalho à universidade.

Deste modo, a Resolução 09/2006 ⁴⁴do CONSUNI foi aprovada instituindo o Programa Bolsa Permanência, objeto desta pesquisa. Segundo a resolução, o programa tem o objetivo de “viabilizar a permanência do aluno na universidade, bem como sua qualificação acadêmica”. Este formato do programa concedia bolsas a acadêmicos selecionados por critérios socioeconômicos e que dedicavam uma carga horária de 20 horas semanais de atividades técnico-administrativas na instituição.

Assim, segundo a técnica Sandra, já em 2007. o número de bolsistas do programa Bolsa Estágio foi reduzido gradativamente à medida que os do programa Bolsa Permanência

⁴⁴ Resolução 09/2006 do Conselho Universitário da UFT. Disponível em <www.uft.edu.br/conselhos/consuni/documentos>. Acesso em 06 set. 2009.

umentavam. No entanto, a técnica aponta outro problema ocorrido já em 2008: a nova legislação federal⁴⁵ que regulamentava o estágio não permitia mais o estágio de oito horas, inviabilizando o programa Bolsa Estágio. Diante desse problema, a técnica relata o que se pensou na época para resolver a situação dos alunos do programa Bolsa Estágio:

A idéia inicial era substituir os estagiários todos por bolsista do programa Bolsa Permanência, porque ia onerar financeiramente pra instituição mantê-los no estágio, ao mesmo tempo que ela não ia mais poder contar com bolsista de carga horária de oito horas. Mas diante da possibilidade de diminuir o número de estagiários, os bolsistas se organizaram, ameaçaram levar pra imprensa, enfim, porque para eles era interessante o valor da bolsa, apesar de que a carga horária muito extensa atrapalhava a formação, de certa forma, mas a sobrevivência estava em primeiro lugar. Depois de algumas conversas os ânimos foram acalmados, alguns estagiários tiveram seus contratos renovados, mas boa parte não (Técnica Sandra).

A percepção que se tem diante desse depoimento é que os bolsistas do programa Bolsa Estágio apesar de não serem escolhidos pelo critério socioeconômico viam nessa modalidade de bolsa uma forma de “sobrevivência” na universidade. Como apresentado no relato acima, não foi possível que todos os alunos do programa Bolsa Estágio migrassem para o programa Bolsa Permanência, mas esses primeiros tiveram um número reduzido, como aponta a mesma técnica, de cerca de 100 bolsistas do programa Bolsa Estágio em 2007, apenas 40 continuaram na modalidade em 2008. Isso se deu também em decorrência de outro fator apresentado pela professora Joana, a legislação também aumentava o valor da bolsa, como relatado por ela:

Eu acredito que também foi em 2007 que o governo federal começou a questionar os estágios, daí ele foi regularizar isso, e para regularizar aumentou o valor da bolsa que nos pagávamos pra o estagiário, passou a ser federal o valor da bolsa, então passou a ser lei e essa obrigatoriedade que vinha em cima eles forçavam a universidade a pagar um valor maior para o estagio para se transformar em estagio de verdade, um tempo menor de trabalho para ele ter tempo pro estudo, então ai também foi um problema dentro da Pro - Reitoria de Extensão. Por quê? Porque nos diminuimos de 118 bolsas no inicio do ano para 34 no final do ano. Por quê? Porque o

⁴⁵ Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008 Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em 17 abril 2010.

recurso que a Pro - Reitoria de Administração destinou para a bolsa estágio não era compatível com o número de estudantes e valor de bolsas que era federal. Então de novo o maior grito de todos.

De tal modo, como o valor da bolsa aumentou. A universidade não tinha recursos suficientes para manter todos os alunos do programa Bolsa Estágio, até porque a carga horária deles já não era de oito horas e para a instituição esse programa já não era interessante. Mas o problema maior, como relatado pela professora Joana, era que os chefes de setores tinham “uma relação complicada” com os estagiários. No sentido de que mesmo com a entrada dos técnicos administrativos concursados no setor, eles não queriam dispensar os estagiários, pois já tinham estabelecido uma relação de confiança com eles, como expressou a mesma professora, eram “os estagiários que faziam tudo para eles”. Também como relata a técnica Sandra:

Tinha setores lá que o pessoal dizia que era movido a estagiário, às vezes o funcionário, que era professor, por exemplo, ele só ia lá ao setor pra assinar documentos e passar orientações, você encontrava diariamente lá apenas o estagiário, executando as atividades administrativas e burocráticas do setor.

Na verdade, o que se percebe foi que se estabeleceu na UFT uma prática de estagiários prestarem os serviços administrativos que os técnicos concursados não estavam dispostos a executar, como funções na recepção, protocolo, atendimento na biblioteca, etc.

Como exposto pela professora Joana, talvez essa prática se relacione com a própria concepção de assistência estudantil da universidade. A mesma aponta que um dos maiores desafios em se trabalhar a assistência estudantil na UFT foi justamente sensibilizar os diretores de campus, e até mesmo os alunos, do que é a assistência estudantil. Ela explica:

Porque quando a gente fazia reuniões de sensibilização com os próprios diretores eles não entendiam que a questão da permanência do aluno, dele ser um aluno de origem popular, que ele não tinha nenhum recurso da família e que isso era mais importante. Ou seja, que um aluno que tivesse uma bolsa de fato para ajudá-lo a permanecer na universidade era mais importante do que uma bolsa que o aluno conseguisse contribuir trabalhando para a universidade.

Pode-se inferir dessa fala que ainda não se mostrava claro na época para os próprios gestores dos campi os objetivos dos programas de bolsas, em especial o programa Bolsa Permanência. Ainda faltava-lhes a compreensão do que é a assistência estudantil, como bem definida por Alves (2003, p.1):

Na Política de Educação Superior a assistência estudantil tem como finalidade prover os recursos necessários para transposição dos obstáculos e superação dos impedimentos ao bom desempenho acadêmico. Assim sendo ela transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros.

Nesta perspectiva, a assistência não constitui um favor, mas um direito garantido por lei. Ao ser questionada sobre qual sua concepção de assistência a técnica Sandra disse: “a assistência estudantil é maior que a assistência social, ou seja, de forma geral, a assistência estudantil transita pelas áreas da assistência social, saúde e educação”. Como assistente social, sua visão se apresenta em conformidade da citação de Alves acima. A técnica Simone falou sobre a finalidade da assistência estudantil: “Para justamente garantir a permanência do aluno através da minimização desses obstáculos que eles encontram através dessa vida acadêmica e são ações voltadas para apoio pedagógico, moradia, alimentação, inclusão digital, cultura, então todos esses campos”. Nesse sentido, ouvimos também a técnica Marina sobre qual a finalidade da assistência na universidade:

Acho que ela não é só para garantir a permanência, mas além da permanência ela tem que garantir o acesso e uma permanência com qualidade. Através do qual o estudante vai ter um bem estar durante todo o período em que eles estão na universidade. Permanecer mais permanecer bem, com qualidade.

Também foram entrevistados professores que trabalharam na gestão das políticas de assistência estudantil na universidade em diferentes períodos. O professor Antonio, que fez parte da gestão do programa Bolsa Permanência no período de 2009 expressou sua visão quanto à assistência estudantil:

A minha concepção de assistência estudantil é a seguinte: ela deve existir naturalmente para atender ao aluno carente, que tem fragilidade socioeconômica mas ao mesmo tempo que seja um aluno comprometido com o seu curso, comprometido com o ensino, pesquisa e extensão, ou seja, um acadêmico preocupado realmente em permanecer.

O professor enfatizou que o aluno para ser contemplado com a assistência estudantil precisa ser comprometido com os estudos e ter um bom rendimento acadêmico. O professor continua na sua fala dizendo: “porque a nossa preocupação era justamente essa: que realmente quem entre no programa bolsa permanência seja uma pessoa que precise daquilo de fato. E por outro lado é preciso acompanhamento, que seja uma pessoa que corresponda e dê alguma coisa em troca”. Sobre essa visão de dar alguma coisa em troca, a professora Joana se expressa:

Então eu acho que o maior desafio é as pessoas entenderem de fato o que vem a ser a assistência estudantil e eu acho que a assistência estudantil e a assistência social elas tem esse problema porque as pessoas acham que elas estão dando: “não, eu vou dar esse dinheiro pro aluno e ele não vai me dar nada em contrapartida”, na realidade não é por aí. Na realidade nos temos que entender que nos países mais desenvolvidos as pessoas estudam até a universidade sem ter que se preocupar com isso depois dela formada que ela passa a contribuir com o país – trabalhando.

Portanto, foram observadas visões divergentes entre os gestores das políticas de assistência na universidade. Enquanto um se manifesta a favor de que o aluno precisa dar algo em troca para merecer a assistência, outra acredita que esta se trata de um direito e que o aluno não precisa necessariamente ter uma contrapartida. Vale destacar que neste sentido é que Sposati (1998, p.72) se posicionou a favor de que as práticas de assistência não se apresentem como práticas assistencialistas, no sentido de que o indivíduo contemplado reconheça seu papel de cidadão, não encare como apenas benesses do Estado e que vislumbre a ajuda como uma mediação para mudanças reais e significativas na sua vida. A autora acrescenta:

A prática assistencial, assim pensada, não se reduz à provisão imediata de ajuda, transformando-se em instância de mediação fundamental ao avanço da consciência e apropriação de bens e serviços pelas classes subalternizadas. A assistência é uma instância de mediação que atua na trama de relações de confronto e de conquista (SPOSATI, 1998, p.72)

Deste modo Sposati (2002) defende que a assistência, na condição de direito, não implica necessariamente em uso de contrapartida, mas em direito garantido como acontece em alguns casos como direito a atendimento de saúde, educação e outros benefícios sociais. Neste caso, o importante é a conscientização do assistido de que essas políticas funcionam como mediadoras da sua condição e que elas devem estar articuladas com outras políticas que prevêm a garantia de sua cidadania.

Para os estudantes que gozam do benefício da bolsa e em troca prestam serviços administrativos, estes devem buscar nessa experiência uma forma de adquirir conhecimento para ao longo da sua vida. Como observado pela professora Helena, que atualmente participa da gestão do programa: “o programa da UFT preconiza que ele tem que ter uma formação a mais do que só receber a bolsa como assistencialismo, ele dá a contrapartida e ele recebe outro tipo de formação”. Assim, a contrapartida do aluno é seu envolvimento e interesse no projeto que ele está inserido. A percepção do aluno referente ao programa Bolsa Permanência será considerada posteriormente neste capítulo.

Ainda sobre a concepção de assistência estudantil na UFT entrevistou-se outro professor atuante na gestão da IFES, que na sua concepção, o conceito de assistência deve está vinculado ao combate à evasão dos alunos. Em suas palavras:

Então a idéia nossa de assistência vinculada a redução da evasão, nos levou a construir o conceito de permanência como assistência estudantil. E essa permanência ela não esta somente vinculada a dar um aporte financeiro para o aluno, porque eu posso resolver pelo menos parcialmente o problema dele com um recurso, e ai porque nos pensamos numa bolsa, é porque tem alunos que tem necessidade de moradia, tem outros que tem moradia mas não tem alimentação, tem outros que tem a alimentação mas está faltando o transporte, ou então precisa do livro. Então a bolsa ele vai usá-la, quer dizer, vai variar de acordo com suas necessidades. (prof. Alberto)

Na visão do professor Alberto, para que a assistência seja efetiva o aluno deve ser vinculado a alguma atividade acadêmica ou institucional, pois somente receber a bolsa seria resolver o problema de forma parcial. Para ele, para que a permanência ocorra deve-se “buscar uma inserção do aluno na universidade, porque isso também o motiva a permanecer na universidade”. Nota-se que no discurso institucional o programa Bolsa Permanência é o

carro chefe da assistência estudantil na UFT. Nas entrevistas, quando perguntamos sobre a política de assistência estudantil os entrevistados se referiram a esse programa como a ação mais concreta de assistência na universidade. Porém, como analisa a técnica Sandra, a assistência estudantil não se resume a fornecimento de bolsas para os alunos:

Porque o que é a assistência? O que ela envolve? Ela envolve a assistência em várias dimensões: a assistência social que é aquela relativa a auxílio financeiro, auxílio transporte, alimentação, moradia etc; a assistência à saúde física, mental e social; a assistência pedagógica, que é o apoio e acompanhamento do ensino-aprendizagem; além do apoio ao aluno para participar de eventos culturais, acadêmicos e formativos. A instituição tem que estar a par da vida do aluno no decorrer da sua vida acadêmica, por isso precisa atuar a partir de um plano de ação mas abrangente e sistêmico.

Aprende-se na fala dos técnicos entrevistados que há um consenso sobre a visão de que as políticas de assistência estudantil na UFT, apesar dos avanços, ainda não estão articuladas com ações que efetivamente garantam a permanência do aluno de baixo poder aquisitivo na instituição.

Essa discussão se intensificou em 2006, quando a UFT realizou o 1º Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEC) onde foram discutidas as políticas que vêm sendo implementadas na UFT. No relatório final do evento (UFT, 2006b, p. 20-21) são apresentadas as sínteses das discussões com a delimitação dos problemas e as estratégias para se encontrar as soluções. No grupo 2 intitulado “Políticas de atendimento aos discentes” foram apontados os seguintes problemas:

Inexistência de núcleo multidisciplinar de atendimento ao aluno em suas diversas necessidades;(2) Alto índice de evasão dos alunos de baixa renda;(3)Falta de transporte para deslocamento dos indígenas até a universidade; (4)Concentração das bolsas estágios em horários diurnos;(5)Pouca discussão sobre a Casa do Estudante.

Uma das estratégias apontadas no documento, para a solução desses problemas, foi a criação de uma Pró-reitoria de Assuntos Estudantis, pois a comunidade acadêmica apontou que a Pro-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários - PROEX, que na ocasião era responsável pela assistência estudantil, estava com atribuição de muitas tarefas e deixava a desejar na questão do atendimento aos discentes. O professor Alberto comentou sobre essa situação naquele período:

[...] pela necessidade, nós criamos a Pro - reitoria de Assuntos Estudantis, porque nos vimos assim que teríamos de criar uma estrutura administrativa mais adequada, mais autônoma, porque quando estava na Pro - reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários, acaba que a demanda dos professores por extensão tragava muito a força da Pro - reitoria e a assistência estudantil era vista, mas é claro que não tinha uma demanda de trabalho das semanas acadêmicas e projetos de extensão, daí você acabava não tendo uma estrutura para induzir os programas de assistência estudantil. Criamos a Pro - reitoria de Assuntos Estudantis que é uma Pró-reitoria pequena ainda, alguns poucos servidores, mas que se dedicam exclusivamente com relação a isso.

Como mencionado pelo professor acima, essa demanda foi atendida em 2008 com a criação da Pro - reitoria de Assuntos Estudantis por meio da Resolução 06/2008 do CONSUNI⁴⁶. Assim, a Diretoria de Assuntos Estudantis, que antes pertencia à Proex, passou a compor o organograma da Proest. A Pro - reitoria tem ainda uma coordenação de projetos e uma diretoria de esportes. Ainda em 2008, foi aprovado pela Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007⁴⁷ o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES que previa recursos específicos para a assistência estudantil nas IFES.

A UFT aderiu ao PNAES, apresentando à Secretaria de Ensino Superior do MEC – SESU, o projeto “Plano de Assistência Estudantil da UFT: permanência através da Integração dos Saberes”. O projeto previa ações de incentivo à aprendizagem e à permanência, utilizando como instrumentos a prática de atividades esportivas, acesso à leitura e ampliação do atendimento aos alunos de graduação carentes. Previa também a compra de um veículo com objetivo de propiciar o deslocamento dos acadêmicos carentes aos sete campi da universidade em ocasiões como eventos e projetos da universidade. Sobre o uso dos recursos desse projeto, a técnica Marina relata:

Em 2008 o recurso foi de um milhão, que foi investido em apoio pedagógico que foram livros justamente para os alunos carentes que necessitam e não tem condição de adquirir, foram 800 mil reais. Compramos também material esportivo para as práticas esportivas, apoio pedagógico com computadores a disposição dos alunos em vários campi, então nós fizemos isso.

⁴⁶ Resolução 06/2008 do Conselho Universitário da UFT – CONSUNI Disponível em <www.uft.edu.br/conselhos/consuni/documentos>. Acesso em 06 set. 2009.

⁴⁷ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> . Acesso em 18 abril 2010.

A técnica Simone, que também participou do processo, relata sua experiência nesse projeto:

Quando cheguei aqui em 2008 estava ocorrendo o primeiro repasse anual do PNAES porque antes não tinha esses recursos específicos para essas ações concretas de assistência estudantil. Então quando eu cheguei aqui em 2008 foi elaborada uma proposta e definiu-se algumas linhas de intervenção, então foi comprado material didático, foi comprado material esportivo, foi basicamente isso e transporte e o bolsa permanência ele continuou pelos recursos da universidade.

Assim, de acordo com esses depoimentos os recursos descentralizados pelo projeto “Plano de Assistência Estudantil da UFT: permanência através da Integração dos Saberes” foram usados em ações pontuais como compra de material didático, material esportivo e compra de computadores. O programa Bolsa Permanência continuou com os recursos próprios da UFT em um número limitado de cerca de 90 bolsas.

Sobre outras atividades na área de assistência estudantil na UFT até 2009, o Relatório de Gestão 2004-2009 (UFT, 2009 p. 67) apresenta as seguintes ações:

- Elaboração e aprovação junto ao Consuni do Programa de Isenção de Taxas do diploma de graduação para aluno de baixa renda;
- Implantação do Programa de Isenção da Taxa de inscrição do Vestibular UFT;
- Criação do Grupo de Trabalho de atendimento e acompanhamento aos alunos indígenas da UFT.
- Aquisição de mobília para a Casa do Estudante nas cidades de Porto Nacional, Palmas, Araguaina e Arraias.

O Programa de Isenção de taxa de diploma foi extinto devido a obrigatoriedade das IFES em não cobrar taxa de diploma para os alunos. Sobre o programa de Isenção de Taxa de inscrição de Vestibular, a técnica Marina afirma:

Nós temos o programa de isenção de taxa de vestibular que é desenvolvido anualmente, agora será semestralmente porque o vestibular vai ser semestral para as populações de baixa renda e garantir o acesso ao vestibular aos que não tem condição de pagar integralmente a taxa, foram oferecidas 800 isenções no último ano.

O grupo de trabalho de atendimento e acompanhamento aos alunos indígenas está ativo e permaneceu na Pro - reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. Outro programa citado nas entrevistas é o Programa de Auxílio individual, sobre este a professora Helena explica:

Tem o programa auxílio individual para um aluno, por exemplo, que tem o interesse de fazer um estágio fora da instituição, fora do estado então a gente procura aquele banco, aqueles alunos que já passaram pelo critério socioeconômico e se ele pedir um auxílio para ficar um mês naquele local para fazer o estágio dele, existe esse programa Auxílio Individual, ele ganha tanto a passagem como o recurso para ele permanecer aquele período lá para ele fazer o estágio dele. ou então um curso, um professor indica que tal curso é importante para a formação dele, desde que seja esses alunos que atendam ao critério socioeconômico e também para eventos estudantis que eles participam, congressos, congressos de estudantes, congressos científico

Assim, o aluno que não tem condições financeiras de viajar para um evento ou mesmo fazer um curso na sua área acadêmica tem a oportunidade com esse programa de participar dessas atividades em situação de igualdade com outros em melhor situação financeira. Como expresso na fala da técnica Marina, esse programa visa

[...] garantir essa igualdade de condições tendo em vista que os alunos que tem uma condição financeira melhor eles podem ampliar as suas atividades acadêmicas participando de congressos, fóruns, estágios fora do Estado em outras regiões e aqueles que não possuem essas condições ficavam sempre pra trás em relação a esses outros.

Segundo a técnica Marina, houve um aumento nos repasses financeiros do PNAES, de 800 mil reais em 2008, a descentralização em 2009 foi para mais de 3 milhões de reais, ela afirma:

A partir do ano passado esse recurso já pulou para 3 milhões e 866 mil. E a partir do ano passado que o recurso da assistência o PNAES começou realmente a sustentar os programas de assistência estudantil que já existia na universidade a bolsa permanência que até então ela era mantida com recursos próprios. Então a maior parte desses recursos dos 3 milhões e 866 mil do ano de 2009 foi investido no programa de bolsa permanência que foi ampliado porque até então era cerca de 80 a 90 bolsistas nós pulamos para 537 e as bolsas também passou de 300 para 372 reais que é 80% do salário mínimo.

Com o salto nos recursos, a PROEST decidiu ampliar o programa Bolsa Permanência. A proposta foi reformular o programa e atender a um maior número de alunos. A proposta de reformulação não foi enviada ao CONSUNI para aprovação, como afirma a técnica Sandra:

“A Proest já propôs uma reestruturação no programa bolsa permanência, apesar de que isso ainda não foi aprovado no CONSUNI, inclusive, não sei como a instituição lida com isso do ponto de vista legal”.

Mesmo sob essas condições, a proposta foi levada adiante em 2009 e a minuta da resolução de alteração do programa no artigo 2º apresenta a finalidade da nova edição do programa:

Art. 2. O Programa de Bolsa-Permanência ao Estudante da UFT constitui-se em instrumento de integração social e de aperfeiçoamento profissional e cultural que lhe proporcionará a complementação do processo de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de atividades orientadas, baseadas o princípio da interdisciplinaridade, avaliadas e vinculadas à sua área de formação, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de dificuldades de ordem socioeconômica.

Nesse novo formato, o programa apresenta algumas alterações. Como definido na minuta da resolução, este passaria a ter cinco modalidades diferentes:

Quadro 5 - Modalidades do Programa Bolsa Permanência reformulado

Bolsa Permanência Gestão: prevista alocação em setores administrativos da universidade sendo orientado por um servidor experiente sobre técnicas e métodos gerenciais;	Bolsa Permanência Cultura: previsão de alocação em projetos culturais desenvolvidos na UFT, não se prevê na minuta da resolução um orientador
Bolsa Permanência Extensão: A alocação do aluno seria em projetos de extensão da UFT sob a orientação de um docente da universidade;	Bolsa Permanência iniciação a docência: com o objetivo de incentivar a docência dos alunos do curso de licenciatura os alunos desenvolveriam projetos ligados à Pro-reitoria de Graduação – PROGRAD sob a orientação de um professor.
Bolsa Permanência desenvolvimento tecnológico: Alocações previstas em projetos de pesquisa da UFT;	

Fonte: Minuta de Resolução do Programa Bolsa Permanência 2009.

No entanto, no edital 02/2009⁴⁸ essas modalidades foram apresentadas em duas vertentes: o Bolsa Permanência Desenvolvimento Acadêmico voltado a “incentivo a talentos potenciais e ao conhecimento participativo/integrativo”, com ênfase nos eixos do ensino e graduação, cultura, extensão e pesquisa; e o Bolsa Permanência de Desenvolvimento Institucional, que visa à aprendizagem de técnicas e métodos gerenciais e a solução de problemas nas áreas institucional, arquitetura, urbanismo e tecnologia. Na divulgação do evento do lançamento do programa no site⁴⁹ da instituição encontramos a seguinte nota:

Segundo as explanações durante a solenidade de lançamento, as bolsas do Programa de Assistência Estudantil ocorrerão em duas modalidades: uma de Bolsa Permanência de Desenvolvimento Acadêmico, na qual o estudante ingressará em projetos elaborados por docentes e que demandem atividades relacionadas com o Ensino da Graduação, Desenvolvimento Científico, Técnico, de Extensão ou atividades culturais. Segundo o reitor Barbiero, os projetos devem incorporar o conceito da indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão. "Os projetos devem atender mais de um desses eixos", complementa.

Na outra modalidade - Bolsa Permanência de Desenvolvimento Institucional - os acadêmicos poderão contribuir com a Universidade, quer na parte administrativa quanto em outras atividades de desenvolvimento existentes na UFT. Nesta segunda modalidade, os projetos tanto podem ser propostos por professores quanto por técnicos administrativos. A bolsa terá duração de seis meses, com possibilidade de prorrogação por até dois anos.

A mesma nota informa que o evento foi uma solenidade com a participação dos diretores de campi, todos os pro-reitores, vice-presidente do sindicato dos técnicos administrativo e representação estudantil. Na nota cita-se uma fala do professor Alan Barbiero, reitor da UFT:

Vemos que há muitos acadêmicos que têm dificuldades na área de transporte, moradia, alimentação e com livros. Isto acaba gerando desistências e evasão por múltiplas causas; o conceito trabalhado para o Programa visa não apenas dar o aporte financeiro ao aluno, mas também inseri-lo na vida da UFT.

Nesse novo formato, os professores e técnicos administrativos interessados em contratar estagiários para seus respectivos setores ou projetos de pesquisa, extensão ou cultura deveriam enviar uma proposta de projeto com os moldes delineados no edital. As propostas selecionadas contemplariam os alunos que na seleção para o programa definiam em que

⁴⁸ Disponível em <<https://www.bolsapermanencia.uft.edu.br/>>. Acesso em 18 abril 2010.

⁴⁹ Disponível em <[https://assistencia.na.uft/Portal de Notícias - Universidade Federal do Tocantins - UFT - Programa de Assistência Estudantil terá 537 vagas.htm](https://assistencia.na.uft/Portal%20de%20Noticias%20-%20Universidade%20Federal%20do%20Tocantins%20-%20UFT%20-%20Programa%20de%20Assistencia%20Estudantil%20ter%C3%A1%20537%20vagas.htm)>. Acesso em 19 out. 2010.

modalidade pretendiam desenvolver as atividades. Sobre esse novo formato a professora Helena comenta:

Realmente é um desafio mesmo, porque o que acontece a diferença entre um programa de iniciação científica com um programa de bolsa permanência. Lá o professor escolhe o aluno para fazer o trabalho de pesquisa, e já identifica aquele aluno e já começa a fazer um trabalho com ele inicialmente voluntário depois ele passa a ser um aluno bolsista e independe se ele é carente ou não aquele programa necessita daquela informação. Já aqui não a gente tem que fazer o contrário a gente tem que trabalhar com esse aluno e envolver ele numa pesquisa, um projeto de extensão, num trabalho de cultura ou graduação.

Com a ampliação do programa, este passou a fazer a seleção dos alunos via edital, visto que envolvia um numero alto de recursos públicos, o que antes não acontecia. Na verdade, considerou-se que foi um avanço o uso de edital para selecionar os bolsistas como apresentado na fala da técnica Sandra:

Eu acho que avançou, mas ainda não é uma cultura da instituição, por exemplo, fazer a seleção dos programas de assistência por meio de edital, a seleção foi feita informalmente até o primeiro semestre de 2009, porque até então havia uma resistência da gestão no sentido de se publicar edital, e isso tem a ver com o fato de que alguns estágios eram arranjados por colegas, amigos, gestores, enfim. Era feita avaliação socioeconômica mas chegavam muitos candidatos com recomendações internas, às vezes, até externas, ou seja, aconteciam interferências políticas.

A mesma técnica afirma ainda que um dos maiores desafios do programa era a dificuldade de criar mecanismos de seleção democráticos, “pois o clientelismo acabava existindo, e acho que ainda existe quando se trata dessa política dentro da instituição”.

O programa Bolsa Permanência, nessa nova roupagem, foi amplamente divulgado e aguardado com expectativa pelos alunos, técnicos e professores da instituição. Segundo dados da Proest, no edital 2009 foram recebidas 381 propostas de projetos, sendo que todas foram selecionadas. Também 1495 alunos se inscreveram para concorrer à bolsa e 520 foram selecionados a participar do programa. No entanto, o processo de seleção teve alguns problemas de ordem técnica visto que as inscrições eram feitas via internet. O professor Antonio, gestor do programa em 2009 relata o acontecido:

Na questão do bolsa permanência acadêmica nos tivemos um problema terrível com o setor de informática. Não houve devido preparo das máquinas pelo setor competente e isso provocou mal entendidos que foram muito desagradáveis na época de aluno que não precisaria da bolsa que acabou sendo pré-selecionado, porque eles ainda passariam pelo crivo das assistentes sociais, mas como ele foi pré-selecionado e isso foi divulgado, a idéia que houve é que essa pessoa já estava pré-selecionada e isso aconteceu por questões de erro em preparo de máquina, questão de virgula, por exemplo, virgula em inglês é ponto. Então onde havia ponto o computador leu virgula, onde havia virgula 1,25 virou 1.250 ou vice versa, então quem ganhava 1.250 ficou como ganhando 1,25 ai ele foi pré-selecionado. Então nosso programa foi muito criticado.

De acordo com o professor, a solução encontrada na ocasião foi cancelar aquela listagem dos alunos pré-selecionados e verificar a possibilidade de fazer o trabalho manualmente, mas como afirma o mesmo professor a gestão decidiu que deveria usar novamente os recursos tecnológicos nesse caso: “Eu inclusive e toda minha equipe advogávamos que nesse primeiro momento fosse manual, mas foi uma decisão superior, nos respeitamos, não estamos aqui submetendo uma crítica contra o macro”. Assim, foi divulgada uma nova lista de alunos, mas o programa foi criticado e sua credibilidade foi questionada. O referido professor ainda acrescentou: “a universidade é nova ela tem problemas e isso foi uma coisa que infelizmente aconteceu”.

Certamente o fato de a universidade ser nova é um fator relevante ao se considerar os desafios enfrentados na execução das ações de assistência estudantil. No entanto, como abordado pela técnica Sandra: “A instituição precisa de fato formular uma política de assistência estudantil e elaborar um plano de ação que englobe e articule todas essas ações de assistência que existem hoje e propor novos programas, não de forma isolada como vem sendo feito”. A mesma técnica faz uma reflexão sobre as políticas de assistência da UFT:

Às vezes você percebe que em alguns momentos, nos eventos ou reuniões que você participa na instituição, que quando a questão da assistência estudantil aparece fica claro que não há um acompanhamento efetivo da condição e da trajetória dos alunos da instituição. Ou seja, ele entra e ele sai da instituição sem um acompanhamento sistematizado sobre a sua vida estudantil na universidade, daí fica complicado saber o que está passando com esse aluno. Enquanto a instituição não tiver claro e não assumir a assistência estudantil de forma ampliada e articulada, sabendo o que é essa política, qual seu papel na educação superior, vai ser difícil, digamos assim, trabalhar essa questão de forma conjunta e dialogada dentro da instituição.

Desta forma, a concepção de assistência da universidade e o grau de prioridade que esta tem dentro da instituição são fatores de peso na decisão das políticas a serem executadas nessa área. Como afirmou a professora Joana, a assistência estudantil na UFT não era prioridade:

Todo o momento que essa área da assistência estudantil ficou vaga era por uma questão administrativa de não ter FG, entendeu, então eu acho que isso é importante, isso significa quais são as prioridades da universidade, então quando eu falo assim é porque não havia na minha época uma prioridade para essa questão, então se não tinha FG, a gente não tinha diretor.

Embora progressos sejam reconhecidos, os entrevistados reconhecem que existe muito ainda a avançar. Problemas como desarticulação dos técnicos que trabalham em projetos isolados dentro da universidade, concentração de recursos em uma linha apenas como no caso em bolsas, falta de esclarecimento sobre a finalidade do programas, são apenas alguns citados nas entrevistas como entrave para a execução dos programas.

Todavia, o reitor da universidade parecia otimista no lançamento do programa Bolsa Permanência. No editorial do periódico da UFT intitulado Presente⁵⁰ o reitor expressou sua concepção de assistência estudantil:

Permanência: uma palavra que nos lembra constância, ficar, estar. Trazendo o conceito para a universidade, fazemos a sua associação à oportunidade de se alcançar objetivos. É com esse conceito que a universidade desenvolve o programa Bolsa Permanência – pensando em uma parcela significativa de estudantes da UFT que precisa superar desafios básicos para poder continuar sua vida academia, lutando pelo seu sonho. Alunos que de outra forma teriam muita dificuldade de chegar ao fim dessa jornada.

O reitor concluiu afirmando que um programa dessa importância deve ser conduzido da forma mais cuidadosa possível para garantir a permanência daqueles que realmente precisam. Mesmo com o dirigente da IFES apresentando essa visão sobre o objetivo do programa, nem todos compreenderam realmente qual o real sentido do programa – a permanência do aluno. A professora Helena afirma:

⁵⁰ Periódico Presente Ano III, nº 37 de 22 a 28 de setembro de 2009, divulgado nos campi da UFT gratuitamente.

Porque ano passado criou-se uma expectativa que se estava criando outro programa de bolsa para pesquisa, tipo um PIBIC, é um programa que o aluno vai desenvolver um projeto de pesquisa sim, que a gente quer que ele tenha mesmo aquela formação, escrever um projeto, um resumo, um artigo, que ele tenha aquela compreensão toda da pesquisa científica ou da extensão. Só que eu acho que esta faltando mesmo esclarecer melhor para todas as pessoas.

Também nesse sentido, a professora Joana apresentou o que ela considera ser o maior desafio na gestão de políticas de assistência estudantil na UFT:

Então eu acredito que o principal desafio na minha gestão foi que as pessoas desde os gestores até os próprios alunos entendessem o que é assistência estudantil, porque eles não entendiam, entendeu? Os alunos queriam jogos universitários, queriam troféus, queria quadra, então eu acho assim depois que a gente conseguisse organizar porque estava um processo em construção, e tudo isso é importante, so que tem outras coisas que são mais importantes. Os diretores só queriam que as pessoas estivessem trabalhando como técnicos administrativos e eu acredito que o meu principal desafio foi esse, tanto que eu acredito que na minha gestão não teve uma política de assistência estudantil.

A partir desses depoimentos, percebe-se que o programa Bolsa Permanência foi concebido num período de implementação da universidade, e diante das percepções dos técnicos e gestores sobre o mesmo, este estudo constatou que ainda existe um desconhecimento por parte da comunidade acadêmica sobre a concepção do programa e seus objetivos.

De acordo com Rodrigues (2008), a realização da trajetória institucional de um programa constitui um momento privilegiado da avaliação do mesmo, no sentido em que essa reconstrução da trajetória fornece subsídios para a compreensão de como as idéias e concepções que estão presentes na criação do programa vão se modificando conforme descem na hierarquia da instituição. A autora afirma:

Por meio desta dimensão analítica, procura-se apreender a configuração temporal e territorial do percurso da política estudada de forma a confrontar as propostas/objetivos gerais da política com as especificidades locais e sua historicidade. (RODRIGUES, 2008, p. 6)

Assim, após a análise dos dados constatou-se que os maiores gargalos do programa, como apresentado nas entrevistas, é a não percepção de parte da comunidade acadêmica: alguns professores, técnicos administrativos e até mesmo alunos da concepção de assistência estudantil como direito tal qual apresentado por Alves (2002).

Nesse sentido, a assistência estudantil deve cumprir o papel de suprir as necessidades básicas dos alunos com baixo poder aquisitivo de modo a possibilitar que o mesmo possa concluir seus estudos nas mesmas condições dos alunos com condições mais abastadas. Essa assistência constitui um direito adquirido e não apenas uma ajuda beneficente ao aluno. Ainda de acordo com Alves (2002, p.2) “para o desempenho do seu papel social, o estudante universitário precisa, igualmente, de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação e oportunidade de participação em eventos acadêmicos e culturais”.

Percebe-se que o programa Bolsa Permanência na UFT teria a finalidade de suprir os diversos setores de recursos humanos para desempenho de atividades administrativas, enquanto deveriam ser pensadas ações de assistência paralelas ao programa para manter esse aluno nos seus cursos.

Quando os técnicos que trabalharam na implementação do programa foram questionados sobre quais os maiores desafios enfrentaram e enfrentam atualmente, várias questões foram apresentadas:

Técnica Sandra - O desafio maior é mudar essa concepção de assistência e estabelecer essa política institucional de forma articulada e sistêmica. Esse processo de formulação da política, definição de recursos, ações, programas, etc, certamente vai depender da relação de forças estabelecidas dentro da instituição, acho que é disso que vai depender o futuro da assistência estudantil da UFT;

Técnica Simone - Olha os desafios são no sentido de estarmos tentando colocar as dificuldades e as deficiências que se apresentam no momento e propor ações que realmente venham melhorar a assistência estudantil. Que seria ampliar o atendimento ao estudante, aumentar essas ações, não ficar concentrado apenas na questão de bolsas, a questão de estar realizando um atendimento ao estudante especializado na área social, na pedagogia, com psicólogos trabalhando integrados juntos;

Técnica Marina - A maior parte dos desafios eles se concentram em duas áreas: a primeira a área burocrática porque essa atrapalha em tudo porque

“você tem o recurso mas não basta você ter o recurso você tem que conseguir executar e gastar[...]E outro problema acho que maior é ainda a visão que a maioria das pessoas tem sobre assistência estudantil que é aquela visão do assistencialismo que é muito difícil a gente conseguir mudar, então eu acho que esse é um dos maiores desafios.

A técnica Sandra ainda expressou sua visão sobre a assistência estudantil na UFT, o que ela coloca como um desafio: “A gente percebe que a concepção de assistência da UFT ainda não é essa, ou seja, de uma política ampliada, articulada, sistemática, tratada como direito do aluno e dever da universidade”. Sobre essa desarticulação a técnica conclui:

Tem vários profissionais isolados, “remando sozinhos”, às vezes sem saber bem aonde vai chegar. A própria lotação dos profissionais da área da assistência não favorece o desenvolvimento de uma política articulada, São ações desconectadas, os profissionais estão em setores isolados, e de forma geral, não dialogam no dia-dia

Também a técnica Simone colocou a questão de que algumas ações ficam restritas para serem discutidas e decididas pela gestão ou pessoas com cargos de confiança, e os técnicos especialistas na área não são consultados, apenas informados das decisões. A esse respeito, as assistentes sociais da UFT se organizaram e encaminharam ao reitor uma *Proposta de Institucionalização e Estruturação do Serviço Social e da assistência ao estudante e ao servidor da UFT* (2010). No documento, as assistentes sociais explicitam as condições de trabalho adequadas para a função de assistente social e reivindicam um espaço físico apropriado para o atendimento das demandas pelo Serviço Social dos estudantes e servidores da instituição. No que diz respeito à assistência aos estudantes o documento afirma:

No que se refere ao estudante, a assistência visa assegurar o atendimento às necessidades de ordem material, acadêmica, pedagógica e de saúde, a fim de propiciar-lhe condições para uma formação de qualidade que o habilite para o mercado de trabalho e para o exercício da sua cidadania (UFT, 2010, p.6).

O referido documento faz um levantamento de dados sobre como está estruturada a assistência estudantil em algumas instituições federais no Brasil e afirma que de um modo geral “a assistência aos estudantes nas IFES públicas brasileiras se materializa por meio de

programas e serviços diversos tendo como foco maior os programas de bolsa alimentação, auxílio transporte, auxílio financeiro, moradia estudantil, assistência pedagógica e assistência a saúde”. Na UFT, o documento destaca como ações de assistência estudantil o Programa Bolsa Permanência, o Programa de Isenção de Taxa de Inscrição no Vestibular e o Programa Bolsa Estágio.

Entretanto, essa *Proposta de institucionalização e estruturação do Serviço Social e da assistência ao estudante e ao servidor da UFT* apresenta as dificuldades enfrentadas pelos profissionais assistentes sociais na instituição no que diz respeito a dispor de um espaço exclusivo para o atendimento e também no tocante à necessidade de articulação entre os mesmos, visto que hoje lotados em setores e prédios diferentes têm atuado “isoladamente inviabilizando o atendimento ao aluno de forma integral”. O documento apresenta um plano de metas com ações voltadas a sistematização e integração dos programas, serviços e ações sócio-assistenciais ofertados pela UFT. No quadro a seguir seguem algumas ações propostas no plano de metas referentes à assistência estudantil:

Quadro 6 - Plano de metas para a assistência estudantil na UFT.

Realizar visita técnica a algumas IFES já consolidadas para conhecimento da estrutura e funcionamento da política de assistência ao estudante e ao servidor;	Propor a reestruturação dos programas assistenciais existentes voltados para os estudantes visando sua melhoria e ampliação;
Criar e implementar novos programas e/ou serviços de assistência estudantil como: inclusão digital, auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio moradia, e acompanhamento pedagógico direcionados aos estudantes de graduação;	Articulação com gestores, <i>campi</i> , coordenações de cursos, setores de recursos humanos e demais setores afins visando o recebimento, atendimento e acompanhamento das demandas assistenciais apresentadas por estudantes e servidores;
Criar e implantar Serviço Integrado de Assistência Pedagógica e Psicossocial -SIAPPS direcionada a estudantes e servidores da UFT;	Visitar os <i>campi</i> para discussão da proposta política de assistência a estudantes e servidores da UFT.

Fonte: Proposta de institucionalização e estruturação do Serviço Social e da assistência ao estudante e ao servidor da UFT, 2009, p. 11.

Ainda como apontado pelo documento, o SIAPPS consiste na proposta de oferta de um serviço de assistência que integre as áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia e o mesmo deverá manter uma interface com os demais setores da UFT que se relacionam com a assistência estudantil.

A referida proposta foi protocolada no dia 26 de fevereiro de 2010 no gabinete da reitoria e até o momento não se tem conhecimento se a gestão tem discutido a possibilidade de implementá-la. Percebe-se na entrevista do professor Alberto que ampliar o Serviço Social na instituição é um desafio a ser enfrentado na UFT:

O nosso desafio é de ter uma equipe ainda mais ampla e mais qualificada para desenvolver esse trabalho, como por exemplo, de ter mais pessoas assistentes sociais trabalhando nisso, inclusive a questão da carência, psicólogos que poderiam dar um acompanhamento psicopedagógico para os alunos. Então nos temos esses desafios de ampliar mais a equipe, de qualificar mais a equipe.

Os desafios postos pelos professores, gestores e técnicos indicam a preocupação como futuro da assistência estudantil na UFT. Embora esta tenha iniciado de modo acanhado na implantação da universidade, tem crescido e amadurecido na instituição. A criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis foi um importante avanço como citou a técnica Sandra. Também, como apontado pela mesma técnica, a universidade recebeu um aporte de recursos financeiros e humanos ao aderir ao REUNI, o que refletiu positivamente nas ações de assistência da universidade. Ademais a universidade está se preparando para construir dois restaurantes universitários como explica a professora Helena:

Vai ser construído, já tem o recurso, o PNAES já tem o capital, 3 milhões de capital para construção, a principio em Palmas e Gurupi, porque? Porque são os campi que tem os cursos integrais, então assim tem mais cursos de tempo integral e que as pessoas precisam, passam o dia então é uma necessidade que a universidade já está enfrentando, uma grande necessidade. Então esse é um futuro para a instituição, esse ano temos que trabalhar nele para começar as obras.

Ainda sobre o restaurante universitário, o professor Alberto afirmou:

Nós estamos trabalhando agora para construir restaurantes universitários nos campi que tem cursos integrais nos casos específicos Palmas, Gurupi e Araguaina, porque é um elemento importante a alimentação para aqueles alunos que estudam integralmente, já temos os recursos para construir os restaurantes e agora estamos tentando aproveitar um projeto que foi desenvolvido no CEM de Palmas, devemos licitar para Gurupi e estamos avaliando se aquele projeto é compatível para Araguaina e Palmas. Nos devemos construir o restaurante universitário que o estudante carente, vai ter um diferencial de preço, e ele, além da bolsa ele vai ter alimentação também.

Quando abordados sobre o futuro da assistência na UFT os técnicos e professores gestores entrevistados se mostraram otimistas quanto à consolidação dessa política na instituição. A professora Joana se diz bastante realista quando afirma: “o estado do Tocantins é o estado mais pobre da região norte então os alunos nossos são carentes e nunca a assistência estudantil vai atender integralmente os alunos da UFT, isso eu tenho ciência porque são alunos carentes”. A preocupação dessa professora é que a universidade se torne uma instituição voltada para a elite e afirma:

Eu posso dizer que no primeiro censo que o nosso aluno era muito carente, só que eu tinha entre aspas um medo que o nosso aluno se transformasse em aluno de elite como as outras universidades federais por ai, transformasse em universidade da elite, o pobre não teria acesso e teríamos de ter uma política de assistência estudantil para que os poucos pobres que entrassem tivesse permanência.

Ao relembrar que na época da sua graduação foi beneficiada com a assistência estudantil e obteve sucesso acadêmico, a professora Joana conclui que a assistência estudantil constitui um diferencial na trajetória acadêmica de alunos com baixo poder aquisitivo e que a UFT precisa avaliar se ações hoje executadas nessa área são realmente efetivas e causam impacto nesse público da universidade.

O professor Alberto, quando abordado sobre o futuro da assistência estudantil na universidade, afirmou: “o futuro a gente espera que esse programa se consolide e seja ampliado, porque ele também vai além da bolsa, nos estamos fazendo um trabalho estrutural de infra-estrutura”. O professor está se referindo ao programa Bolsa Permanência que no edital de 2010 encontra-se em processo de outra reformulação. Para a técnica Sandra, o futuro da assistência estudantil na UFT parece promissor considerando o aporte de recursos que o Reuni prevê para a universidade até 2012, e conclui enfatizando a importância da assistência na instituição:

A gente precisa entender que o acesso em si não garante a permanência pro aluno que é baixa renda, que vem das camadas populares, às vezes, sem condição mínima de manter a própria sobrevivência material, alimentação, etc. Se esse aluno não tiver um apoio mínimo quando ele entra na instituição esse acesso talvez não mude a vida dele, ou seja, se ele não desistir ele acaba terminando o curso “aos trancos e barrancos”, mas a qualidade da

formação e a diferença que isso vai fazer na vida dele lá fora no mercado de trabalho, isso será comprometido se ele não tiver esse apoio.

Nesse aspecto, a técnica acha que a UFT ainda precisa avançar, o que a mesma acredita só será possível mediante “a organização e da capacidade técnico-operacional dos profissionais da área, da organização e mobilização dos estudantes no sentido de saberem suas reais necessidades e demandas legítimas [...] e principalmente da vontade política da gestão”. A técnica Simone vê como positivo o fato de a assistência ter recursos próprios do governo federal e acredita que o futuro da assistência estudantil na UFT será promissor, considerando a nova gestão da PROEST, que com nova Pró-reitora ganhou fôlego para fazer um planejamento detalhado das ações. A técnica Marina ao pensar no futuro, fala da continuidade das atuais ações e de projetos que serão implementados nos próximos anos:

Então assim, o que nos estamos pensando é começar a sonhar com tudo isso que a gente não tinha que são os restaurantes universitários, talvez em 2011 uma casa dos estudantes, centros esportivos, uma creche, então assim a partir de agora eu acho que esse é um ano que vem com mudanças, hoje a gente pode ter mais esperança e a gente pensa em coisas melhores.

Essa consideração sobre o percurso institucional da política de assistência estudantil na UFT realizada por meio da pesquisa documental e entrevistas com gestores e técnicos envolvidos nessa política teve como objetivo compreender a concepção de assistência estudantil desses sujeitos e como essa concepção permeia as ações de assistência na instituição. Foi possível perceber que no início da implantação da UFT, a assistência estudantil não era prioridade na instituição. Entretanto, com a compreensão da necessidade de assistência dos alunos com baixo poder aquisitivo, bem como com o aumento dos recursos federais nessa área, a UFT ampliou alguns programas de assistência estudantil, criou uma Pró-reitoria específica nessa área e tem perspectivas de implementar outros programas e ações como a construção do RU.

O estudo possibilitou perceber as diferentes concepções de assistência estudantil que permeiam a instituição. Nos depoimentos dos gestores que passaram pelo programa, verificou-se que na primeira gestão do programa reconhecia-se que o programa Bolsa Permanência surgiu diante da necessidade de manter estagiários prestando atividades

administrativas na UFT diante da escassez de recursos humanos na instituição. Nas gestões posteriores essa concepção pareceu continuar com a ampliação do programa e a não articulação do mesmo com outras ações de assistência na área de alimentação, lazer, transporte e moradia. No olhar dos técnicos especialistas na área de Serviço Social que trabalharam na implementação do programa Bolsa Permanência, esse deveria contemplar as necessidades dos alunos com baixo poder aquisitivo e não apenas suprir os quadros de servidores da instituição. Para esses técnicos as ações de assistência continuam pontuais e desarticuladas, com forte carência de pessoas especializadas na atuação da política, de forma que os técnicos apenas executam as ações sem participarem do seu planejamento.

Nas entrevistas revelaram-se os desafios encontrados na gestão dessa política na universidade, foram apontados problemas que ainda são latentes e necessita serem discutidos entre eles apontamos:

Quadro 7 - Problemas encontrados na gestão das políticas de assistência estudantil na UFT.

Deficiência na articulação das ações de assistência entre diferentes setores da instituição	Ausência de um serviço de assistência social institucionalizado que atenda integralmente os estudantes.
Problemas relacionados com a burocracia que causa entraves nos processos de descentralização de recursos.	Concepção de assistência estudantil com visão assistencialista;
Ausência de recursos humanos para trabalhar a assistência estudantil na universidade.	Problemas técnicos na área de informática no processo seletivo do programa;
Dificuldade de criar mecanismos de seleção democráticos sem clientelismo;	Ausência de um acompanhamento social ao aluno com baixo poder aquisitivo que ingressa na instituição;
Uso concentrado de recursos em distribuição de bolsas em detrimento a outras ações de assistência;	Falta de mobilização dos estudantes no sentido de saberem suas reais necessidades e demandas legítimas de modo a cobrarem da gestão da IFES;

Fonte: Primária

Todos os apontamentos acima foram apresentados nos depoimentos dos técnicos e gestores que também relataram os desafios que encontram na gestão dessa política na instituição.

Quadro 8 – Desafios para a consolidação da política de assistência estudantil na UFT.

Ampliar as ações de assistência estudantil não se limitando apenas ao auxílio financeiro por meio de bolsas, mas articular outras ações nessa área;	Ampliar o quadro de servidores especialistas na área de serviço social e atendimento psicológico para trabalhar nas ações de assistência estudantil da instituição;
Mudar a concepção de assistência clientelista e assistencialista e estabelecer essa política institucional de forma articulada e sistêmica;	

Fonte: Primária.

Embora tenham sido apontados os problemas e desafios, nas entrevistas foram apresentados também os avanços que a instituição apresentou na área da política de assistência estudantil na UFT. Um importante avanço citado foi a criação da Pro - reitoria de Assuntos Estudantis em 2008. Citou-se, também como avanço, a ampliação do programa Bolsa Permanência que atendia em 2008 cerca de 80 estudantes e passou a atender em 2009 mais de 500 estudantes. Também no que diz respeito ao processo seletivo, o uso de edital para seleção dos bolsistas também foi indicado como um avanço para a credibilidade do programa.

Considerando que a universidade tem apenas sete anos de atuação, as ações implementadas nesse pouco período foram relevantes. Ainda que no período da implementação da UFT as ações de assistência tenham começado de modo pontual e sem planejamento, percebeu-se um avanço na sistematização das ações e no atendimento aos alunos. Entretanto, como apontam os depoimentos, ainda existem muitos desafios e problemas a serem enfrentados para que a política de assistência na UFT seja de fato consolidada. A ciência de que os desafios existem é um importante elemento para a discussão dessa pauta e elaboração de um plano de assistência estudantil na universidade. Espera-se que este estudo venha a contribuir com dados importantes para os gestores e técnicos subsidiarem suas tomadas de decisões nessa área.

No capítulo a seguir será apresentado o perfil do estudante bolsista do programa Bolsa Permanência que participou do mesmo em 2007 e 2008 e as suas percepções com relação ao programa.

6 PERFIL DOS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O PROGRAMA

A proposta de trabalho foi a de investigar a relevância do Programa Bolsa Permanência na UFT no que diz respeito aos impactos sócio-econômicos, bem como sobre a colaboração do programa para a permanência do bolsista que participou do referido programa entre os anos de 2007 e 2008. Este estudo permitiu conhecer o perfil dos beneficiários do programa no campus de Palmas, suas principais demandas e necessidades com o intuito de contribuir com subsídios para a melhoria do programa e também ampliar o debate sobre a assistência estudantil na UFT.

Procuramos nos arquivos da universidade que se encontram na Diretoria de Assuntos Estudantis, na PROEST, os contatos dos estudantes de graduação que foram bolsistas durante pelo menos um ano, entre os períodos de 2007 e 2008, para convidá-los a participarem da pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado com questões fechadas e abertas (ver anexo nº1). No primeiro momento tentamos contatar o máximo possível de bolsistas daquele período com o perfil desejado. Da listagem disponível na PROEST, onde constam 84 estudantes que foram bolsistas entre 2007 e 2008 por pelo menos um ano, enviamos emails a todos com o questionário anexo. Apenas seis estudantes responderam o email e enviaram o questionário respondido. Procuramos então contatar os demais por telefone para entregar os questionários pessoalmente. Contatamos 45, e destes 20 responderam os questionários. Assim, do universo de 84 bolsistas, 26 responderam à pesquisa o que corresponde a 30 % do total.

Com respeito a este universo de 84 bolsistas, como não foi possível contatar a todos, buscamos no cadastro-base da Pro - reitoria de Assuntos Estudantis alguns dados que pudessem subsidiar a formação de um perfil básico desses bolsistas. Voltamos a campo para coletar dados como sexo, idade, cor, curso, turno em que estudam, estado de origem, renda bruta e tipo de moradia dos 84 bolsistas. Após a tabulação e análise dos dados, apresentamos um perfil sintético dos mesmos. A maioria, 54% dos bolsistas, é composta por mulheres, e do total 88% são solteiros e 68% moram em imóveis alugados. Outro dado interessante diz respeito à cor dos bolsistas: 44% se declararam de cor parda, 14% de cor negra⁵¹, 4%

⁵¹ Segundo o IBGE (http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news05_05.htm) a terminologia correta para designar a cor da população seria os seguintes termos: cor amarela, branca, indígena,

amarelos, 30% brancos e 8% indígenas, o que demonstra um perfil heterogêneo da amostra com predominância da cor parda. No tocante ao estado de origem dos bolsistas, o quadro a seguir apresenta a distribuição de acordo com este quesito.

Tabela 1 - Distribuição dos bolsistas de acordo com o estado de origem

Estado	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Tocantins	26	33%
Goiás	12	15%
DF	3	4%
Minas Gerais	5	6%
Pará	11	13%
Mato Grosso	3	4%
São Paulo	2	2%
Paraná	1	1%
Piauí	2	2%
Maranhão	12	15%
Bahia	2	2%
Pernambuco	1	1%
Alagoas	2	2%
Total		100%

Fonte: UFT – (PROEST)

Como apresentado no quadro acima, dos 84 bolsistas da amostra, 33% são provenientes do próprio estado do Tocantins. De acordo com o capítulo anterior, a realidade socioeconômica deste estado da região Norte é de população carente e os jovens da região na maioria procedem de famílias com baixo poder aquisitivo. Dos que vêm de outros estados, observamos que 29 % são da região Norte do país, de estados com altos índices de pobreza como o Piauí e Maranhão.

Ainda de acordo com a pesquisa no cadastro base, sobre os 84 bolsistas, 27 % possui renda bruta de até um salário mínimo e 61% declararam renda familiar entre um e três salários mínimos, demonstrando que os mesmos têm condição financeira desfavorecida. Essa realidade foi aprofundada com a realização das entrevistas com 10 alunos dentre os 84 da amostra em que foi possível conhecer com riqueza de detalhes a situação socioeconômica deles e compreender suas reais necessidades e se estas foram atendidas pelo programa Bolsa Permanência.

parda ou preta. Usamos nos questionários deste trabalho o termo cor negra como está apresentada no cadastro-base dos alunos encontrados na PROEST, cientes de que negra não se trata da cor e sim da raça.

A pesquisa no cadastro-base também investigou os dados acadêmicos dos 84 bolsistas da amostra. Na tabela a seguir é possível visualizar a distribuição de cursos e horário de curso dos bolsistas:

Tabela 2 - Distribuição dos bolsistas da amostra de acordo com o curso e horário das aulas

Curso	Bolsistas	Horário do curso	Percentual
Engenharia civil	2	Integral	3%
Engenharia de Alimentos	8	Integral	13%
Engenharia Ambiental	7	Integral	11%
Economia	11	Noturno	18%
Filosofia	1	Noturno	2%
Nutrição	1	Integral	2%
Pedagogia	22	Noturno	34%
Arquitetura	3	Integral	5%
Medicina	1	Integral	2%
História	2	Noturno	3%
Letras	2	Noturno	3%
Administração	1	Noturno	2%
Ciências da Computação	1	Integral	2%
Total			100%

Fonte: UFT (PROEST)

Observa-se no quadro acima a participação relevante (34%) dos alunos de pedagogia como bolsistas do programa. Os cursos de licenciatura no geral somam 42% dos bolsistas da amostra. Presume-se que esses cursos são procurados por alunos de camadas sociais menos favorecidas devido ao fato da baixa concorrência no vestibular. Um dado notável revelado na consulta ao cadastro base dos bolsistas é a participação dos alunos dos cursos de engenharias no programa, 27% dos bolsistas são desses cursos. As engenharias são cursos integrais na UFT e os alunos que são bolsistas precisam organizar seus horários para realizarem as atividades acadêmicas sem prejudicar o desempenho no curso. É marcante a presença de alunos bolsistas em cursos integrais, no total eles constituem 38% da amostra. Com respeito a como esses alunos lidam com essa situação de serem bolsistas estudando em tempo integral, mais adiante, neste capítulo, os depoimentos de alguns bolsistas da amostra trarão mais dados sobre a realidade desses alunos no dia-dia na universidade.

O perfil apresentado acima diz respeito aos 84 bolsistas da amostra cujos dados foi possível obter no cadastro existente na PROEST. O ideal seria que todos da amostra respondessem o questionário da pesquisa, pois nos questionários foram abordadas questões outras, que ultrapassam o perfil do bolsista (identificação) e sua formação acadêmica (curso escolhido, se reprovou ou trancou, vezes que prestou vestibular, etc.), bem como dados sobre sua formação cultural (acesso a internet, jornais, bibliotecas, cinema, teatro, etc). Além disso, as perguntas abertas contemplaram a percepção destes sobre o programa e a assistência estudantil na UFT. Entretanto, consideramos que o percentual de 30% de respondentes ao questionário, acrescidos das entrevistas em caráter aprofundado, fornecerão dados extremamente relevantes para o entendimento da situação por eles vivenciada e os efeitos do programa.

No que se refere ao perfil dos 26 bolsistas respondentes ao questionário, consideramos como pontos principais de análise: faixa etária, sexo, naturalidade, estado civil, condições de moradia, horário em que estudam, número de membros da família, nível de escolaridade dos pais, situação socioeconômica da família (renda), como concluíram o ensino médio, meio de transporte à universidade, atividade acadêmica, demandas por assistência e a contribuição que o programa teve na permanência desses alunos na universidade.

Do universo dos 26 bolsistas que responderam os questionários selecionamos 10 para realizarmos entrevistas abertas. A análise de dados quantitativos, em contraponto com as entrevistas, possibilitou compreender a realidade desses estudantes bolsistas, como eles percebem a assistência estudantil na UFT e se o fato deles serem bolsistas trouxe conseqüências sobre sua permanência na universidade. No tópico a seguir são apresentados os resultados da pesquisa.

6.1 PERFIL DO ESTUDANTE BOLSISTA DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT NOS PERÍODOS DE 2007 E 2008

Por meio da análise descritiva das variáveis constantes das questões dos questionários, foi possível obter informações quanto às características sociais, econômicas, acadêmicas e culturais desses bolsistas. Ainda foram feitas perguntas com questões abertas que contemplam a percepção do bolsista sobre a assistência estudantil na UFT, em especial do programa Bolsa Permanência, e se o mesmo contribuiu para a sua permanência na instituição.

A pesquisa obteve maior aprofundamento com a realização das entrevistas abertas com 10 respondentes dos questionários. Os critérios utilizados para escolha dos entrevistados foram: dois alunos de curso considerado elitizado (direito), dois alunos de licenciatura (Pedagogia e Filosofia), dois alunos que tiveram acesso ao curso na UFT pelo sistema de cotas para indígenas, um aluno que veio de outro estado para estudar na UFT, dois alunos de curso integral e um aluno envolvido com o movimento estudantil.

Aos alunos entrevistados, foram dados nomes fictícios como forma de manter a privacidade dos mesmos. No quadro abaixo relacionamos os nomes fictícios e os respectivos critérios de escolha:

Quadro 9 – Relação dos alunos entrevistados

Aluno (a) (nome fictício)	Crítérios de escolha
Bruna	Aluna de curso de licenciatura (Pedagogia)
Jaime	Aluno de curso de Licenciatura (Filosofia)
Luiz	Aluno indígena que teve acesso a UFT pelo sistema de cotas.
Luna	Aluna indígena que teve acesso a UFT pelo sistema de cotas.
Ruy	Aluno que veio de outro estado da federação.
Cássia	Aluna do movimento estudantil
Emerson	Aluno de curso considerado elitizado (Direito)
João	Aluno de curso considerado elitizado (Direito)
Guilherme	Aluno que estuda em curso de período integral
Vitor	Aluno que estuda em curso de período integral.

A análise a seguir apresentada contempla dados quantitativos colhidos nos questionários e dados qualitativos que foram coletados por meio das entrevistas abertas. Essa proposta metodológica, conhecida como Triangulação de Métodos, segundo Minayo (2005) permite ao pesquisador “dialogar questões objetivas e subjetivas, privilegiando a análise dos consensos, dos conflitos e das contradições que são indícios de mudanças”. Assim, a análise dos dados quantitativos dos questionários em confronto com os dados qualitativos presentes nas entrevistas tornou possível uma investigação em profundidade da realidade observada.

Seguem abaixo os gráficos elaborados e sua análise a partir das informações coletadas nos questionários e entrevistas sobre o perfil dos bolsistas:

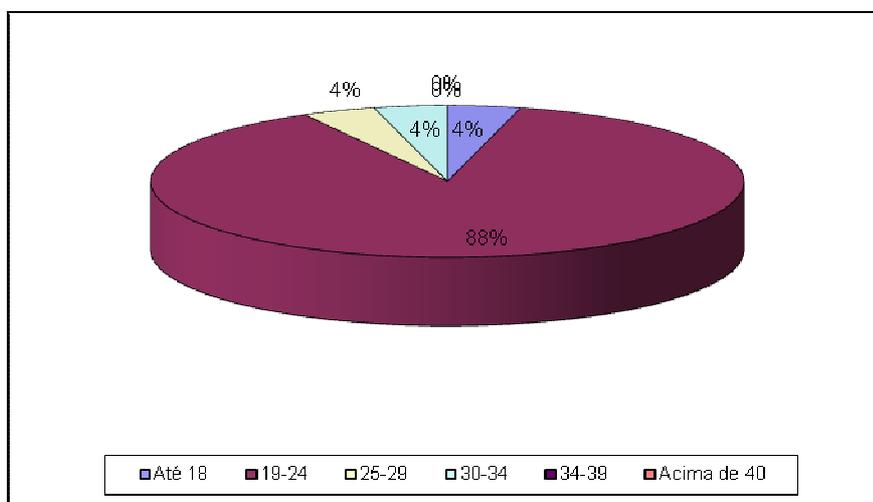


Gráfico 1 - Distribuição dos bolsistas segundo a faixa etária. Palmas – TO – 2010.

Observa-se que a idade dos bolsistas concentra-se na faixa de 19 a 24 anos, o que se supõe indica que eles sejam na sua maioria jovens que terminaram o Ensino Médio e na seqüência entraram na universidade. Com relação ao sexo dos bolsistas, os dados apresentam um equilíbrio:

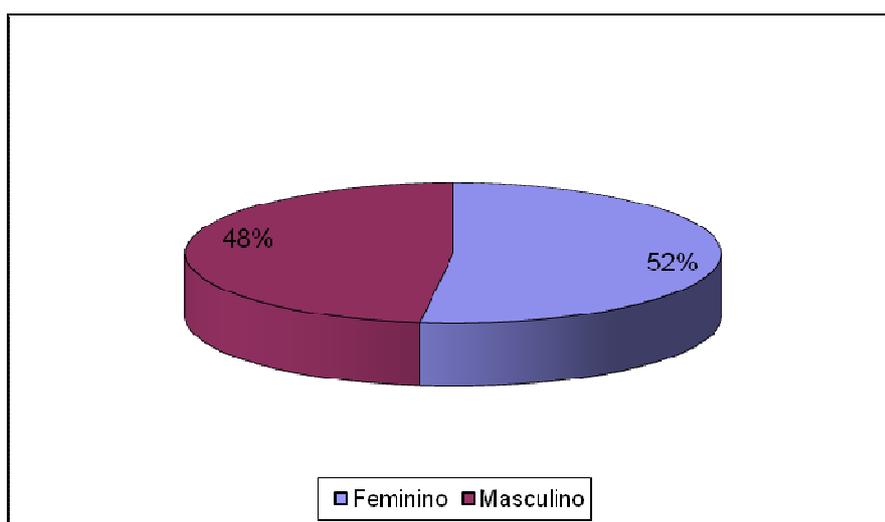


Gráfico 2 – Distribuição dos bolsistas segundo o Sexo. Palmas – TO – 2010

No que diz respeito à cor, foi constatado que 36% dos bolsistas se declararam pardos, 28% se identificaram como negros, 12% como amarelos, 12% como brancos e 12%

como indígenas. Os dados também revelam que os bolsistas são predominantemente solteiros (86%) e um percentual relevante não mora com a família, como apresentado nos gráfico a seguir:

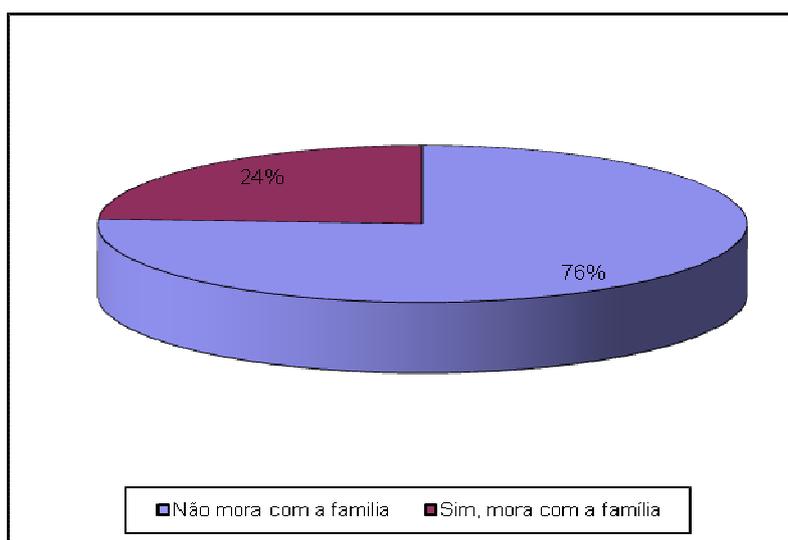


Gráfico 3 - Distribuição dos bolsistas segundo situação de moradia. Palmas – TO – 2010

A informação de que a grande maioria (76%) não reside com a família é um dado relevante no que diz respeito à situação socioeconômica dos bolsistas. Na maioria dos casos são estudantes provenientes do interior do Tocantins e outros estados da federação que ao passarem no vestibular da UFT se mudam para Palmas com o objetivo de estudar. Em entrevista, um dos bolsistas detalhou melhor essa realidade:

Como ele (o aluno) pode sobreviver com um valor de 372 reais em Palmas? Que a gente sabe que o custo de vida é caro, ainda mais o aluno que é de origem popular que vem e tem o sonho de buscar no ensino superior, de concluir, [...] Porque é mais fácil você entrar na faculdade do que você concluir e a bolsa complica muito porque o valor é muito pouco. (Bruna)

Passei pelo bolsa permanência, foi muito bom pra mim. Só que o recurso que a UFT oferece por essa bolsa é muito pouco porque o aluno não tem disponibilidade para ingressar em outro emprego ou ter outra bolsa. Por que você sabe que um aluno não consegue se manter com 350, 300 reais; é muito pouco. Porque aqui em Palmas é tudo caro: energia, água, aluguel,

fora transporte coletivo, livros, tudo. E a pessoa ainda tem que viver: comer, vestir, tudo. (Luna);

Assim, observa-se que os bolsistas apresentam um perfil socioeconômico vulnerável, pois encontram dificuldades de se manterem na universidade, ou mesmo de permanecerem na cidade de Palmas, que tem elevado custo de vida. Para a quase totalidade, a maior dificuldade é se instalar na capital:

Quando eu cheguei em 2007 a dificuldade era transporte. Tinha que pegar transporte até o lugar que pegava o ônibus, tinha a questão da alimentação, a gente chega aqui a gente precisa de tudo, você chega num local, você sai de casa, sai sem nada, nada, sem moveis. Cheguei aqui com a roupa do corpo. De início os gastos são maiores. (Marcelo)

A minha maior necessidade quando cheguei em Palmas foi pagar um aluguel aqui. Porque todas as kitnet que achava era no valor de 200 reais e meus pais não tinham condições de pagar. Então eu tive que ficar um tempo morando com uns conhecidos até conseguir a bolsa para me manter. E mesmo com a bolsa ainda tinha dificuldades, porque o valor é pequeno. (João)

Como apresentado na tabela abaixo, o maior percentual é de estudantes do estado do Tocantins, mas estes vieram do interior; informação relevante tendo-se em vista o fator do alto custo de vida na cidade de Palmas, como já referido.

Tabela 3 - Distribuição dos bolsistas segundo o estado da federação de origem.

Estado	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Tocantins	10	39%
Distrito Federal	1	4%
Goiás	3	12%
Minas Gerais	4	15%
Pará	4	15%
Mato Grosso	4	15%
Total	26	100%

Fonte: Primária

Os estudantes do interior do estado, ao se mudarem para a capital se deparam com uma realidade econômica diferente da existente no interior do estado. Os gastos se mostram

elevados, principalmente no que diz respeito à moradia. O depoimento da aluna indígena abaixo demonstra essa realidade:

Não tinha condições de pagar aluguel, eu morava na casa do estudante, lá você paga só água e ainda fica apertado porque 300 reais não dá pro aluno, não dá. Não tem como, tipo assim, cada lugar onde a universidade tem campus e oferece uma bolsa dessa, deveria fazer um estudo para saber mais ou menos quanto que tem que ser a bolsa. Tudo bem que não pode ser uma quantia muito alta, mas tem que ver se supre ao menos as necessidades básicas do aluno. Porque ninguém vive com 300 reais aqui em Palmas.(Luna)

A situação apresentada por esta aluna constitui um dado para ser levado em consideração pelos gestores dos programas de assistência da UFT. A realidade de Palmas difere das cidades do interior do estado e assim é necessário se pensar na adequação do valor da bolsa à realidade local. Ao verificar a situação da moradia dos bolsistas, percebe-se a necessidade das famílias desses jovens ajudarem nas despesas dos mesmos para que eles se mantenham na cidade de Palmas:

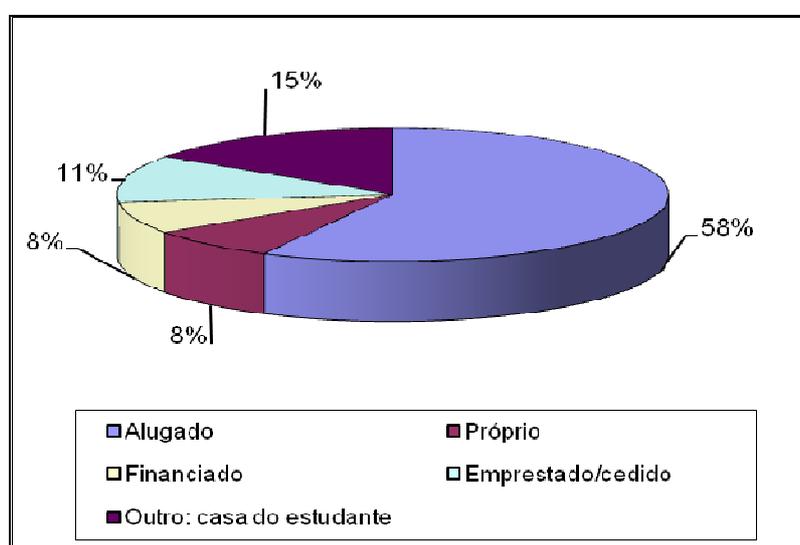


Gráfico 4 – Distribuição dos bolsistas segundo local de moradia. Palmas –TO - 2010.

Considerando que 57% dos bolsistas moram em imóveis alugados, o auxílio da bolsa, nesses casos, é utilizado primordialmente para esse fim, como relatado pelos bolsistas:

Se você for pensar nesses alunos que tem que sobreviver com a bolsa, que paga aluguel, você não paga menos de 300 reais numa kitnet. Paga aluguel, alimentação, transporte, material para o curso, que é livro, que é cópia,

pagar uma lan house para poder digitar, porque nem todo mundo tem [...]o valor da bolsa ajuda mas não é o suficiente.(Bruna).

Porque ficava muito pesado para eu vir para cá. Despesas de ordem financeira, pagar aluguel, pagar as contas, não sobrava nada. Pagar aluguel aqui em Palmas é muito caro. (Guilherme).

Emerson, aluno que cursa direito e também veio de outro estado da federação, comenta sobre o valor da bolsa em relação ao pagamento do aluguel:

Morava com amigos, não pagava aluguel, mas posteriormente tive que pagar. Daí por diversos motivos e até porque eles não eram minha família, fui morar numa casa em que o aluguel era mais que 50% da minha bolsa, se não a plenitude, se eu ganhava 300 eu gastava 260 com o aluguel.

Estes dados também indicam a necessidade da universidade adotar mecanismos como: ampliação das Casas de Estudantes ou criação de uma que atenda especificamente os alunos da UFT; distribuição de bolsas para aqueles que moram longe da universidade, auxílio moradia, etc. Como explicitado por Cássia, pertencente ao movimento estudantil, muitos estudantes encontram dificuldades em morar próximo ao campus:

Eu lembro que na época eu vinha para a universidade de manhã, trazia a bolsa porque não tinha como eu ir em casa porque morava na fazenda lá em Taquaralto. Aí eu vinha para a universidade e ficava no período da tarde. Então, o único dinheiro que eu tinha era os 300 reais, 250 na época da bolsa, quando eu comecei. Eu almoçava e ia embora para casa, pagava minha passagem e ainda fazia toda essa parte do xérox.

Quando questionados sobre o meio de transporte utilizado para ir até o campus da universidade, com localização afastada do centro urbano, a maioria respondeu que utiliza o transporte coletivo urbano (ônibus) como apresentado no próximo gráfico:

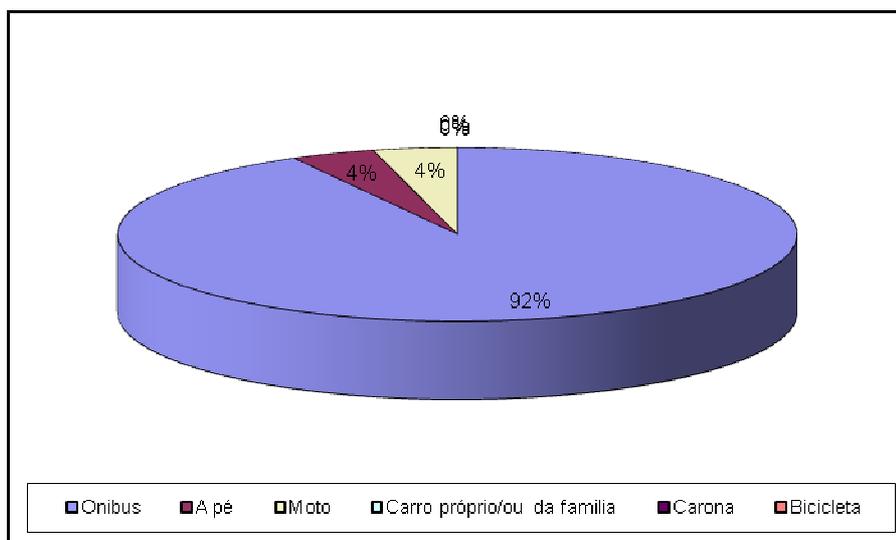


Gráfico 5 – Distribuição dos bolsistas segundo o meio de transporte para acesso ao Campus. Palmas – TO – 2010.

Segundo relato dos bolsistas entrevistados, a universidade tem um convênio com a empresa de transportes urbanos que destina uma linha de ônibus para transporte de alunos que sai de um determinado ponto chamado “ponto do Basa” para a universidade, sem custo para os mesmos. Mas para chegarem até esse ponto de ônibus, os alunos que residem em setores afastados têm que pagar passagem até ali. Devido a esse fator, muitos alunos permanecem na universidade o dia inteiro, por não terem condições financeiras de custear o transporte coletivo. Cássia comenta essa situação:

Até a universidade tinha que pensar por esse lado, o bolsista, na maioria das vezes, o aluno que não mora ao redor da linha Basa, ele fica o dia inteiro na universidade. Até uma proposta para que se fossem criadas salas de descanso de alguma forma para que possa atender esse aluno que fica o dia inteiro na universidade e mais o período da noite que é na sua maioria.

Esta reivindicação é do movimento estudantil da UFT que se ressentiu dos poucos espaços de convivência na universidade, em especial no campus de Palmas, que não possui espaços arborizados para o convívio e até mesmo descanso dos alunos. Ainda sobre o deslocamento até o campus, Vitor, que estuda em curso de tempo integral, descreve o seu dia-dia:

Eu estudo engenharia de alimentos e o curso é integral. Vou ao campus pela manhã, as vezes não tem aula a tarde e só a noite, tenho que ficar lá durante o período da tarde esperando a aula da noite porque não tenho

dinheiro para ir em casa. As vezes fico na biblioteca, ou nas cantinas, mas é muito cansativo.

Assim, os que precisam permanecer o dia todo na universidade ficam nas cantinas terceirizadas instaladas no campus ou mesmo nos corredores dos blocos, como é possível observar em visitas ao local. Outro bolsista sugere o que poderia ser feito nesse sentido:

Deveria ter assim na UFT um recanto para os alunos, pro pessoal que estuda o dia inteiro. Não tem nem um banheiro para o pessoal de curso integral tomarem banho, não há um banheiro para o pessoal tá banhando. Aí constrói novos blocos e põe os banheiros tudo sem chuveiros, aí tem gente que vem para cá oito horas da manhã e sai dez horas da noite e não tem lugar para eles banharem, e nem um lugar de descanso. E se você dar uma olhada a tarde na biblioteca, tem gente que dorme embaixo das janelas, vai para lá para dormir, porque não tem outro lugar para descansar.(Jaime)

Essas considerações dos alunos que vivem essa realidade no dia-dia do campus são relevantes para serem apresentadas aos gestores da universidade (diretores de campus) com vistas a serem tomadas providências para resolução dessa situação que se mostra como realidade vivida por muitos alunos na universidade

No que diz respeito à renda bruta das famílias dos bolsistas, observa-se pelos dados coletados que estes são provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, com renda bruta entre um a três salários mínimos:

Tabela 4 - Distribuição dos bolsistas segundo a renda bruta familiar (Em Salários Mínimos) - SM.

Renda	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Até 1 SM	4	16%
Acima de 1 até 3 SM	16	64%
Acima de 3 até 5 SM	5	20%
Acima de 6 até 10 SM	0	0%
Entre 10 e 20 SM	0	0%
Acima de 20 SM	0	0%
Total	25	100%

Fonte: Primária

Como observado na tabela acima, a amostra de 26 bolsistas não difere do perfil dos 84 pesquisados no cadastro-base da PROEST. No cadastro, 88% dos bolsistas auferiam renda de até três salários mínimos, sendo que na amostra desta pesquisa 80% encontram-se na mesma faixa de renda. Uma bolsista comenta a respeito:

Todos os alunos bolsistas estão na mesma situação: o dinheiro nunca dá, sempre está sem dinheiro no final do mês, não dá para suprir todas as necessidades; Qualquer aluno que você perguntar você vai ver, porque a quantidade é pouca para as despesas que a gente tem aqui em Palmas. Porque aqui em Palmas, para você ver se eu morasse em Miracema e tivesse a bolsa, porque tem em todos os campi, daria, porque o custo de vida de Palmas que é caro. (Luna)

Outro dado que confirma a condição financeira vulnerável dessas famílias é o fato de que muitas delas possuem quatro ou mais pessoas residentes no mesmo domicílio, como demonstra o gráfico 6, a seguir:

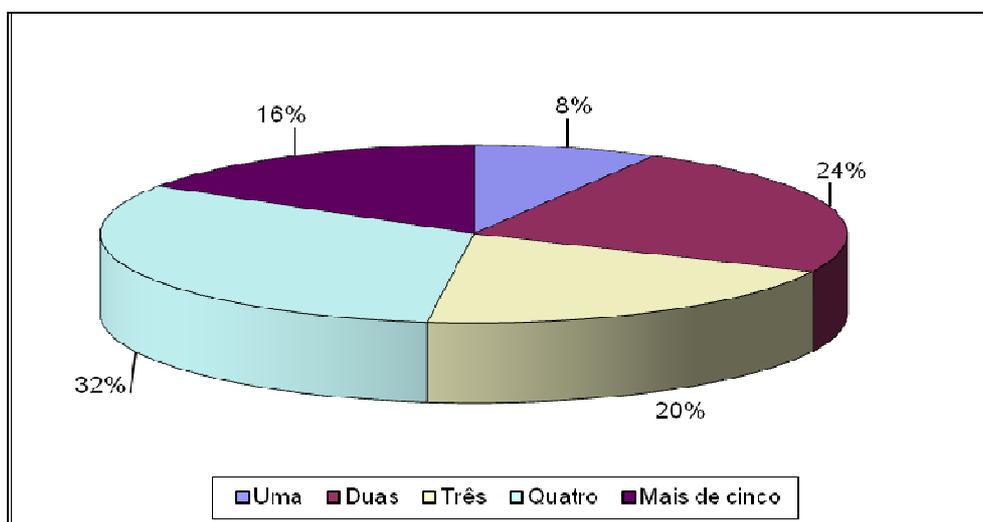


Gráfico 6 – Distribuição dos bolsistas segundo o número de pessoas no domicílio da sua família. Palmas – TO – 2010.

Foi observado a ocorrência, dentro da mesma família, de dois ou mais jovens na universidade e que precisam do auxílio financeiro dos pais. Os bolsistas falam da sua experiência nesse sentido:

Para mim essa questão da bolsa foi de suma importância, porque na época, a minha questão familiar, como eu tenho mais 4 irmãs e duas irmãs minha estudando em universidades particulares, a gente estava sem condições de fazer a manutenção delas e a minha, então a única coisa que me mantinha na universidade era a bolsa. (Cássia)

Meus pais, eles tinham que mandar algum dinheiro, fazer algumas coisas, porque meu pai tem problema de saúde, então ele não pode dividir muito recurso, mas dá um jeito. Como ele mora na fazenda, ele planta, cria gado, e aí ele dá um jeito de mandar um dinheiro pra mim e para meu irmão. E pelo fato de ser dois filhos estudando aqui, então fica muito mais pesado porque a bolsa não dá para nada. (Luna)

Na minha casa somos três irmãos que fazem faculdade. Dois em faculdade pública e um em particular. Meus pais são servidores públicos no interior do estado e fazem o que pode para nos ajudar a manter aqui. Mas não é fácil, passamos muitos apertos, mas conseguimos continuar. (Guilherme)

Outro fator que os dados apontam é que a grande maioria dos bolsistas são filhos de pais que não possuem o ensino superior. Quando perguntamos sobre o grau de escolaridade dos seus pais, os dados dos questionários demonstraram que na realidade 30% dos pais e mães possui apenas o Ensino Médio, 38% têm apenas o Ensino fundamental e 4% são pessoas não alfabetizadas. Ou seja, 72% dos pais não ultrapassaram o Ensino Médio.

Sobre a ocupação da pessoa que sustenta a família, um dado relevante é de que 35% dos bolsistas se afirmaram responsáveis pelo seu sustento. Em entrevista, assim eles se manifestaram sobre suas principais necessidades quando ingressaram na universidade:

A minha prioridade com relação à bolsa, eu priorizo mais a parte da alimentação porque meus pais não tem condição de me manter aqui. Eu tenho benefício de morar na casa do estudante, então ajuda bastante nessa questão de aluguel. Então eu não tenho que me preocupar com questão de aluguel, eu priorizo a minha alimentação, a questão de enquanto acadêmica de comprar livros, tirar copias. É um gasto que a gente tem e são minhas prioridades. (Bruna)

Na casa do estudante indígena de Palmas, e aí chegando aqui eu morei lá e tive dificuldades: alimentação, transporte, questão de roupa e material didático também. Porque quando você chega a demanda é muito grande. Não sei outros cursos, mas meu curso é muito livro, é muita xérox, muita apostila, acaba que nem todo aluno conseguia. (Luiz)

Porque eu sou órfão, de pai e mãe, filho único. Então veio bem a calhar mesmo a bolsa. Eu tenho uma madrinha que me ajuda; as vezes estou precisando de 50 reais, ela manda, mas o que me mantém em Palmas mesmo é a bolsa permanência. Daí eu pago meu aluguel, dá para fazer as compras, pago uma conta e tal, com respeito a diversão de vez em quando ela manda 50, 100 reais, daí eu consigo ir levando. (Ruy)

[...] meus pais nunca foram abastados. Minha mãe é professora da rede estadual, então a grana sempre foi problema. Eu trabalhei quase toda a vida, depois que eu sai de casa e fui para Florianópolis, eu trabalhei quase todo período de estagiário: estagiário da Eletrosul, da Assembléia, estagiário não sei aonde...então sempre fui estagiário (Emerson)

Os depoimentos acima revelam que muitos estudantes têm dificuldade de se manter na instituição por fatores financeiros. Em entrevista, Cássia, participante atuante no movimento estudantil afirmou:

Porque diferente do perfil de outras universidades, o alunado da nossa universidade é mais de classe econômica C e D, na sua maioria porque ainda não esta elitizada a universidade. Nos não tínhamos cursos elitizados como agora já temos.

Esta afirmação está de acordo com a divulgação do perfil do ingressante na UFT no Vestibular 2010/1. A universidade divulgou o perfil dos ingressantes que na inscrição do processo seletivo responderam a um questionário, conforme divulgado no site da ANDIFES⁵²:

A grande maioria (75,45%) dos classificados no Vestibular 2010-1 da Universidade Federal do Tocantins (UFT) reside no próprio estado, tem renda familiar de até cinco salários mínimos (73,6%) e estudou o Ensino Médio integralmente em escola pública (69,6%). O que revelam os dados referentes ao perfil dos candidatos, divulgado pela Comissão Permanente de Seleção (COPESE) da UFT.

Assim, a UFT tem a maioria de alunos provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo e a amostra dos bolsistas dessa pesquisa demonstra isso. Outro dado que comprova esse fato diz respeito ao tipo de estabelecimento em que esses bolsistas concluíram o Ensino Médio, pois 68% dos bolsistas da presente pesquisa afirmaram que estudaram todo o período em escolas públicas, como retratado no gráfico 7:

⁵² Disponível em http://www.andifes.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2749:divulgado-perfil-dos-classificados-no-vestibular-2010-1-da-uft&catid=58&Itemid=100012. Acesso em 16 maio 2010.

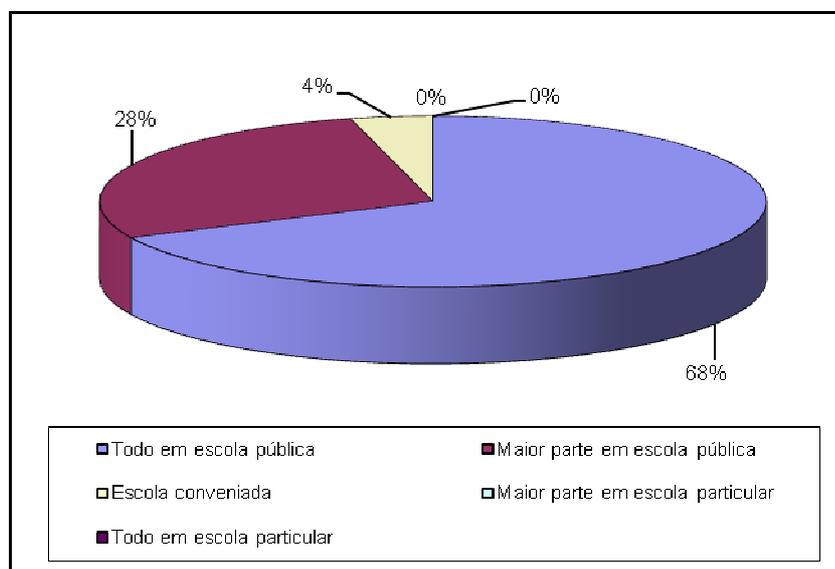


Gráfico 7 - Distribuição dos bolsistas por tipo de estabelecimento cursado no Ensino Médio. Palmas – TO – 2010

Observa-se que 96% dos bolsistas da amostra estudaram todo ou maior parte do ensino médio em escola pública. Pode-se inferir que essa predominância da formação em escola pública está associada à carência sócio-econômica da família. Quando questionados sobre o motivo de escolherem a UFT, 73% responderam que foi devido ao fato de a UFT ser uma instituição pública, gratuita e que satisfaz as necessidades econômicas da sua família.

Em relação aos cursos que esse extrato da amostra frequenta, a tabela abaixo apresenta sua distribuição:

Tabela 5 – Distribuição dos bolsistas entrevistados de acordo com o curso.

Curso	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Biologia	1	4%
Engenharia Civil	2	8%
Economia	4	16%
Pedagogia	4	16%
Comunicação Social	4	16%
Engenharia de Alimentos	4	16%
Filosofia	1	4%
Direito	2	8%
Engenharia Ambiental	2	8%
Nutrição	1	4%
Total		100%

Fonte: primária.

Como observado na tabela acima, os bolsistas entrevistados estão distribuídos em diferentes áreas de conhecimento: 24% nas licenciaturas, 32% nas engenharias, e 44% nas demais áreas. Dos alunos que responderam aos questionários nenhum concluiu o curso. Quanto aos 84 alunos cadastrados, não foi possível obter informação sobre a conclusão.

No que diz respeito ao turno em que os bolsistas estudam, um dado relevante é que 34% deles freqüentam cursos em tempo integral, como apresentado no gráfico abaixo:

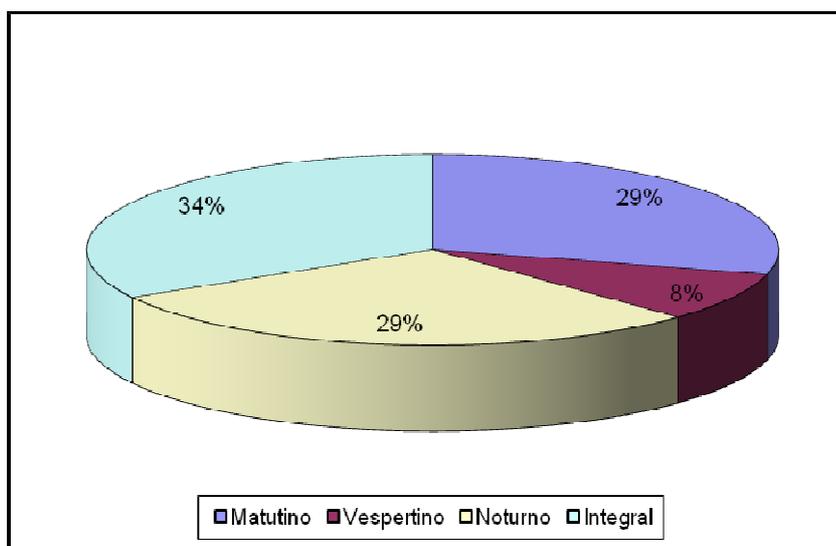


Gráfico 8 – Distribuição dos bolsistas segundo período do curso. Palmas – To, 2010

Os bolsistas que freqüentam os cursos integrais alegam terem dificuldades em encontrar emprego no mercado de trabalho formal pela necessidade de dedicação integral ao curso. Nesse sentido, ainda que o fato de serem bolsistas colabore com a renda da família, a situação de estudo em tempo integral e ainda de prestação de serviços administrativos para receber a bolsa, gera queixas quanto ao pouco tempo que resta para o estudo:

Eu creio que essa questão de você conciliar o tempo de estudo com o estágio, hoje nos recebemos algumas reclamações. Porque na maioria das vezes os cursos integrais, que são as pessoas que mais necessitam de bolsa, são os cursos que são menos atendidos, se você for pensar a vaga de estágio ela deveria ser a noite que tem pouca vaga de estágio. Eu passei no vestibular para o período matutino, mas na primeira oportunidade eu sempre me matriculava nas matérias da noite, até para facilitar para eu ter o dia inteiro livre para estar fazendo no período da manhã. Eram as atividades no estágio e a tarde eu continuava no estágio, mas mexendo nas minhas atividades acadêmicas. (Cássia)

Guilherme e Vitor, que cursam engenharia em tempo integral, relatam:

Eu sempre tenho que conciliar os horários no meu setor. As vezes tenho que compensar os horários, e não tenho tempo de estudar. Sempre tem trabalhos para fazer e eu não posso fazer durante o expediente. Mas eu não posso deixar a bolsa porque dependo dela para continuar no curso. (Guilherme)

No setor do protocolo onde trabalho são dois bolsistas. Então eu fico na parte da tarde e o outro na parte da manhã. O bolsista tem que trabalhar quatro horas por dia, então isso não me prejudica, então fico das 16 às 20 horas da noite, é um horário ate bom. Tenho aulas de manha e a tarde, quando tenho aula a tarde, ai eu depois reponho o horário.(Vitor)

Assim, percebe-se que os alunos dos cursos de tempo integral são os que mais necessitam das bolsas, por terem que se sustentar e ao mesmo tempo estudar.

Os dados apresentados até aqui tiveram o objetivo de fornecer um perfil dos bolsistas que participaram desta pesquisa, visando compreender suas reais necessidades e questionando se estas são contempladas na sua condição de bolsistas do programa Bolsa Permanência.

Nos questionários e entrevistas foram aprofundadas as questões sobre a percepção que os bolsistas têm sobre a assistência estudantil na UFT e o programa Bolsa Permanência. Outras questões como: se o programa foi decisivo para a permanência dos bolsistas, se exerceu influência negativa ou positiva no seu desempenho acadêmico, sobre o grau de satisfação das atividades exercidas por eles na condição de bolsistas, sobre o que consideram essencial para a permanência do estudante baixa renda na universidade, e outras, foram objetos de indagação aos bolsistas. O tópico a seguir apresenta ao leitor essas percepções considerando as respostas dos questionários e as entrevistas realizadas.

6.2 PERCEPÇÕES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS BOLSISTAS SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFT

A realização da pesquisa avaliativa em políticas públicas, de acordo com Silva e Silva (2008 p. 118), é um ato técnico e político que “não constitui um exercício

desinteressado, antes está fortemente ancorada num conjunto de valores e noções sobre a realidade social”. A sua metodologia não se reduz a procedimentos, mas, segundo a autora, “compreende a concepção teórica da própria avaliação e de seu objeto”. Assim, avaliar um programa social envolve compreender a concepção política do programa e a percepção de que valores e sentidos estão por detrás dessa política.

Nesse sentido, depois do retrospecto do percurso institucional da assistência estudantil na UFT e do programa Bolsa Permanência, e após a apresentação do perfil dos bolsistas na instituição, apresentamos a percepção sobre e os sentidos que essa política adquire para os seus usuários.

Como considerado anteriormente, essa pesquisa tem como base a perspectiva apresentada por Lejano (2006), pela qual se torna necessário articular informações providas de diversas fontes de dados com a finalidade de construir uma visão geral da realidade observada. Assim, ouvir os alunos sobre as suas experiências de vida e as impressões que o programa causou em sua vida acadêmica trouxe clareza sobre os impactos positivos e/ou negativos que este teve nessas trajetórias. Nos questionários indagamos dos bolsistas em que medida o programa auxiliou na sua permanência na universidade e a tabela a seguir apresenta as respostas:

Tabela 6 - Distribuição dos alunos segundo a importância da bolsa para a sua permanência na UFT. Palmas – To, 2010.

Aspectos da assistência estudantil a melhorar na UFT	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Assistência a saúde	4	8%
Alimentação (Restaurantes Universitários – RU)	16	32%
Trabalho (estágio para bolsistas)	8	16%
Cultura	8	16%
Recursos para livros e Xerox	6	12%
Esporte	7	14%
Inclusão digital	1	2%
Total		100%

Fonte primária. (Obs: Alguns bolsistas responderam mais de um item do questionário.)

Observa-se que 65% consideram que o auxílio foi decisivo na sua permanência na universidade e 35% afirmam que auxiliou em alguma medida, destacando-se que nenhum bolsista considerou que a bolsa não tenha ajudado de alguma forma na sua permanência.

Esses dados foram confirmados nas entrevistas, pois os bolsistas reconheceram que embora os recursos provenientes do auxílio da bolsa sejam insuficientes para suprir todas as necessidades, eles são significativos para quem os recebe:

O fato é que embora não supra todas as necessidades tem muitos acadêmicos que sobrevivem em Palmas graças a essa bolsa que a universidade dá. Com essa bolsa, ai tem a ajuda da família para ele ir se virando em Palmas (Luiz).

Contribuiu bastante. Porque do jeito que tava [...] As coisas estavam tão regradas que eu não ia continuar aqui. Não dá para suportar comer miojo todo dia; então você vai definhando, eu comecei a passar mal do intestino e a maioria dos universitários come lá (Jaime).

Eu se não tivesse conseguido a bolsa teria ido embora. Meu pai não daria conta de manter eu e meu irmão em Palmas (Luna)

Quando perguntamos ao Emerson, que veio de um estado distante para estudar na UFT, se a bolsa contribuiu para a permanência dele não só no curso, mas para permanecer no Tocantins, mesmo em situações adversas, ele respondeu: “Não sei se eu teria voltado, mas a tendência de voltar seria muito maior, contribuiu em demasia, o mundo é capitalista gente, precisamos de dinheiro, e se eu não tivesse dinheiro eu ia ter que correr para algum lugar”. Outro aluno enfatizou que embora o recurso financeiro da bolsa seja fundamental, a participação no programa lhe proporcionou outros benefícios:

Eu vejo como ponto positivo mesmo, porque a bolsa ta, tem os 372 reais que a gente recebe que a gente recebe para trabalho 20 horas semanais. Então muito bom, ajuda muito principalmente no aprendizado que a gente tem. Depois que eu entrei ali e estou trabalhando, eu trabalho na minha área, isso que é interessante, cada um vai trabalhando na sua área e pega um pouco de conhecimento, que eu acho que é o mais importante. Lógico, o dinheiro é muito importante, é fundamental, mas a gente está ali na universidade contribuindo com a universidade, eu acho muito importante. Sabe eu acho que é uma troca, e de certa forma eu me sinto na obrigação de devolver o que a universidade me dá, eu me sinto na obrigação de devolver. Então eu vejo como uma assistência completa. (Ruy)

Assim, para esses alunos bolsistas o fato de estarem inseridos no programa Bolsa Permanência é um fator que contribui para a sua permanência na instituição. Como o aluno

Ruy relatou, não apenas o recurso financeiro é importante, mas a inserção do bolsista na universidade, seu trabalho na área de estudo, contribui para o enriquecimento do seu conhecimento. Além do fato do entrosamento do aluno com outros setores e pessoas dentro da universidade como relatado por Marcelo:

Quando eu fui bolsista uma das coisas que facilitou, acho que melhorou assim, foi a questão do meu relacionamento com o pessoal da universidade. Foi muito bom, porque fiquei na reitoria, então a questão do convívio social foi muito bom. A aprendizagem em relação ao curso não tive nenhuma, porque as atividades que eu desenvolvia não tinham nada a ver com meu curso, mas a questão assim do relacionamento, das discussões, então isso sempre ajuda você um pouco.

Portanto, o aluno ao se integrar aos diversos setores da universidade estabelece uma relação de convivência que favorece a sua formação, no sentido de que ele passa a conhecer outros espaços e passa a interagir com as pessoas desse ambiente. A aluna Cássia fala sobre essa situação:

Se você pensar na contribuição do bolsista mesmo realmente se contribui em um outro sentido, a gente tem outra visão, porque minha última bolsa era na pro-reitoria de pesquisa e eu era bolsista do Pibic, não do Pibic, mas sim do setor administrativo que cuidava do Pibic. Então isso aí, eu tive um conhecimento muito maior do quem está fora, uma visão de como funciona o sistema de bolsas e até contribuo hoje com as pessoas que querem estar participando do projeto ensinando como as pessoas devem fazer, fazendo o meu trabalho, esse trabalho que eu fazia na época eu hoje contribuo em outra função.

No novo formato do programa Bolsa Permanência vigente desde 2009, os alunos são selecionados não apenas para serviços administrativos, mas também na modalidade acadêmica, em que participam como colaboradores em projetos na sua área. Nas entrevistas, os bolsistas citaram essa mudança como positiva:

Hoje a nova proposta do programa, ela melhorou muito. Porque hoje eu conheço, embora eu não faça parte, que agora o programa bolsa permanência está dividido em várias modalidades e o objetivo principal é colocar o aluno de acordo com a sua formação. Então é um fator essencial, porque o aluno já está aqui em busca de conhecimento, então toda ajuda que vem somar esse conhecimento dentro da universidade, seja ele trabalhando, seja ele fazendo pesquisa como bolsista vai contribuir para a sua formação acadêmica. Então eu acho isso muito importante, porque vai estar valorizando de certa forma o que o aluno vem fazer na universidade, que é ter o conhecimento seja ele qual for (Luiz).

Achei um avanço muito grande a questão acadêmica, porque insere o aluno na sua área de trabalho, no seu mercado de trabalho para a gente fazer as contribuições. Por quê? Se o aluno sempre estiver na parte administrativa da universidade, ele se torna, é um ponto de vista meu, uma mão de obra barata para a universidade, porque não há necessidade de fazer concurso porque sempre ter mão de obra muito barata que é o aluno que está ali. Ele em tese é qualificado para estar exercendo essa função, mas esse avanço que veio para melhorar, que é a questão acadêmica que já coloca o aluno no mercado de trabalho, coloca o aluno na linha de pesquisa na qual ele vai esta exercendo sua profissão realmente (Cássia).

Embora o novo formato do programa tenha sido instituído para inserir o aluno na sua área de conhecimento, alguns alunos, no entanto, se queixam de que na prática o objetivo dessa modalidade acadêmica continua sendo a prestação de serviços administrativos na instituição. A aluna Bruna, que foi selecionada para o programa Bolsa Permanência na modalidade acadêmica fala dessa situação:

Tem a diferença da teoria para a prática. Na teoria seria desenvolver um projeto junto com um professor, só que na pratica, principalmente no começo, não é o que acontece. Não falo em todas as bolsas, mas a grande maioria os alunos simplesmente desenvolvem atividades administrativas. Então fica numa sala, então vamos ser bolsista de tal professor, o professor ligado a algum programa na universidade coloca o aluno para atender telefone, entregar documento, essa questão que é frustrante na parte do desenvolvimento acadêmico, a gente esperava outra coisa.

Essa informação constitui um importante subsidio para os gestores considerarem a possibilidade de se fazer um monitoramento do programa no que diz respeito a aferir se os seus objetivos têm sido atingidos. Percebe-se que na maioria dos casos as atividades exercidas pelos bolsistas são administrativas. Quando no questionário indagamos sobre que atividades exercem na instituição, as respostas variaram e estão sintetizadas na tabela a seguir:

Tabela 7 - Distribuição dos bolsistas segundo as atividades desenvolvidas

Atividades desenvolvidas	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Controle interno de documentos, controle de materiais permanentes e de uso diário	9	31%
Atendente, telefonista, office boy, digitador, arquivista;	6	23%
Atendimento nos empréstimos de livro na biblioteca;	2	9%
Serviços administrativos em geral	6	23%
Desenvolve projeto junto ao orientador	2	9%
Manutenção de um site	1	5%
Total	26	100%

Fonte: primária.

Porém, mesmo que essas atividades administrativas não contribuam diretamente para formação acadêmica dos bolsistas, quando se perguntou, nos questionários, o grau de satisfação deles no que diz respeito às atividades exercidas, 84% consideraram-se satisfeitos, como mostra o gráfico 9:

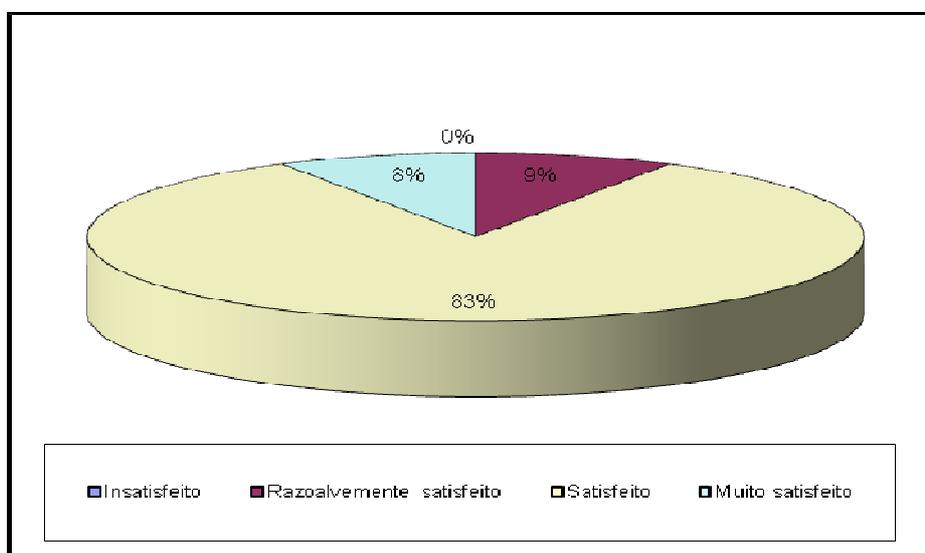


Gráfico 9 – Distribuição dos bolsistas segundo grau de satisfação com as atividades desenvolvidas no programa Bolsa Permanência. Palmas –TO – 2010.

Assim, as atividades administrativas foram consideradas pelos bolsistas como satisfatórias em vários aspectos, com destaque ao relacionamento interpessoal.

Nos questionários convidamos aos bolsistas a relatarem se o fato de serem bolsistas refletiu de alguma forma (positiva ou negativa) no seu desempenho acadêmico, as respostas variaram:

Tabela 8 – Distribuição dos bolsistas segundo percepção sobre o reflexo das bolsas no desempenho acadêmico.

Reflexo da situação de bolsista no desempenho acadêmico	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Positivo. Ajudou a adquirir mais experiência	5	20%
Positivo. Contribuiu na questão financeira	7	28%
Positivo. Facilitou o acesso a informações	3	12%
Positivo. Colocou em contato com a área de mercado de trabalho	1	8%
Positivo. Facilitou o desempenho acadêmico	3	12%
Negativo. Atrapalhou no desempenho pela falta de tempo para estudar.	5	20%
Total		100%

Fonte: Primária

De acordo com os dados acima, verifica-se que 80% dos bolsistas consideram que o fato de serem bolsistas contribuiu de alguma forma com sua formação acadêmica e não atrapalhou no seu desempenho. Também na maioria dos depoimentos notou-se que a bolsa de algum modo refletiu positivamente no desempenho acadêmico do bolsista, seja no sentido de deixá-lo menos preocupado com questões financeiras, ou mesmo ter a oportunidade de trabalhar na sua área e adquirir novas experiências. Abaixo o relato de alguns bolsistas:

Depois que eu entrei no programa bolsa permanência, o primeiro local que eu pensei foi, eu quero ir para a biblioteca. Ai eu fui para a biblioteca, comecei no atendimento; ai depois eu fui para guardar livro, então eu fui olhando os livros que tinha na biblioteca; então hoje eu estou lendo em média em torno de quatro livros a cada duas semanas. Por quê? Porque eu estou trabalhando na biblioteca, estou tendo acesso (Jaime).

Não atrapalha. É tudo aprendido. Eu que escolhi essa modalidade administrativa, eu queria saber um pouco mesmo da UFT, como funciona a universidade e tudo porque tem dois tipos de bolsas, o acadêmico e o institucional. O acadêmico é para trabalhar com professores e o institucional é na UFT mesmo. Eu optei pelo institucional (Guilherme)

Me ajudou bastante no meu desempenho, porque tive noção de como a universidade funciona e passei a ficar mais atento a editais, a programas que poderia participar. Comecei a participar em eventos também que se não trabalhasse aqui eu nem teria conhecimento que ocorriam. Enfim, quando somos bolsistas, estamos mais inseridos na vida acadêmica. (Vitor)

Já outros 20% não consideram que a bolsa tenha exercido reflexo positivo no seu desempenho acadêmico; antes enfatizam que o fato de dedicarem tempo ao programa tomou o tempo que deveriam dedicar aos estudos. Entendemos que cada caso tem a sua particularidade e se referem a situações diferentes, mas as percepções dos bolsistas sobre o reflexo da bolsa no seu desempenho acadêmico se mostraram positivas, mesmo com algumas ressalvas.

Indagamos ainda, no questionário, se os bolsistas da amostra concordam ou não com a afirmação de que a origem social interfere na formação da pessoa. As respostas divergiram, mas a maioria disse que concordam com essa afirmação. A tabela a seguir apresenta a posição dos bolsistas sobre essa questão:

Tabela 9 – Distribuição dos bolsistas segundo a posição quanto à interferência da origem social na sua formação.

Opinião dos bolsistas	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Concordo totalmente. Pessoa com poder aquisitivo baixo tem menos oportunidade;	4	19%
Concordo em parte. Porque dependendo do lugar ou renda financeira o aluno que não teve um bom aprendizado pode ter dificuldades no curso;	9	38%
Discordo totalmente. Quem faz a trajetória é o próprio aluno independente da questão social;	6	23%
Discordo totalmente. Quem faz a trajetória é o próprio aluno independente da questão social;	6	23%
Discordo em parte. A força de vontade e o interesse interferem mais.	1	8%
Não respondeu	3	12%
Total	29	100%

Fonte: Primária.

As respostas dos bolsistas indicam que 57% deles acreditam que a condição social pode intervir de alguma forma na formação do indivíduo. Diante dos estudos realizados com alunos de baixo poder aquisitivo em universidades públicas, como apresentado em capítulo anterior (PORTES, 2006; ZAGO, 2006), em que os autores afirmam que as condições destes alunos já se encontram desfavoráveis em relação ao de famílias abastadas desde o ingresso na universidade. Em geral eles precisam se esforçar mais que os demais para obter resultados e médias boas no curso. Assim, mesmo diante dos comentários otimistas dos bolsistas, de que apenas boa vontade e interesse mudam a trajetória do aluno com origem social pobre, consideramos que os estudos na área apontam que esses alunos precisam de assistência da universidade para terminar seu curso com êxito.

Os bolsistas, quando questionados sobre se concordavam que a assistência estudantil era fundamental para a permanência, foram unânimes (100%) em dizer que sim, que concordavam que sem a assistência os alunos com baixo poder aquisitivo têm menos chances de concluírem seu curso. Uma das questões se referia ao motivo que o levou a se candidatar a ser bolsista do programa Bolsa Permanência e 85% responderam que foi por necessidades financeiras, sendo que o percentual restante apontou questões como: conhecer melhor a universidade e adquirir aprendizado para o mercado de trabalho.

Assim, cada bolsista tem uma necessidade diferente, mas em geral todas estão relacionadas com a situação financeira. Em entrevista, o aluno Luiz afirma que a UFT deveria fazer um esforço em conhecer as reais necessidades dos alunos que quanto à assistência na instituição:

Agora tem que dizer que tem muitos estudantes que sobrevivem dessa bolsa e estão aqui por causa dela, isso sem dúvida. a universidade deveria pensar um pouco, acho que deveria ter um trabalho. Já que a bolsa permanência é para a permanência do aluno na universidade, acho que a universidade poderia um pouco pesquisar como é o custo de vida em Palmas, conhecer esse bolsista da universidade, a dificuldade que ele passa, ver se essa bolsa está suprindo as necessidades e estar procurando políticas. Como o reitor, e vários da gestão sabem, 70% dos alunos da universidade são carentes. Então a universidade tem que pegar esse percentual e buscar políticas fora para ajudar esses 70%, que é a maioria absoluta da universidade.

Percebe-se nesse depoimento o conhecimento que esse bolsista tem sobre a assistência estudantil na UFT. Para ele, a universidade tem ciência de que uma parte relevante dos alunos da universidade é carente, mas que a instituição diante desta constatação deveria

procurar conhecer melhor a realidade desse aluno e criar políticas de assistência estudantil. Como também enfatiza a aluna Bruna sobre o programa Bolsa Permanência:

Tem 500 alunos que são atendidos pelo bolsa permanência. Desses 500, qual é a realidade deles? O programa bolsa permanência os faz permanecerem na universidade? A gente tem casos de alunos que desistem da bolsa, procuram um trabalho em empresas particulares, trabalho de 8 horas e chegam no curso (essa a realidade do nosso curso), chegam a noite, cansados e não tem condições de assistirem a aula. A bolsa não é suficiente para poder os manter.

Portanto, os entrevistados consideram que é necessário um melhor acompanhamento do estudante que está inserido no programa Bolsa Permanência. Até mesmo no processo de seleção, é preciso fornecer informações precisas para que ele possa ter acesso ao benefício.

Por conseguinte, apesar dos esforços dos gestores e técnicos envolvidos na gestão do programa Bolsa Permanência, ainda existem questões que precisam ser discutidas com vistas a um melhor desempenho do mesmo. Outro problema apresentado diante dos dados da pesquisa é que os bolsistas não podem ter outro vínculo empregatício ou receber outra modalidade de bolsa. E como o valor da bolsa, conforme revelado por eles, é insuficiente, muitos passam dificuldades financeiras:

Ela é uma bolsa permanência que ela vem complementar o orçamento. Porque um acadêmico hoje morando em Palmas, porque a gente conhece Palmas, com o custo que é, eu acho impossível a pessoa dizer: eu sobrevivo em Palmas com a bolsa da universidade. Porque só a bolsa realmente não dá, não dá para você sobreviver, basicamente se você pagar transporte, pagar alimentação, pagar roupa, ai não dá, então de certa forma ela vem para complementar um orçamento que você tem ou tem que arrumar dinheiro de qualquer forma, senão não da pra sobreviver. [...]

Então se você é bolsista da universidade, tem que procurar alguma coisa informal porque se você tiver algum exercício de trabalho na formalidade você perde a bolsa da universidade. Então na realidade ele tem que sobreviver com a bolsa da universidade e somente com ela. (Luiz)

Esta queixa foi expressa pela quase totalidade dos entrevistados. No caso dos alunos indígenas, que recebem bolsa da FUNAI, se estes participarem do programa Bolsa Permanência têm que optar por uma das bolsas, do contrário perderão esta última. E como

estes alunos saem das suas aldeias e têm que se instalar na capital, muitos encontram dificuldades financeiras mesmo recebendo o auxílio da FUNAI. Luiz, que é indígena, se pronunciou sobre esta questão:

No caso a universidade tem essa política que a gente não pode ter duas rendas, e a gente vive isso na pele. Hoje tem a FUNAI que dá uma bolsa e tem a UFT que dá outra bolsa, então a universidade não aceita que junte essas duas bolsas e ai complica.

Nesse sentido, a reivindicação dos alunos é que se não é possível acumular bolsas, então que existam outros auxílios aos alunos de forma a compensar as carências não contempladas pelo programa Bolsa Permanência. Cássia apresenta o que para ela é assistência estudantil:

Além do programa Bolsa Permanência ter realmente um programa de assistência estudantil e não é somente pegar uma verba que vem do governo e simplesmente distribuir com 300, 400 bolsas com valor pequeno. O que a assistência numa universidade é um restaurante universitário, é a casa do estudante da UFT. [...] A questão da universidade investir mais em esporte, não ter só esses dois tipos de modalidade de bolsa, mas vários tipos de modalidades, que seja uma bolsa para um menino que gosta de futsal, que são bons jogadores, então valorizar essa questão do esporte. A questão de auxílio com os livros, porque a gente tem uma dificuldade muito grande na biblioteca, é que nossos livros são muito antigos. Dá um auxílio livro para aquele aluno, ou seja, um aluno que tiver um bom desempenho na faculdade, ganhar digamos 3 a 4 livros por semestre.

Este depoimento manifesta o que muitos bolsistas apresentaram como outras demandas por assistência estudantil presentes na UFT, pois eles compreendem que assistência não é apenas distribuição de bolsa, como afirma o aluno Luiz:

Quando se fala em assistência estudantil a marca que a UFT já leva é a bolsa permanência, em todo lugar que você fala assistência estudantil da UFT, bolsa estudantil em primeiro lugar. E a gente sabe que tem muitas outras universidades que utilizam diversos critérios, diversas formas de assistência estudantil. Assim a universidade quando eu era bolsista estava em discussão a assistência estudantil voltada para o auxílio transporte, alimentação que ate hoje na nossa universidade ainda não existe. Então assistência estudantil é uma bolsa permanência que a gente recebe aqui que sinceramente não dá para sobreviver.

Portanto, embora se reconheça que o programa Bolsa Permanência possibilite a permanência da maioria dos alunos que participa do programa, outras necessidades são apontadas como latentes pelos bolsistas. Questões como alimentação, saúde, esporte, lazer, recursos para livros e xérox, inclusão digital, cultura e transporte são outras necessidades dos alunos com baixo poder aquisitivo na universidade. Nos questionários, perguntamos quais aspectos da assistência estudantil a UFT precisa melhorar e a tabela a seguir ajuda a visualizar as respostas:

Tabela 10 : Distribuição dos bolsistas quanto aos itens a melhorar na assistência estudantil da UFT. Palmas –TO – 2010.

Itens a melhorar	Quantidade de Bolsistas	Percentual
Assistência a saúde	4	8%
Alimentação (Restaurantes Universitários)	16	32%
Trabalho (estágio)	8	16%
Cultura	8	16%
Recursos para livros e fotocópias	6	12%
Esporte	7	14%
Inclusão digital	1	2%
Total		100%

Fonte: Primária (Obs: Alguns bolsistas responderam mais de um item do questionário.)

Como apresentado na tabela, 32% dos bolsistas consideram a alimentação como um aspecto a melhorar na universidade. Nas entrevistas, percebeu-se essa preocupação:

A UFT só tem sete anos, mas acho que tem de começar agora, não pode deixar passar 40, 50 anos, acho que se pode começar correr atrás agora, acho que é a questão dos gestores enfim, correr atrás, fazer um projeto. Ah se tem verbas do PNAES, vem verba só para essas bolsas, mas você pode muito bem desenvolver outros tipos de bolsas, criação do restaurante universitário, casa do estudante e buscar mais verba do governo federal porque é possível. (Bruna)

Realmente nos não temos restaurante universitário, nos temos que sair do campus para ir para o restaurante comunitário. Lógico, a comida não é lá essas coisas, faz falta, eu acho que hoje um restaurante universitário dentro do campus é fundamental. (Ruy)

Agora na questão da alimentação não sei, porque se a universidade tivesse RU ficaria bem mais fácil, mas a UFT ainda não disponibiliza de RU então acaba dificultando muito para os alunos que estudam em tempo integral. (Luna)

Em um dos depoimentos foi citado o restaurante comunitário. Este faz parte do programa Fome Zero do governo federal e fica localizado a cerca de cinco quilômetros da universidade. No restaurante comunitário as refeições são servidas ao valor de um real, possibilitando que pessoas de baixo poder aquisitivo possam se alimentar a um baixo custo. Mas como citado por um dos bolsistas o restaurante não atende a contento aos alunos universitários. Ele comentou:

Um restaurante universitário seria muito bom pra gente porque os que não são do bolsa permanência pelo menos vai ter o restaurante aqui dentro para se alimentar, acho que até uma alimentação melhor, porque o do comunitário não é uma alimentação boa, lá não é muito bom para uma pessoa está comendo todo dia. Falam que é balanceado e tal, mas tem dias que a comida ta horrível. (Jaime)

Como já abordado no capítulo anterior, os gestores da UFT afirmaram que o recurso para a construção dos restaurantes universitários (RU) já foi aprovado e que em 2011 os campi que possuem cursos de período integral terão seu RU. Disto desprende-se que cabe então ao movimento estudantil acompanhar a gestão e a execução do projeto.

Outras necessidades que foram expressivamente consideradas pelos alunos como importantes são: cultura e trabalho. Quanto ao primeiro item, os bolsistas se queixam da falta de programas culturais na universidade gratuitos ou com preço acessível, haja vista que na maioria das vezes não possuem recursos para eventos culturais externos. Quanto ao trabalho (estágio), os bolsistas consideram que mesmo as mais de 500 bolsas ofertadas pelo programa Bolsa Permanência não contemplam todos os que dela precisam para sua permanência na instituição.

As demais necessidades apresentadas na tabela 9 apontam aspectos nos quais os bolsistas julgam que a UFT precisa avançar no tocante à assistência estudantil. O depoimento da aluna Bruna enfatiza a importância dessa política na universidade:

Acho que tem que ter a força de vontade e pensar no acadêmico em si. Acho que não é só dar uma bolsa e dizer para o estudante que tem programa de

assistência estudantil. Você tem que dar um apoio no total do aluno, porque é esse o sentido da universidade federal pública, é para que venha alunos da classe popular, dar esse auxílio, dar essa assistência. O nome já está dizendo: assistência estudantil, então é dar assistência, não é fazer no papel uma coisa muito bonita, chega na prática na hora do vamos ver, ficar só fazendo maquiagem.

Portanto, infere-se dos dados coletados na pesquisa que o programa Bolsa Permanência tem um significado importante para os seus usuários, porém estes consideram que outras ações devem ser articuladas com o programa para contribuir efetivamente com a permanência do aluno na universidade. O aluno Luiz faz essa observação:

Talvez se a bolsa permanência fosse articulada com outro programa da universidade que a universidade criar que venha realmente contribuir com a assistência estudantil então poderia esta dando mais oportunidade pros alunos para não desistir, muitos passam por muitas dificuldades, que talvez a universidade procurando essas assistências estudantis que hoje existe no Brasil inteiro em todas as universidades complementando outras talvez ajudaria e contribuiria muito com a vida de vários acadêmicos da universidade.

Nota-se que os alunos reconhecem a necessidade de uma política de assistência estudantil efetiva na UFT articulada com outros programas além de bolsas. Quando questionamos sobre quais aspectos do programa poderiam ser melhorados, os bolsistas colocaram questões como: o tempo de permanência no programa, a carga horária, o valor da bolsa, e outros. Abaixo transcrevemos alguns trechos respondidos no questionário:

Sim, critério de seleção usado para escolher os bolsistas, devia ser mais detalhado, procurando realmente quem necessita da bolsa, não do estágio, pois a intenção do programa é auxiliar financeiramente de alguma forma o estudante, o estágio vem para complementar na sua vida profissional e talvez acadêmica.

O bolsista deveria ser melhor remunerado, ou talvez alguns benefícios como alimentação e transporte.

A bolsa permanência institucional deveria disponibilizar mais tempo para o aluno estudar, pois o tempo e a função atrapalham muito.

Sim deveria mudar a não utilização dos conhecimentos acadêmicos nos desenvolvimentos das atividades.

O tempo de duração da bolsa é pouco, se fosse possível aumentar, até o término do curso seria melhor.

Deveria haver uma diferenciação de carga horária para os bolsistas dos cursos integrais dos bolsistas de cursos não integrais.

Diante destes depoimentos é complexa a indagação sobre se o programa Bolsa Permanência contribuiu ou não para a permanência do aluno sem prejudicá-lo na sua formação acadêmica. A questão do tempo dedicado ao programa para os alunos que estudam em cursos de tempo integral é algo se a ser discutido pelos gestores do programa, considerando que esses alunos são os que mais precisam da bolsa visto que não têm carga horária para ingressarem num emprego. Assim, se por um lado o auxílio ajuda na sua manutenção, por outro o fato de ser bolsista e dedicar tempo ao trabalho administrativo pode prejudicá-lo no seu desempenho acadêmico.

Outra questão abordada nos depoimentos acima, se refere à da duração do programa. O bolsista pode participar do programa por um período de até dois anos, não havendo prorrogação deste benefício. Desta forma, quando cessa o benefício da bolsa passam por dificuldades financeiras ainda quando estão matriculados no curso, correndo o risco de evadirem. Sendo assim, considerando todas essas questões colocadas pelos bolsistas, percebe-se que o Programa representa para eles um conjunto de ambigüidades e contradições. A bolsa promove um auxílio financeiro sem o qual eles não conseguiriam permanecer na universidade e, ao mesmo tempo, eles precisam se estruturar quanto ao tempo, para conseguirem obter um bom desempenho acadêmico, além de desenvolverem estratégias para se manter após o término do período da bolsa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação foram abordadas as políticas de assistência estudantil presentes nas universidades públicas brasileiras, tendo em vista a crescente demanda por essa área no Brasil diante da “democratização” do acesso à universidade. O termo democratização aparece entre aspas uma vez que os autores pesquisados para esse estudo consideraram que essa democratização se deu em meio a um contexto de políticas neoliberais de ajuste e de massificação da educação.

Para discutir este tema escolheu-se a Universidade Federal do Tocantins, e mais especificamente o Campus de Palmas, tendo selecionado como amostra os bolsistas do programa Bolsa Permanência que atuaram em funções administrativas na instituição nos períodos de 2007 e 2008.

As questões centrais desta pesquisa dizem respeito ao impacto do programa Bolsa Permanência sobre as condições sócio-econômicas e de permanência na instituição dos bolsistas do campus de Palmas no período de 2007 e 2008. Também sobre quais os limites e possibilidades do Programa, considerando as especificidades culturais, sócio-econômicas e étnicas do Estado do Tocantins. E ainda sobre a concepção de assistência estudantil da UFT que norteia o referido programa, ou qual o real objetivo do programa pra universidade. Se está relacionado com a preocupação da permanência do aluno de com baixo poder aquisitivo da instituição ou com a demanda de pessoal para trabalhar nos departamentos da universidade. Também se buscou apreender do aluno bolsista, qual a concepção de assistência estudantil ele tem e o que significa o programa para ele em termos de permanência na universidade, segurança financeira, moradia, saúde, esportes, cultura, etc.

Nesse sentido, os principais conceitos que deram suporte à investigação dizem respeito à concepção de assistência estudantil como direito do estudante amparado por lei, também os conceitos de pobreza e exclusão social e a discussão sobre a democratização do ensino superior no Brasil nas últimas décadas.

Desde o início do estudo, apresentou-se a política de assistência estudantil como um direito social adquirido e amparado pela Carta Magna de 1988. Ressalta-se que a educação pública e gratuita também é um direito de todos e também é amparada constitucionalmente. Após a abordagem da questão da desigualdade social, exclusão e pobreza, foi possível

compreender as razões que tornaram necessárias as políticas de assistência e amparo a essa parcela excluída da população.

Apresentaram-se nesse trabalho conceitos sobre políticas sociais, como elas são inseridas na agenda governamental e como são avaliadas. Procurou-se também aprofundar os conceitos sobre avaliação de políticas públicas, tratando das suas implicações e impacto nos programas sociais. No tocante as políticas públicas para a educação promovidas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas, citou-se neste trabalho programas federais como o PROUNI e o REUNI como uma tentativa do governo em ampliar o acesso dessa população menos favorecida no ensino superior. Embora o PROUNI tenha recebido críticas por se tratar de um programa que direciona recursos às universidades privadas, muitos autores concordam que o mesmo promoveu o acesso a muitos jovens pobres que não teriam condições de ingressar numa universidade pública. No que diz respeito ao REUNI, embora também tenha recebido críticas do meio acadêmico, o mesmo promoveu abertura de vagas ao ensino superior e previu verbas específicas para assistência estudantil nas universidades públicas, constituindo um avanço na política de assistência ao estudante.

Este estudo, com base nas pesquisas bibliográficas, considera que a assistência estudantil permaneceu por muito tempo como uma política deixada à margem dentro das universidades públicas brasileiras, e apenas recentemente, em 2008, adquire o status de política pública uma vez que o governo federal aportou recursos específicos para esta área com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Diante da realidade apontada nos estudos sobre o perfil dos estudantes universitários de baixo poder aquisitivo, compreende-se que as políticas de assistência estudantil constituem um importante elemento para a permanência dos mesmos na universidade. Convém destacar que a política de assistência estudantil é uma conquista dos movimentos estudantis e do Fórum de Pró-reitores de Assuntos Comunitários (FONAPRACE) que lutaram pelo reconhecimento do direito dos estudantes permanecerem na universidade e terem o acesso aos benefícios que, não fosse a assistência estudantil, os deixaria sem auxílio transporte, alimentação, moradia, etc. (BARBOSA.2009).

A avaliação do programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins foi realizada na perspectiva de uma pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa, modalidade metodológica conhecida como Triangulação de Dados. Buscando atender aos requisitos do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas da UFC, que visa desenvolver

metodologias de avaliação de políticas públicas de caráter social e inovador, na condição de pesquisadora enfrentei o desafio de avaliar o programa numa visão multifacetada, ou seja, verificar não apenas o impacto do programa nos usuários, mas suas implicações sociais, econômica e política no imaginário destes.

Retornando o percurso que tomamos na pesquisa realizada, com base em Lejano (2006) e Rodrigues (2008), procuramos conhecer o contexto regional em que se insere a UFT, pois compreendemos que a realidade deste estado difere dos demais da federação por se tratar de um estado novo da região Norte do Brasil com elevado índice de pobreza, analfabetismo e que possui apenas uma universidade pública. Na qualidade de pesquisadora, acredito que o maior desafio foi realizar o percurso institucional do programa na UFT. A tentativa de reconstruir o histórico do programa não foi fácil considerando que tive dificuldades em encontrar documentos institucionais da época em que o programa começou a ser institucionalizado na UFT. A realização das entrevistas com os técnicos e gestores foi a oportunidade que tive de compreender a percepção que cada um tinha do programa, bem como a concepção de assistência estudantil que os mesmos tinham. O confronto dos dados das referidas entrevistas possibilitou-me fazer um quadro de como o programa se insere na UFT e que interesses este atende.

Os dados quantitativos foram coletados nos questionários. Após a tabulação dos mesmos, formou-se uma visão geral de quem são esses bolsistas, onde moram, em que situações vivem, que curso frequentam, e se o programa Bolsa Permanência atendeu satisfatoriamente suas necessidades de permanência na UFT. Porém, consideramos importante a realização de entrevistas abertas com uma amostra desses bolsistas porque os dados quantitativos são precisos mas insuficientes para conhecer a fundo as implicações sociais do programa e as percepções dos bolsistas sobre o mesmo.

A pesquisa se dividiu em quatro etapas: a primeira trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual foram consultados teóricos que discutem as políticas sociais contemporâneas, também conceitos de pobreza e exclusão social, bem como as políticas de educação superior das últimas décadas.

Na segunda etapa, realizou-se uma pesquisa documental. No sentido de reconstituir o percurso institucional da política de assistência estudantil na UFT buscou-se nos documentos institucionais e entrevistas com os gestores e técnicos conhecer como seu deu a implementação desta na instituição. Também, com esse objetivo foram realizadas entrevistas

com os gestores e técnicos envolvidos na gestão do programa que revelaram as dificuldades encontradas pela gestão no início da implantação da IFES no sentido de promover a assistência estudantil.

A terceira etapa da pesquisa foi o levantamento do perfil social, cultural e econômico dos bolsistas da amostra. Após a busca no cadastro base da PROEST dos alunos que foram bolsistas e que estavam dentro do recorte temporal da pesquisa, obteve-se uma listagem de 84 alunos que foram bolsistas do programa pelo menos durante um ano no período compreendido entre 2007 e 2008. Dados gerais como idade, sexo, curso e turno em que estudava, renda familiar foram possíveis de ser coletados no próprio cadastro do bolsista disponível na PROEST. No entanto, o estudo pretendia conhecer melhor a realidade desses bolsistas e traçar um perfil melhor pormenorizado e ainda apreender as suas impressões e percepções sobre o programa Bolsa Permanência. Nesse sentido, buscou-se contatar os bolsistas para responderem um questionário com questões mais aprofundadas. Da amostra de 84 bolsistas, 26 responderam os questionários, em que foi possível conhecer um perfil mais detalhado dos bolsistas e compreender como o programa é percebido pelos mesmos.

Na quarta etapa da pesquisa, procurou-se aprofundar ainda mais na realidade do cotidiano acadêmico e social do bolsista. Assim, da amostra dos respondentes ao questionário selecionamos 10 bolsistas para entrevistas abertas em que o bolsista expressava suas impressões sobre o programa e detalhava melhor como era sua vida acadêmica e como fazia para conseguir permanecer na universidade.

A respeito dos resultados da pesquisa documental e das entrevistas com gestores e técnicos na reconstituição do percurso institucional do programa Bolsa Permanência na UFT, verificou-se que a UFT é uma instituição jovem com apenas sete anos de atuação e que sua criação se deu em meio a um contexto histórico turbulento de transformações no Ensino Superior, com propostas de um modelo gerencialista e centralizador, sendo que a mesma foi criada proveniente de outra instituição de ensino superior (UNITINS) que já tinha sete mil alunos.

Logo após a criação da universidade, entre 2004 e 2005, os programas do governo federal eram usados para financiar bolsas para alunos. Mas os critérios de seleção não eram socioeconômicos e nem era garantida a permanência nos programas. Havia um programa de estágio na universidade chamado Bolsa Estágio que foi criado para regulamentar a situação de estudantes que já prestavam serviço na instituição. Mas esse foi reformulado devido à

legislação do estágio, de 2008, que não permitia que os estudantes trabalhassem mais que seis horas diárias nas instituições. Criou-se então o programa Bolsa Permanência que tinha critérios socioeconômicos na sua seleção e tinha como objetivo contribuir para a permanência do aluno na instituição.

Percebe-se que hoje por meio das entrevistas com os técnicos e gestores, que os mesmos demonstram ter consciência da importância da assistência estudantil na universidade, embora o estudo aponte que a política de assistência ainda se encontra desarticulada e com alguns gargalos administrativos. Importante é ressaltar que assistência estudantil não é constituída apenas de programas de bolsas, mas envolve todos os elementos que propiciam condições favoráveis para a permanência do estudante com baixo poder aquisitivo na universidade. Neste sentido, a pesquisa revelou por meio das entrevistas com gestores e técnicos que a universidade ainda tem uma concepção restrita de assistência estudantil no momento que se qualifica o programa Bolsa Permanência como a maior expressão dessa política na universidade em detrimento de outras ações que deveriam se articular com o programa de bolsas.

Os escassos recursos financeiros e humanos foram apontados como sérios entraves ao desenvolvimento dessa política. Também a falta de conhecimento por parte dos gestores dos diversos campi e outros dirigentes da UFT do que vem a ser assistência estudantil, no sentido que esta se trata de um direito constituído e que deve prover os recursos mínimos necessários para a permanência do aluno na instituição, foi considerado como um fator que adiou a implementação de mais ações nessa área.

Em 2009 o programa Bolsa Permanência foi ampliado e passou a atender um maior número de alunos. Este estudo se propôs então a verificar se o programa realmente cumpre seu objetivo que é “propiciar auxílio financeiro aos alunos dos Cursos de Graduação, classificados como em situação de carência socioeconômica, para a sua permanência na Universidade” (UFT, 2009) e ao conjunto de necessidades e expectativas apresentadas pelos alunos. O intuito dessa análise foi compreender o processo operacional e processual da execução do programa junto aos técnicos e gestores do mesmo; levantar dados sobre as implicações que o programa teve na vida do bolsista referente às condições sócio-econômicas, moradia, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esporte e alimentação (variáveis definidas no PNAES); e ainda apreender questões que não são contempladas pelo programa e

que poderiam ser apontadas durante a pesquisa como relevantes à política de assistência estudantil na UFT.

No que diz respeito ao processo de execução do programa Bolsa Permanência, os dados indicaram que o mesmo ocorreu sem um planejamento específico, foi implementado considerando as relações de forças dentro da instituição e a necessidade de recursos humanos para trabalhar nos setores administrativos. As entrevistas com técnicos e gestores revelaram que na ocasião da criação do programa a falta de pessoal técnico-administrativo na UFT foi um fator de peso para a implementação de um programa de bolsas em que alunos poderiam prestar serviço à instituição.

Ainda com base nos documentos institucionais e entrevistas com os professores gestores que trabalharam no programa, a pesquisa aponta as dificuldades encontradas na gestão do mesmo, entre elas a realização da seleção com critérios sócio-econômicos; a falta de articulação entre os setores de instituição para o monitoramento do programa; a ausência de recursos humanos para trabalhar a assistência estudantil na universidade; o uso concentrado de recursos em distribuição de bolsas em detrimento a outras ações de assistência; a inexistência de um acompanhamento social ao aluno com baixo poder aquisitivo que ingressa na instituição; e uma concepção de assistência estudantil com visão assistencialista.

Sobre os desafios para a consolidação da política de assistência estudantil na UFT, os técnicos e gestores acreditam que ampliar as ações de assistência para além de um programa de bolsas constitui um desafio a enfrentar nos próximos anos. Ainda foi explicitado que outro desafio é mudar a concepção assistencialista e paternalista de assistência estudantil ainda predominante na UFT. Também realizar avaliação e monitoramento do programa Bolsa Permanência constitui um importante desafio a ser enfrentado, segundo os gestores e técnicos entrevistados.

Dos avanços que a UFT teve na área da assistência estudantil, os gestores e técnicos entrevistados consideraram que o maior deles foi a criação da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis que veio dispor de estrutura física, recursos humanos e financeiros especificamente para tratar das políticas voltas aos estudantes da instituição. Outro avanço mencionado foi a ampliação do programa Bolsa Permanência por meio do uso dos recursos do PNAES, que ampliou o número de bolsas de 90 para mais de 500 em 2009. Neste modelo, o programa passou a realizar seleções via edital, o qual não era realizado antes, o que foi citado por uma técnica como um importante avanço para a universidade.

No sentido de apreender a realidade dos alunos bolsistas do programa Bolsa Permanência, entre 2007 e 2008, buscou-se construir o seu perfil e analisar as questões pertinentes à assistência estudantil desses estudantes.

Dos dados analisados, têm-se que o perfil do estudante bolsista nos anos de 2007 e 2008 é de jovens com idade entre 19 e 24 anos, solteiros, não morando com a família, e que cuidam do seu próprio sustento. Sua renda na maioria (88%) é de um a três salários mínimos, sendo que desse percentual 27% possuem renda de até um salário mínimo, o que torna a condição destes mais vulnerável financeiramente. Outro dado que pesa na situação econômica dos bolsistas é o fato de que 68% da amostra moram em imóveis alugados, e na capital Palmas. Os bolsistas foram unânimes em dizer que o custo de vida é alto, alugar um imóvel é na concepção deles o maior gasto que têm para permanecerem na cidade.

A questão do elevado custo de vida da cidade de Palmas veio à tona por todos os entrevistados na pesquisa. Constatou-se que 33% dos bolsistas são provenientes do interior do estado do Tocantins, onde as condições de vida são apresentadas por eles como mais acessíveis. O fato de se deslocarem das suas cidades de origem, e estabelecerem moradia em Palmas onera o orçamento da família do bolsista que na maioria das vezes não tem condição de mandar dinheiro para ele se manter em Palmas. Esta situação levou alguns bolsistas entrevistados a sugerirem que a UFT faça um levantamento do custo de vida das cidades onde há campus da UFT para adequar o valor da bolsa à realidade local. Também a construção de uma casa de estudantes apenas para alunos da UFT foi algo citado nas entrevistas como importante para suprir essa área de moradia. A casa de estudante atual foi construída pelo governo do estado em parceria com a prefeitura e a UFT doou os móveis. Assim a UFT possui uma cota de 60% de alunos para habitarem a casa do estudante, o que os bolsistas consideram insuficiente em vista da demanda por moradia pelos estudantes provenientes de outras cidades.

Os bolsistas citaram também a questão do transporte. Em entrevista colocaram o aluguel e o transporte como a prioridade no uso do recurso que recebem como bolsistas. Os dados quantitativos reforçam esses depoimentos: 92% vão ao campus da universidade de transporte coletivo urbano. Embora exista um convênio com a empresa de transporte e sejam disponibilizados ônibus de um ponto da cidade até o campus, os bolsistas que moram longe desse ponto alegaram um elevado gasto com transporte coletivo.

Ainda constatou-se que um percentual considerável de bolsistas (34%) frequenta curso de turno integral, e precisa ficar na universidade o dia inteiro para cumprimento da carga horária de 20 horas como bolsista e frequência às disciplinas do curso. Estes apontam a bolsa como a única oportunidade que têm de obterem algum tipo de renda visto que o horário do seu curso não permite que eles tenham um emprego. Os bolsistas que estudam em tempo integral alegaram falta na UFT de um espaço para descanso e convivência entre um turno e outro de aulas, bem como banheiros com instalações de chuveiros.

Sobre o tipo de estabelecimento em que os bolsistas concluíram o ensino médio foi surpreendente verificar que 96% dos bolsistas da amostra estudaram todo ou maior parte do ensino médio em escola pública. Este dado vem confirmar que os mesmos são provenientes de famílias menos abastadas. Com relação aos cursos que os bolsistas frequentam, os mesmos estão divididos em: 24% nas licenciaturas, 32% nas engenharias, e 44% nas demais áreas. A predominância dos alunos de engenharia pareceu-nos surpreendente haja vista que em muitas universidades públicas estes sejam cursos elitizados. Na UFT, como verificado, os mesmos são frequentados por alunos de baixo poder aquisitivo.

A partir dos relatos advindos das entrevistas realizadas com dez alunos bolsistas dentre os 26 alunos que responderam aos questionários, percebeu-se que o programa teve uma importância relevante na permanência do aluno na universidade. Embora sejam unânimes em considerar o valor da bolsa alto frente ao elevado custo de vida da cidade de Palmas, relataram que sem esse auxílio a continuidade dos seus estudos e da própria estadia na cidade ficaria comprometida. Observa-se que 65% consideram que o auxílio foi decisivo na sua permanência na universidade e 35% auxiliou em alguma medida, destacando-se que nenhum bolsista considerou que a bolsa não tenha ajudado de alguma forma na sua permanência. Nos depoimentos alguns chegaram a afirmar que se não fosse o benefício da bolsa logo no início do curso, eles teriam voltado a sua cidade origem. Constatou-se que a ajuda financeira da bolsa é crucial logo que o estudante de baixo poder aquisitivo ingressa no curso, pois nessa fase ele está se instalando na cidade e precisa de aporte financeiro para tal. Esta informação poderia ser usada pelos gestores de programas de assistência estudantil na UFT de forma que sejam elaboradas políticas específicas para a permanência desse aluno que necessita de assistência logo que ingressa na universidade. Nesse sentido, o primeiro passo seria mapear em que cursos se encontram esses alunos e fazer um levantamento das suas necessidades imediatas e encaminhá-lo para ser atendido.

Ainda nas entrevistas os alunos manifestaram seus anseios quanto aos pontos em que o programa deveria ser aprimorado, como a questão da carga horária de atividades prestadas. Para os alunos de curso de tempo integral, dedicar quatro horas diárias de trabalho em época de provas chega a ser um desafio para sua vida acadêmica. Outro questionamento levantado pelos bolsistas foi o valor da bolsa. Considerando o fator custo de vida elevado da cidade de Palmas, os bolsistas alegam que para quem paga aluguel o valor da bolsa é insuficiente. E mesmo os que não moram em imóveis alugados, consideram que o valor da bolsa não supre as necessidades de alimentação, transporte, xérox, etc.

Os bolsistas revelam também descontentamento com a falta de um restaurante universitário no campus de Palmas. A alimentação foi apontada nos questionários como o item mais necessário na universidade, sendo que 32% dos bolsistas consideraram que a alimentação deveria ser contemplada como uma ação de assistência estudantil na UFT. Apesar de que os gestores da instituição afirmaram em entrevista que os restaurantes universitários serão construídos a partir de 2011, outras ações nesse sentido como auxílio alimentação ou vale refeições seriam importantes para atender essa demanda imediata de alunos que não tem recursos para se alimentarem.

Também foi apontada nas entrevistas com os bolsistas a necessidade de articulação do programa Bolsa Permanência com outras ações de assistência estudantil na UFT. Os bolsistas entendem que se houvessem outros programas articulados como restaurantes universitários, casa de estudante, auxílio transporte, auxílio xérox, atendimento a saúde, programas culturais, e outros que contemplassem as necessidades básicas dos alunos, o programa Bolsa Permanência poderia atender a contento os beneficiários, visto que os recursos da bolsa não seriam destinados a esses itens citados acima.

A respeito das atividades administrativas desenvolvidas pelos bolsistas, de acordo com os questionários estas se classificam em secretariado, atendente, telefonista e serviços administrativos em geral. Apenas um bolsista declarou fazer a manutenção de um site e outro afirma que auxilia um professor em pesquisa. Mesmo que as atividades administrativas não estejam relacionadas com o curso que o bolsista frequenta, foi interessante constatar que todos consideravam satisfatórias estas atividades.

Constatou-se ainda nas entrevistas que o programa propiciou a inserção desse aluno nos diversos setores da instituição promovendo sua sociabilidade com incremento das relações sociais, as quais vieram a contribuir também para sua permanência na UFT. Os

bolsistas falaram do aprendizado que tiveram enquanto bolsistas, no que diz respeito ao acesso a informações, a conhecerem melhor a universidade, permitindo conhecer processos e trâmites acadêmicos que de outra forma não teriam conhecimento. Outro bolsista relatou inclusive o fato de que ser bolsista na biblioteca o aproximou à leitura e à busca do conhecimento.

Quando questionados sobre os aspectos do programa que precisam ser melhorados, alguns bolsistas não quiseram responder, mas no geral as respostas apontaram para o valor da bolsa, a duração do programa e a importância de outros benefícios que complementem a bolsa. A questão dos bolsistas acharem o valor da bolsa insuficiente soa coerente com o perfil sócio-econômico revelado na pesquisa. Provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, e sem poder contar com a ajuda dessas para sua manutenção na universidade, esses bolsistas precisam viver com um orçamento restrito tendo em vista as elevadas despesas com moradia e aluguel na capital. Sobre o tempo de permanência no programa, dois anos, alguns bolsistas consideram insuficiente e gostariam que esse tempo se prolongasse até o final do curso. Mas segundo argumentado por um dos gestores do programa, o auxílio da bolsa é para os primeiros semestres do aluno no seu curso, para que ele se organize e possa entrar posteriormente em outros programas de bolsas como os de iniciação científica, monitoria, etc. Nesse caso, seria necessário os gestores realizarem um acompanhamento dos bolsistas estudando critérios de porta de saída do programa.

Do exposto, considerando a realidade política e socioeconômica do estado do Tocantins, a UFT tem um papel social relevante em promover a inclusão das pessoas de classes menos favorecidas nos seu quadro de alunos, porém, não apenas promover o acesso pela política de cotas ou pela entrada por meio do ENEM, mas criar políticas efetivas de permanência que possam contribuir para o sucesso do egresso. Nesse sentido, avaliamos que o programa Bolsa Permanência tem contribuído em parte para a permanência dos alunos da instituição. Outros aspectos precisam ser melhorados para que essa contribuição seja integral, como a implementação de restaurantes universitários em todos os campi, a disponibilização da Casa do Estudante para alunos da UFT com condições de vida baixa, existência de auxílio transporte, de atendimento de saúde e pedagógico, possibilidade de acesso a eventos culturais, promoção do esporte e auxílio na aquisição de livros ou xerox. Todas essas ações, em conjunto com a bolsa do programa Bolsa Permanência, seriam ideais para a promoção de uma política de assistência estudantil efetiva na instituição.

REFERÊNCIAS

ALA-HARJA, Marjukka. HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. v. 51, n. 04, out/dez 2000.

ALMEIDA, N. L. T. Educação pública e serviço social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.63, 2000.

ALMEIDA. Bernadete de Lourdes Figueirêdo de. A produção do conhecimento sobre pobreza e temas afins no Brasil: uma análise teórica. Mesa Redonda: “Metodologias de Avaliação (Mensuração) da Pobreza” no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 11 de Março a 1º de Abril de 2003. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/sepacops> . Acesso em: 11 maio 2010.

ALMEIDA. Bernadete de Lourdes Figueirêdo de. **A questão da desigualdade social e a universidade brasileira**. Mesa Redonda “A Universidade face às Desigualdades Sociais: o desafio do milênio”, I Semanário de Pesquisa do CCSA, promovido pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFRN, Natal 13/06/2001. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/sepacops/desgualdsocuniversidbrasil.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2010

ALVES, Jolinda Moraes. A assistência estudantil no âmbito da política de Ensino Superior Pública. **Serviço Social em Revista**. v. 5, n. 1. jul./dez. 2002. Londrina-PR: UEL, 2002. Disponível em: <<http://www.ssrevista.uel.br>>. Acesso em: 03 set. 2009.

AMARAL, Nelson. Expansão, Avaliação, Financiamento: tensões desafios da vinculação na educação superior brasileira.2009. (mimeo)

ARAÚJO, Josimeire O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2009.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**. v. 18, n. 51, fev. /2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15981.pdf>>. Acesso em 15 dez 2010.

ARRETCHE, Marta. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. In: BID, Rio de Janeiro, n. 39, 1995, p.3-40, 2003,

ARRETCHE, Marta . Estado Federativo e Políticas Sociais: Determinantes da Descentralização. 1. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000. v. 1. 304

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiência. 1995. Disponível em <<http://firgoa.usc.es/drupal/files/010-1344Sp.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2010.

BARRETO, Walewska Faria Alcântara. **O programa de Manutenção acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=30904111>>. Acesso em 12 abr 2010.

BARROS, Ricardo de Paes. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosana. A estabilidade inaceitável: Desigualdade e pobreza no Brasil. **Textos para discussão**, nº 800. IPEA, 2001. Disponível em <http://www.pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/desigualdade_brasil.pdf>. Acesso em 12 dez 2010.

BARROS, Ricardo de Paes. HENRIQUES, Ricardo. MENDONÇA, Rosana. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais. 2000, vol 15, n. 42. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6909200000100009>. Acesso em 16 jun 2010.

BARROS, Ricardo Paes. CARVALHO, Mirela de. Desafios para a Política Social brasileira **Textos para discussão**, nº 985. IPEA, 2003. Disponível em <http://desafios.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0985.pdf>, Acesso em 13 maio 2010.

BELLONI, Isaura (org). **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

BORGES, G. L.J., CARNIELLI, L.B. Educação e estratificação social no acesso à universidade pública. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 113-139, jan./abr. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100007>. Acesso em 05 out.2009.

BRASIL. **Lei Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8742.htm>. Aceso em: 25 set. 2009.

BRASIL. **Lei Nº 9.934, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 24 set. 2009b.

CARNEIRO, C. B. L. **Programas de proteção social e superação da pobreza**: concepções e estratégias de intervenção. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em <http://www.servicos.capes.gov.br/arquivos/.../2005_034_32001010047P7_Teses.pdf>. Acesso em 15 jun. 2010.

CARVALHÊDO, Wlisses dos Santos; LIRA, Eliseu Ribeiro. **A Cidade planejada e a segregação sócio-espacial urbana: o estudo de Palmas-TO, Brasil.** Disponível em <<http://nurbauft.blogspot.com/2009/02/palmas-to-uma-analise-partir-de-sua.html>>. Acesso em 13 dez. 2010.

CARVALHO, A. H. C. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao Ensino Superior. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 979-1000, out. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 out. 2009.

CASTEL, Robert. Classes sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social. In: BALSÀ, C., BONETI, L. W., SOULET, M. (org). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social.** São Paulo: Ed. Brasil, 2006.

CASTRO. Jorge Abrahão de. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.** Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

CASTRO. Maria Helena Guimarães de. Avaliação de política e programas sociais: contornos e perspectivas de um campo de estudo em expansão. **Cadernos de Pesquisa**, nº 12. Núcleo de Estudo de Políticas Públicas – NEEP. UNICAMP, 1989.

CATANI, M. A.HEY, P. A., GILIOLI, P. S. R. PROUNI: Democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a09n28.pdf>>. Acesso em 21 out. 2009.

CAVALCANTE, Luiz Otávio. **O que é o governo Lula.** São Paulo: Landy, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.

COHEN, Ernesto. FRANCO, Rolando. Avaliação de projetos sociais. 4. ed. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1993.

COHN, Amélia. **Programas de Transferência de Renda e a Questão Social no Brasil.** Seminário Especial Mini- Fórum em homenagem as 40 anos do IPEA, Rio de Janeiro, setembro de 2004.

COLOSSI, N. CONSTATINO, A. QUEIROZ, E.G. Mudanças no contexto de nível superior no Brasil: Uma tendência ao ensino colaborativo. **Revista fase.** Curitiba, v. 4, n 1, p. 49-58, jan./abr 2001. Disponível em <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v4_n1/mudancas_no_contexto_do_ensino.pdf>. Acesso em 10 out. 2010.

CONNELLI, R. W. Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo; APPLE, Michael W. (Org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.(Coleção estudos culturais em educação).

CORBUCCI, P.R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do Estado ao projeto de reforma. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 88, p. 677-702, out. 2004.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**, 2006. Disponível em <www.seplag.rs.gov.br/download.asp?Avaliacao_de_Politicas_Publicas_e_Programas_Governamentais>. Acesso em 04 fev. 2010.

CUNHA, L. A. **Crise e reforma do sistema universitário: debate**. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n. 46, 1996.

DANTAS, Eder, SOUSA JUNIOR, Luiz. **Na contracorrente: a política do governo Lula para a Educação Superior**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5581--Int.pdf>>. Acesso em 14 out. 2009.

DEMO, Pedro. **Charme da Exclusão Social**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Ed. Papirus: São Paulo, 1994.

DIAS, Carlos Roberto Pereira. **Pobreza e exclusão social na cidade de Bocaiúva - MG: Uma análise comparada entre os bairros Cachoeirinha e Jardim Aeroporto**. I Congresso em Desenvolvimento Social: Globalização do regional e regionalização do Global, realizado pelo PPGDS – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Disponível em <<http://www.fepeg.unimontes.br/evento2009/index.php/fepeg/fepeg2009/paper/view/815/434>>. Acesso em 13 out 2010.

DOURADO, F. L. Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234-252. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 12 out. 2009.

DRAIBE, Sonia & HENRIQUE, Wilnês. Welfare State, Crise e Gestão da crise. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol.3, nº 6, São Paulo: ANPOCS, 1988, P.53-78. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_06/rbcs06_04.htm. acesso em 21 março 2010.

DRAIBE, Sônia. O Welfare State no Brasil, características e perspectivas. IN: **Revista da ANPOCS**, n. 12, 1988.

KRAN, Faída. FERREIRA, Frederico Poley Martins. Qualidade de vida na cidade de Palmas-To: Uma análise através de indicadores habitacionais e ambientais urbanos. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n2/v9n2a07.pdf>>. Acesso em 12 jun. 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Inclusão Social e Cidadania**. 32º International Conference on Social Welfare States, 2006. Disponível em <http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/vicente_faleiros.pdf>. Acesso em 15 março 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Sete décadas de políticas sociais no Brasil. In: **Revista do Serviço Público**. 1937 a 2007 - . Brasília: ENAP, 2007. Disponível em <www.enap.gov.br>. Acesso em 21 mar 2010.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, v. 20, n. 59, out./2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>> . Acesso em: 09 fev. 2010.

FORUM NACIONAL DE PRO-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS. **Assistência Estudantil: uma questão de investimento**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est>. Acesso em: 15 set. 2009.

FINATTI, Betty Elmer. **Assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina/UEL**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. UEL, 2007. Disponível em<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraDownload.do?select_action=&o_obra=91008&co_midia=2> . Acesso em 21 março 2010.

GATTI, A. Bernadete. Vestibular e Ensino Superior nos anos 70 e 80. **Caderno de pesquisa**, São Paulo, n.80, p.87-90, fev. 1992.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: **Escola S. A**. São Paulo: CNTE, 1998. p.9-49.

GURGEL, Wildoberto Batista. Triangulação de métodos: introdução às concepções, fundamentos e técnicas de avaliação. (p.43 a 87). In: SILVA, Maria Ozanira S (Org.) **Pesquisa avaliativa, aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo, SP: Veras Editora, São Luis, MA: GAEPP,2008.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado E Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, v. XXI, n. 55, nov./2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132622001000300003> . Acesso em 08 fev.2010.

HOLANDA, Nilson. Cap. III. O que é avaliação. In: _____. **Avaliação de programas, conceitos básicos sobre a avaliação “ex post” de programas e projetos**. São Paulo; Fortaleza: ABC, 2006.

INSTITUTO NACIONAL ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Pesquisa sobre o percentual de alunos absorvidos pela rede pública**. Brasília, DF, 1998.

JACOUD, Luciana. Proteção social no Brasil: debates e desafios. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

LANDINI, S. R., ABREU, C.B.M. Estado: economia e política nas reformas de formação docente. In: FERREIRA, Nara Syria. Carrapeto (org). **A gestão da educação na sociedade mundializada**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LÉDA, Bessa Denise, MANCEBO, Deise. REUNI: Heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. Educação e Realidade. Jan/abr 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8457>>. Acesso em 04 nov. 2009.

LEJANO, Raul. **Fraweworks for Policy Analises. Maging Text and Context**. New York: Routledge, 2006.

LIMA, C.L., AZEVEDO, N. L. M. CATANI, M. A. O Processo de Bolonha, a avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

MANCEBO, Deise; MUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. In: **Educar em Revista**, n.28, jul/dez.2006.

MARE, Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano diretor da Reforma do Estado**.1995. Disponível em <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2009.

MELLO, S. da R. C. J. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación** 2007, Vol. 5, No. 2e. Disponível em <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=55150207&iCveNum=6678#>>. Acesso em 07 out. 2009.

MENEZES, Jocilene Estácio. **A política de Assistência ao Estudante: A bolsa trabalho como instrumento de direito para a formação do aluno no CEFET –AL**. Dissertação de

Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pernambuco) 2003. Disponível em http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/19064946.html. Acesso em 04 jun. 2010.

MICHELOTTO, Regina Maria. COELHO, Rúbia Helena. ZAINKO, Maria Amélia Coelho. A política de expansão da educação superior e a proposta de reforma universitária do governo Lula. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 179-198, 2006. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a12n28.pdf>>. Acesso em 14 mar 2010.

MINAYO. Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; SOUZA, Edinilza Ramos de (org). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

NUNES, Enedina Betânia Leite de Lucena Pires. **A Trajetória da Universidade Federal de Tocantins: Da Criação Aos Tempos Atuais**. 2009. Disponível em <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/monografias-e-trabalhos/21062--a-trajetoria-da-universidade-federal-do-tocantins-da-criacao-aos-tempos-atuais-.html>>. A

OLIVEIRA, Dalila Andrade. DUARTE, Adriana. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.biblioteca.planejamento.gov.br/social/at_managed_file.2009-09-17.9084694130>. Acesso em 04 fev. 2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. CORIOLANO, Germano Pires. **GOIÂNIA – PALMAS: dinâmicas do planejamento excludente no coração do Brasil**. Disponível em <http://web.observatoriodasmegacidades.net/index.php?option=com_content&view=article&id=644%3Agoiania-palmas-dinamicas-do-planejamento-excludente-no-coracao-do-brasil&catid=34%3Aartigos&Itemid=138&lang=pt>. Acesso em 29 out 2009.

PACHECO, Eliezer; RISTOFF, Dilvo. **Educação superior: democratizando o acesso**. Brasília: IPEA, 2004. (Série Documental. Textos para discussão, n. 12).

PINHO, Maria José de. **Políticas de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia; Cênone Editorial, 2007.

POCHMANN Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTES, E. A. Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 87, n. 216, p. 220-235, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/36>>. Acesso em 17 out. 2009.

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado: Na Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96)**. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fapesp, 2009.

ROCHA, Sheila Nadéria Rodrigues. **Assistência ao estudante universitário: representações sociais**. Recife, 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, 2000. Disponível em <<http://www.ufpe.br/pssocial/tesesedissertações>> Acesso em: 5 set. 2009.

RODRIGUES, Lea C. Por uma análise em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval**, v. 1, n.1, jan./jun. 2008.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTIAGO, A. E. N.; NORBETO, P. A.; RODRIZZIGUES, C. M. S. O Direito à inclusão: implantação de políticas de ações afirmativas nas IES públicas brasileiras – experiência na UFC. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 136-147, jan./jun. 2008. Disponível em <www.unifor.br/notitia/file/2554.pdf>. Acesso em: 17 set. 2009.

SANTOS, E. P.; COSTA, G. M da. Questão social e desigualdade, novas reformas velhas raízes. In: **Revista Agora: Políticas Públicas e serviço Social**. v. 2, n. 4, jul. 2006. Disponível em www.assistentesocial.com.br. Acesso em 21 mar. 2010.

SANTOS, P.L.B. A Política de Ampliação da Oferta do Ensino Superior: Democratização? **Democratizar**, v. 2, n.2, mai./ago. 2008. Disponível em <http://www.faecetec.rj.gov.br/isezonaeste/publicacoes/democratizar/ed2/art_bruno.pdf>. Acesso em 12 out. 2009.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SEN. A. **Desigualdade Reexaminada**. São Paulo, Rio de Janeiro, Record, 2001.

SEVERINO, A. J. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 73–89, 2008. Editora UFPR. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a06.pdf>>. Acesso em 12 set. 2009.

SHIROMA, O. Eneida. Indicadores de qualidade: O fetiche da gestão por resultados. In: ANPEDSUL, VII Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. 2008, Itajaí–SC. **Anais eletrônicos**. Disponível em <<http://www.gepeto.ced.ufsc.br/arquivos/mara2.pdf>>. Acesso em 04 nov.2009.

SILVA, F. G. **Educação escolar indígena no Tocantins**. 2007. Disponível em <http://www.fao.org.br/cd/download/10_educacao_escolar.pdf>. Acesso em 15 abr 2010.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **O Programa Bolsa Família nos marcos da luta contra a pobreza no Brasil**, 2003. Disponível em: <<http://reco.concordia.ca/pdf/WPdaSilva2006.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2010.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **Avaliação de políticas e programas sociais**: uma reflexão sobre o conceito teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira (org). **Pesquisa avaliativa**: aspectos teóricos metodológicos. São Paulo. Veras Editora, 2008.

SOARES, Laura Tavares R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SOUZA, Aparecida Raquel. **Da Unitins à UFT: Modelos e práticas gestoriais na educação superior no Tocantins no limiar do século XXI**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós- graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em http://www.btdt.ufu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1063. Acesso em 12 jun 2009.

SOUZA, Aparecida Raquel. SILVA, Pereira Soares Marcelo. **História e perspectivas para a Educação Superior no Estado do Tocantins: encantos e desencantos sobre o direito à educação pública e gratuita**, 2006. Disponível em <http://www.faced.ufu.br/columhe06/anais/arquivos/513Raquel_e_MarceloSoares.pdf>. Acesso em 12 out. 2009

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, vol. 18 nº 51, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15983.pdf> >. Acesso em 09 fev. 2010

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151745222006000200003&script=sci_pdf&tlng=pt> . Acesso em 08 fev. 2010.

SPOSATI, Adailza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes. In: **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

SPOSATI, Adailza. **Pobreza e desigualdade no século do desperdício**. Conferência de Abertura da 32ª Conferência Internacional de Bem Estar Social sob o tema: Inclusão Social, Enfrentamento da Pobreza e Desigualdades Sociais. Brasília, 16 a 20 de julho de 2006. Disponível em <http://www.icsw.org/global-conferences/Brazil2006/papers/aldaiza_sposati.pdf>. Acesso em 21 out. 2009.

SPOSATI, Adailza. **Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio**. In: CONGRESSO

INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DELA ADMINISTRACION PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais**. 2002.

SPOSATI, Adailza (org.). **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SPOSATI, Adailza. Assistência Social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC** n. 10 – jul./dez. 2007. Disponível em <http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>. Acesso em 05 out. 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. **O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

TAVARES, M. da C.; BELLUZZO, L. G. M. Desenvolvimento no Brasil: lembrando um velho tema. In: BIELSCHOWSKY, R.; MUSSI, C. (Orgs.). **Políticas para a retomada do crescimento – reflexões de economistas brasileiros**. Brasília: Ipea, Cepal, mar. 2002.

TONEGUTTI, A. C., MARTIZEZ M. **A Universidade Nova, o REUNI e a queda da universidade pública**. Disponível em <http://www.quimica.ufpr.br/toneguti/Artigos/Artigo_REUNI_v_04092007.pdf>. Acesso em 12 set 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Catálogo de cursos da Universidade Federal do Tocantins**, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Planejamento Estratégico da Universidade Federal do Tocantins**, 2006a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de Desenvolvimento Institucional, 2007**. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,2042/>. Acesso em 12 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Plano de trabalho da Diretoria de Assuntos Estudantis**. 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal do Tocantins**, 2008a. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,2043/>. Acesso em 11 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto REUNI da Universidade Federal do Tocantins**, 2008b. Disponível em <<http://www.uft.edu.br/reuni/>>. Acesso em 13 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Regimento da Universidade Federal do Tocantins**, 2005. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,450/>. Acesso em 23 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório de Gestão 2004-2008 da Universidade federal do Tocantins**, 2009. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,2887/>. Acesso em 12 set. 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Relatório do Fórum de Ensino, Pesquisa e Extensão (FEPEC)**, 2006b. Disponível em <http://www.site.uft.edu.br/component/option,com_docman/Itemid,69/task,doc_details/gid,1274/>. Acesso em 14 out. 2009.

VARGAS, Ferreira Lima de Michely. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/PESQUISA/BBE-ONLINE/det.asp?cod=57824&type=M>>. Acesso em 13 out.2009.

YAZBECK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. v. 11, n. 32, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2009.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 30-40, fev. 1997.

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA

Data da Entrevista: ___/___/___ Questionário n°: _____

PESQUISA COM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA

Caro acadêmico, essa pesquisa trata do impacto do Programa Bolsa Permanência na vida social e econômica dos bolsistas e sobre a permanência destes na UFT. A sua colaboração será importante para a compreensão do perfil sócio-econômico e social dos bolsistas do referido programa. Para preservação da sua privacidade o seu nome não será citado na pesquisa. Desde já agradeço a sua contribuição.

Nome do Entrevistado: _____

Telefone e Bairro: _____

I. Identificação do Entrevistado:

1. Sexo: F () M ()

2. Idade:

() Até 18 anos

() De 30 a 34 anos

() De 19 a 24 anos

() De 34 a 39 anos

() Acima de 40 anos

3. Estado civil:

() solteiro (a)

() separado (a)

() União estável

() casado (a)

() divorciado (a)

() viúvo (a)

() Outros. Especifique: _____

4. Você tem filhos?

() sim () não Quantos? _____

5. Cor/Raça/Etnia

() Pardo () Amarelo () Branco () Indígena () Negro

6. Nasceu em que Estado da Federação? () Apenas a abreviatura

7. Morava em cidade do interior do seu Estado antes de residir em Palmas?

() sim () não

8. Reside com a família: () Sim () Não

9. O lugar onde mora é:

27. Qual período está cursando?

28. Indique o turno que você estuda:

Matutino Vespertino Noturno Integral

29. Trancou matrícula alguma vez?

sim não

30. Se já trancou, explique o motivo:

precisou trabalhar dificuldades em relação ao professor da disciplina
 Incompatibilidade horário estudo e trabalho motivo de saúde
 dificuldades nas disciplinas (aprendizado) Outro. Especifique

31. Consta reprovação no seu histórico acadêmico?

sim não Se positivo, quantas: ()
 Poderia citar o motivo?

32. Que meio de transporte você utiliza para ir à universidade?

ônibus moto carona
 A pé Carro próprio/família Bicicleta

33. Tipo de Ensino médio concluído:

regular, sem ênfase em qualquer área Supletivo
 Profissionalizante na área de comercio ou serviços Profissionalizante na área agrícola
 Profissionalizante na área de magistério Profissionalizante na área informática
 Outro. Especifique

34. Tipo de estabelecimento em que concluiu o Ensino Médio:

Todo em escola pública Todo em escola particular
 Maior parte em escola pública Maior parte em escola particular
 Escola conveniada Maior parte em escola particular
 Maior parte em escola particular

35. Número de vezes que prestou o vestibular:

uma vez três vezes
 duas vezes mais de quatro vezes

36. Motivo pelo qual procurou o vestibular da Universidade Federal do Tocantins:

- É a única do Estado que oferta o curso pretendido
 É a que oferece o curso pretendido no horário adequado
 Porque o curso pretendido é pouco procurado e facilita classificação
 A universidade é de fácil acesso (próximo de casa e fácil locomoção)
 Por ser pública, gratuita e satisfazer as necessidades socioeconômicas da família.
 outro motivo. Especifique: _____

III – Sobre o Programa Bolsa Permanência**37. Quantas vezes se inscreveu no programa Bolsa Permanência até ser selecionado?**

- Uma vez Duas vezes Três vezes ou mais

38. Quanto tempo permaneceu no programa? (anos e meses)**39. O auxílio econômico oferecido pela bolsa:**

- foi decisivo para sua permanência na universidade não fez muita diferença
 auxiliou em alguma medida não ajudou em nada

40. Você considera que seu desempenho acadêmico na graduação sofreu algum reflexo positivo ou negativo devido a você ser bolsista?

- sim não em parte

Justifique sua resposta:

41. “A assistência estudantil é fundamental para democratizar as possibilidades de acesso e permanência no ensino superior.” Você:

- concorda totalmente concorda em parte discorda discorda em parte discorda totalmente

Justifique sua resposta:

42. Em sua opinião, quais os aspectos da assistência estudantil precisam ser melhor trabalhados na UFT?

- moradia (casa do estudante) Trabalho (estagio) Esporte
 assistência a saúde Cultura inclusão digital
 Alimentação (restaurantes universitários) recursos para livros e xérox Outros, especifique:

Mais uma vez agradecemos sua participação e colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

APÊNDICE B: GUIA DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS GESTORES E TÉCNICOS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT

- Concepção de política de assistência estudantil;
- Visão da instituição no que se refere à assistência ao estudante na universidade;
- Contribuição do programa para a permanência do estudante na instituição;
- Programas e ações executadas no campo da assistência na IFES;
- Desafios enfrentados na gestão e execução das ações de assistência;
- Futuro da assistência estudantil na UFT.

APÊNDICE C: GUIA DE ENTREVISTA REALIZADA JUNTO AOS BOLSISTAS DO PROGRAMA BOLSA PERMANÊNCIA NA UFT

- Trajetória acadêmica do bolsista;
- O que o bolsista esperava quando foi selecionado pro programa;
- As prioridades que o bolsista estabelece para a satisfação das suas necessidades e permanência na universidade e se estas foram atendidas pelo programa;
- Desafios enfrentados no seu percurso acadêmico na qualidade de bolsista;
- Contribuição da bolsa para a permanência na instituição;
- Como o bolsista se coloca diante do trabalho administrativo que executava na instituição;
- A percepção do bolsista sobre as políticas de assistência estudantil executadas na UFT.